	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf Secretaria Regional de Licitações – 14ª/SL	Processo nº: <b>59511.000004/2026-18-e</b>
---	---	---

## EDITAL

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026</b>	<b>Data de Abertura: 30/06/2026 às 14h00 (catorze horas)</b> <b>No site: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a></b> <b>Código UASG: 195022</b>
--	--

### Objeto

Contratação, por Sistema de Registro de Preços - SRP, de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de postos de trabalho, para execução das atividades de apoio administrativo especializado, assistente de apoio à gestão, motorista, auxiliar de serviços gerais, copeira e recepcionista, incluindo o fornecimento de todos os insumos necessários à plena execução dos serviços, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, para atender às necessidades da 14ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, localizada em Fortaleza, Estado do Ceará, distribuído em grupo único.

### Valor estimado

R\$ 2.057.619,64 (dois milhões e cinquenta e sete mil e seiscentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos)

Vistoria	Telefones para agendamento da visita	Registro de Preços?	Consórcio
Não obrigatória	(85) 3514-1204	Sim	Não
Forma de Adjudicação		Modo de Disputa	Intervalo Mínimo entre os lances
Por grupo		Aberto	0,5%

### Qualificação Econômico-Financeira

Registro de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para o grupo, conforme item 15 do Termo de Referência.

### Pedidos de Esclarecimentos

Até dia 25/06/2026 para o endereço:  
[14a.sl@codevasf.gov.br](mailto:14a.sl@codevasf.gov.br)

### Impugnações

Até dia 25/06/2026 para o endereço:  
[14a.sl@codevasf.gov.br](mailto:14a.sl@codevasf.gov.br)

### Observações Gerais:

- 1) O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal de Compras do Governo Federal e também no site da Codevasf: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br), opção Licitações;
- 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos. A presente licitação reger-se-á pela Lei 13.303/2016, no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras);
- 3) Na impossibilidade de download pelos sítios, o edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 14ª SR, localizada na Rua Barbosa de Freitas, 2674, 2º Andar, Sala 2A, Fortaleza – CE, telefone (0xx85) 3514-1204 Ramal 1101, e poderão ser adquiridos gratuitamente mediante apresentação pelo licitante de uma mídia digital para gravação dos arquivos, no horário de 08h00 (oito horas) às 12h00 (doze horas) e de 14h (quatorze) às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), de segunda a sexta-feira.

JUNHO/2026

## Í N D I C E

01. OBJETO
02. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS
03. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO
04. PARTICIPAÇÃO
05. CREDENCIAMENTO
06. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS
07. ENVIO DA PROPOSTA
08. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS
09. FASE DE LANCES
10. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
11. HABILITAÇÃO
12. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
15. CONTRATAÇÃO
16. CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS
17. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
18. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
19. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
20. GERENCIAMENTO, PARTICIPAÇÃO E ADESÃO
21. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
22. FORMA DE PAGAMENTO
23. REPACTUAÇÃO
24. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
25. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA
26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
27. POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO
28. POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
29. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
30. DISPOSIÇÕES GERAIS

## A N E X O S

<b>ANEXO I</b>	TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS
<b>ANEXO II</b>	CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
<b>ANEXO III</b>	MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO
<b>ANEXO IV</b>	TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
<b>ANEXO V</b>	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
<b>ANEXO VI</b>	TERMO DE OBSERVÂNCIA A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS
<b>ANEXO VII</b>	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

**EDITAL Nº 90008/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

**PROCESSO Nº: 59511.000004/2026-18**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf - por intermédio de sua Secretaria Regional de Licitações – 14ª/SL, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário, e local abaixo indicado, realizará a presente licitação, com fundamento legal nas disposições da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, do Decreto nº 8.538/2015, do Decreto 11.462/2023, de 31/03/2023, da Lei 14.133, de 01/04/2021, no que couber, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf (disponível em: <https://licitacao.codevasf.gov.br/licitacoes/regulamento-interno-de-licitacoes>) e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressas neste edital e em seus anexos.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis para consulta e retirada nos sítios: [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e sala 2A do Edifício Dep. José Euclides Ferreira Gomes – Sede da 14ª/SR da Codevasf, localizado na Rua Barbosa de Freitas, 2674, Fortaleza – CE, telefone (0xx85) 3514-1204, ramal 1101, no horário de 08h00 (oito) às 12h00 (doze) horas e de 14h (quatorze) às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos). Neste último local, poderão ser adquiridos gratuitamente, mediante apresentação de uma mídia digital para gravação, a partir do dia da publicação no Diário Oficial da União.

**DATA/HORA PARA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS:** A partir da disponibilização do Edital no Portal de Compras do Governo Federal até às **13h59 (treze horas e cinquenta e nove minutos)** do dia da sessão pública.

**DA SESSÃO PÚBLICA:**

**DIA:** 30 de junho de 2026.

**HORÁRIO:** 14h00 (horário de Brasília/DF)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**CÓDIGO UASG:** 195022 – 14ª Superintendência Regional da CODEVASF

**1. OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação, por Sistema de Registro de Preços - SRP, de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de postos de trabalho, para execução das atividades de apoio administrativo especializado, assistente de apoio à gestão, motorista, auxiliar de serviços gerais, copeira e recepcionista, incluindo o fornecimento de todos os insumos necessários à plena execução dos serviços, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, para atender às necessidades da 14ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, localizada em Fortaleza, Estado do Ceará, distribuídos em 06 (seis) itens com grupo único, a saber:

- 1.1.1. A licitação será realizada em grupo único, formados por 06 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. Cotações para itens isolados não serão aceitas, implicando na desclassificação da proposta.
- 1.1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.1.3. A descrição geral dos serviços encontra-se detalhada no Termo de Referência, Anexo I, que integra este Edital.
- 1.1.4. No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema do Portal de Compras do Governo Federal e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital e seus Anexos.
- 1.1.5. Os serviços objeto deste Edital poderá ser acrescido ou diminuído, caso a Contratada aceite, de acordo com as necessidades e conveniências da Codevasf, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei 13.303/16.

## **1.2. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 1.2.1. O local da prestação dos serviços, objeto deste Pregão, está detalhado no **item 04** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo.

## **2. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS**

- 2.1. A descrição geral dos serviços e fornecimentos encontra-se detalhada no **item 05 do Termo de Referência, Anexo I**, que integra este Edital.

## **3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**a) Forma de Realização:** Forma eletrônica, por meio de sessão pública, no ambiente do sistema de Pregão Eletrônico ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**b) Modo de Disputa:** Aberto.

**c) Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

**d) Divulgação do Valor Estimado:** Público

**e) Critério de Julgamento:** Menor Preço

**f) Intervalo mínimo entre os lances:** 0,5% (meio por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

## **4. PARTICIPAÇÃO**

- 4.1. Poderão participar desta licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, isoladas, que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciadas no SICAF (nível básico do registro cadastral) e credenciadas no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), para acesso ao sistema eletrônico (sistema do Pregão Eletrônico), devendo ainda se manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 4.1.1. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.2. Será permitida a participação de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.
- 4.3. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores e Decreto n.º 8.538/2015, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.
- 4.3.1. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no **art. 3º da Lei Complementar 123/2006**, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarada inidônea para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no **Decreto 8.538/2015**.
- 4.3.2. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 4.4. **Subcontratação**
- 4.4.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Edital.
- 4.5. Poderá ser permitido que o(s) licitante(s) vencedor(es) ou contratado(s) sofra(m) processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observados pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de Habilitação e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) contrato(s) original(is), quando já contratado, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, a Codevasf deverá ser notificada do processo e deliberará sobre a sua aceitação, ou não, condicionada à análise por parte da Administração quanto à possibilidade de riscos de insucesso.

4.6. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4.7. **Caberá ao licitante interessado em participar deste Pregão Eletrônico:**

- a) Credenciar-se no SICAF;
- b) Remeter a proposta de preços, no prazo estabelecido no **subitem 7.1** deste Edital, exclusivamente por meio eletrônico, via internet;
- c) Responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4.8. **Não será admitida nesta licitação a participação de:**

- a) Empresas em processo de recuperação judicial, extrajudicial, ou em processo de falência, exceto se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
  - b1) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
  - b2) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
  - b3) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

- b4) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- b5) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- c) Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Codevasf;
- d) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
- e) Pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Codevasf;
- f) Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Codevasf há menos de 6 (seis) meses;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- h) Empresas que estejam enquadradas como cooperativas, conforme vedação contida no **art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05 de 2017**;
- i) Empresas sob a forma de consórcio.

## 5. CREDENCIAMENTO

- 5.1. Os licitantes que queiram participar desta licitação deverão ser previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico, para oferta de lances.
- 5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, devendo ser providenciado no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 5.3. O credenciamento do licitante no Portal de Compras do Governo Federal dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 5.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao



provedor do sistema ou à Codevasf, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 5.7. É de responsabilidade do licitante solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 5.8. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas distintas por meio de um único representante.

## **6. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

### **6.1. Pedidos de Esclarecimentos**

- 6.1.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Secretaria Regional de Licitações **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do e-mail: [14a.sl@codevasf.gov.br](mailto:14a.sl@codevasf.gov.br). Consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
  - 6.1.1.1. **A Codevasf responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame; e,**
  - 6.1.1.2. **As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema, e vincularão os participantes e a Codevasf.**
  - 6.1.1.3. **As licitantes interessadas ficam, desde já, NOTIFICADAS da necessidade de acessar o sítio da Codevasf ([www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br)) para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos relativos a este Edital.**
- 6.1.2. Analisadas as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão e devidos esclarecimentos, também por meio eletrônico, via Internet, nos sítios [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br), para consulta dos interessados, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 6.1.3. O licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela Codevasf, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações constantes neste Edital e seus Anexos.
- 6.1.4. Os licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos.
- 6.1.5. A apresentação da proposta tornará evidente que o licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a achou correta. Evidenciará, também, que o licitante obteve da Codevasf, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a



elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

- 6.1.6. A proposta, toda a correspondência e os documentos trocados entre o licitante e a CODEVASF serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais

## **6.2. Impugnação ao Edital**

- 6.2.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, devendo ser observado ainda:
- 6.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Agente de Contratação (Pregoeiro), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 6.2.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), nos autos do processo de licitação.
- 6.2.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **6.3. Recursos Administrativos**

- 6.3.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.
- 6.3.2. Caso seja concedido o benefício estipulado no subitem 11.10.2 deste Edital, a abertura do prazo recursal em relação ao resultado do certame somente ocorrerá após a finalização do prazo determinado no referido subitem.
- 6.3.3. O Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, através do sistema, após o término de cada sessão (julgamento da proposta ou da habilitação), a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 6.3.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 6.3.5. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação (Pregoeiro) abrirá o sistema eletrônico, no prazo de no mínimo 10 minutos, durante o qual os licitantes que manifestaram intenção de recurso em qualquer uma das fases estabelecidas no item 5.3.3 deverão, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, confirmar ou não sua intenção de recurso.
- 6.3.6. O Licitante que tiver confirmado sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

- 6.3.7. Qualquer recurso contra a decisão do Agente de Contratação (Pregoeiro) não terá efeito suspensivo.
- 6.3.8. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 6.3.9. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 6.3.10. É assegurada aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 6.3.11. As razões dos recursos deverão ser apresentadas, tempestivamente, via sistema da sessão pública através do Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) ou, caso haja algum problema de envio via sistema, poderá ser enviado via email: [14a.sl@codevasf.gov.br](mailto:14a.sl@codevasf.gov.br), dirigidas ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 6.3.12. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.

## **7. ENVIO DAS PROPOSTAS**

- 7.1. Após a divulgação do Edital no portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) o licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **com observância aos preços máximos unitários e global orçados pela CODEVASF**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 7.1.1. A licitante deve atentar que deverá estar com todas as condições de habilitação exigidas neste Edital atendidas, **até a data de abertura do certame**, considerando o **subitem 11** deste documento.
- 7.1.2. O licitante deverá enviar sua proposta, em reais, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a) Valor **total** do item;
  - b) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do **Termo de Referência**.
- 7.1.3. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, **nos termos do art. 63, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017**.

- 7.1.4. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, nos termos do **art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG nº 5/2017**.
- 7.1.5. A Codevasf não considerará propostas para execução parcial dos serviços.
- 7.1.6. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 7.1.7. O licitante deverá atentar que a licitação é composta de grupo único com 06 (seis) itens no total, e quando do lançamento dos valores para disputa deverão fazê-lo de forma individualizada, por item, considerando que os itens são de ampla concorrência, com a ressalva constante do **subitem 1.1.4** do Edital. A licitação será adjudicada por GRUPO, onde será vencedor o licitante que atender as exigências deste Edital e seus Anexos para cada GRUPO a que estiver disputando.
- 7.1.8. AS PROPOSTAS DAS LICITANTES PREVIAMENTE CLASSIFICADAS EM 1º PRIMEIRO LUGAR deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecendo os prazos estipulados neste instrumento de convocação, e será considerado o preço unitário por item expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais.
- 7.1.9. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 7.1.10. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação (Pregoeiro) e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 7.1.11. **Declarações a serem enviadas, em campo próprio, através do sistema do Portal de Compras do Governo Federal, quando do envio da proposta:**
- a) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - a1) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração impedirá o prosseguimento no certame;
    - a2) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  - b) De que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação

definidos no Edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

- c) De que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d) De que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art.1º e no inc. III do art.5º da Constituição Federal;
- e) Da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação no presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) De que a proposta foi elaborada de forma independente;
- g) De que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- h) Da Cota de Aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.2. Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado **“Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”**, o licitante compromete-se a executar os serviços objeto deste Edital, sem preterição do que consta dos Termos de Referência, ANEXO I - que integram o presente Edital.

7.3. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.4. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, será considerado válido o unitário, e entre o valor expresso em algarismo e por extenso será considerado válido o por extenso.

#### **Da proteção de dados pessoais e da confidencialidade**

7.5. Em estrita observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e às normas internas da Codevasf sobre governança e tratamento de dados pessoais, é vedado ao licitante incluir, nos documentos de habilitação e na proposta comercial protocolados no sistema de Compras Governamentais, dados pessoais que sejam desnecessários à finalidade do certame.

7.5.1. Compete exclusivamente ao licitante a responsabilidade por revisar toda a documentação a ser enviada, devendo ocultar (tarjar) ou suprimir quaisquer informações pessoais que não sejam estritamente essenciais para o cumprimento das exigências deste Edital e seus anexos.

7.5.2. A título exemplificativo, consideram-se dados pessoais usualmente desnecessários para este certame, cuja inclusão deve ser evitada:

- a) Cópias de documentos de identificação civil (como RG, CNH, passaporte, etc.), tais como fotografia, filiação, data de emissão, entre outros;
- b) Comprovantes de endereço residencial de sócios ou representantes;
- c) Certidões de estado civil;
- d) Outras informações de cunho estritamente pessoal que não possuam relação direta com a comprovação da capacidade técnica ou jurídica da empresa.

7.5.3. O envio de documentos contendo dados pessoais desnecessários, em desacordo com o item 7.5.1, ocorrerá por conta e risco do licitante, que se declara ciente de que tais documentos serão de acesso público. A Codevasf não se responsabilizará pela publicidade de dados pessoais inseridos indevidamente pelo licitante em sua documentação.

7.5.4. Quando a apresentação de dados pessoais for estritamente necessária para a comprovação de requisito de habilitação ou para a análise da proposta, seu tratamento pela Codevasf ficará restrito ao cumprimento da finalidade do presente certame e às demais obrigações legais e institucionais.

7.5.4.1. Caso seja indispensável o envio de documentos pessoais sensíveis ou de cópias de documentos de identificação, a Codevasf solicitará formalmente o seu encaminhamento por meio de canal seguro e de acesso restrito, que será informado oportunamente ao licitante.

7.5.5. Informações adicionais sobre a política de tratamento de dados pessoais da Codevasf podem ser obtidas no site eletrônico oficial da Companhia (<https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social/ouvidoria/tratamento-de-dados-pessoais>).

## **8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) analisará as propostas de preços divulgadas pelo sistema, desclassificando, motivadamente, conforme **subitem 10.2** deste Edital.
- 8.3. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. A PROPOSTA de maior vantajosidade será a de menor valor ofertado para a execução do objeto da licitação;
- 8.5. Nas situações onde duas ou mais licitantes apresentem Proposta de Preços com valores idênticos, e estes não sofram alteração após a etapa de lances, será adotado como critério de desempate o previsto no **subitem 9.18.3** deste Edital.

## **9. FASE DE LANCES**

- 9.1. Aberta a etapa competitiva pelo sistema, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento do seu lance ofertado consignado no

registro de cada lance. O sistema informará o valor em real correspondente a cada lance ofertado.

- 9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total** do item.
- 9.2. O licitante somente poderá oferecer **valor inferior** ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá em relação aos lances intermediários, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.
- 9.3. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.
- 9.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.6. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.8. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance- registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 9.11. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 9.12. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 9.13. No caso de desconexão do Agente de Contratação (Pregoeiro), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.13.1. O Agente de Contratação (Pregoeiro), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



- 9.13.2. Quando a desconexão do Agente de Contratação (Pregoeiro) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação (Pregoeiro) aos participantes no site: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 9.14. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos
- 9.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.16. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos no **item 9.18.3**, em consonância aos Art. 44 e Art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 9.16.1. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas exatamente iguais (não seguidas de lances).
- 9.17. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 9.18. **Benefícios às Microempresa e Empresas de Pequeno Porte:**
- 9.18.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 9.18.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

#### **Critérios de Desempate**

- 9.18.3. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - b) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.18.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas brasileiras;
  - b) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - c) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 9.18.5. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, **a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, **vedado qualquer outro processo**.

9.19. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

## 9.20. **DA NEGOCIAÇÃO**

9.20.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação (Pregoeiro) deverá negociar, pelo sistema eletrônico, condições mais vantajosas com licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, e ainda:

- a) Se não houver lances e o menor preço global e preços unitários estiver em desacordo com o orçado pela Codevasf;
- b) Quando a proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de menor preço, estiver com preço global e unitários em desacordo com o orçado pela Codevasf, mesmo após encerramento da etapa competitiva;
- c) Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação;
- d) No caso de não comparecimento do licitante vencedor para a assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, poderá também negociar a proposta subsequente para obter melhor preço.

9.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.20.3. O Agente de Contratação (Pregoeiro) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme subitem 9.20, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

9.20.4. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.

9.20.5. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação (Pregoeiro) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 10. **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.2. A Proposta de Preços da melhor oferta, classificada em primeiro lugar, inicialmente encaminhada nos termos determinados por este Edital, deverá ser reformulada, ao último lance ou valor negociado, conforme o **item 14** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e enviada eletronicamente via sistema do portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio da opção “Enviar Anexo”, **concedendo-se, para esta providência, o prazo de,**

**no mínimo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação realizada pelo Pregoeiro, bem como apresentar os documentos relacionados abaixo:

- a) A Carta de Apresentação da Proposta – Anexo II deste Edital – Modelo I - deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta, contendo o valor global para a execução do objeto desta licitação e o respectivo desconto ofertado pelo licitante sobre o preço global de referência da Codevasf, devidamente assinado pelo representante legal do licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. A Carta de Apresentação da Proposta deverá conter ainda os seguintes dados:
  - Nome e endereço completo do licitante, e-mail, site, número de telefone, endereço, CNPJ e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso de o licitante ser o vencedor (Anexo I deste Edital – Modelo II).
- b) Descrição completa, clara e minuciosa dos serviços a serem executados, em conformidade com este Edital e seus Anexos, em língua portuguesa, e quaisquer outras informações afins que julgar necessárias ou convenientes, contemplando os preços unitário e global de cada item em disputa, nestes incluídos todos os impostos e taxas (regionais e nacionais), e despesas tais como mão de obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhista, previdenciária, securitárias, seguros, contribuições, transporte, alimentação, treinamento, aquisição de materiais, despesas administrativas e lucros e demais insumos necessários à sua composição, incidentes sobre o objeto deste Pregão, sendo considerados como incluídos nos preços em caso de omissão, acompanhada ainda dos documentos descritos nas alíneas a seguir.
- c) A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, conforme **Anexo VII, 6.1, c, da IN nº 05/2017**;
- d) Produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a respectiva comprovação de exequibilidade, **Anexo VII, 6.1, d, da IN nº 05/2017**;
  - i. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta, conforme **Anexo VII, 7.3, da IN nº 05/2017**;
  - ii. Para efeito do subitem acima, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço, conforme **Anexo VII, 7.4, da IN nº 05/2017**.

- e) Declaração do regime tributário a que está incursa (forma de tributação do lucro), anexando na proposta o recibo de entrega da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) – do ano anterior;
    - Caso a licitante seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá enviar a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis), entregue através do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaração PGDAS-D, referente ao mês anterior ao de apresentação da proposta, informando ainda em qual anexo da LC 123 encontra-se enquadrada.
  - f) Demais documentos constantes do **item 14** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 10.2.1. Os salários deverão obedecer ao piso salarial mínimo estabelecido em lei, ou pelo Acordo Trabalhista, ou ainda pela Convenção Coletiva de Trabalho para cada categoria profissional.
- 10.2.2. Os encargos sociais e despesas administrativas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Edital serão de responsabilidade da licitante vencedora.
- 10.2.3. **Não poderão ser considerados na Planilha de Preços da licitante:**
- 10.2.3.1. Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (**art. 9º, parágrafo único, incisos I a III, do Decreto n.º 9.507/2018, e art. 6º da IN SEGES/MP n.º 5, de 2017**);
  - 10.2.3.2. Item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (**art. 6º, parágrafo único, da IN SEGES/MP n.º 5/2017**);
  - 10.2.3.3. Rubricas que prevejam o custeio de despesas com treinamento, reciclagem e capacitação ou congêneres, pois tais parcelas já são cobertas pelas despesas administrativas (**Acórdão TCU nº 2.746/2015 – Plenário**);
  - 10.2.3.4. Rubrica denominada “reserva técnica”, exceto se houver justificativa, na proposta, que indique, claramente e por meio de memória de cálculo, o que está sendo custeado, de modo a haver a comprovação da não cobertura do valor, direta ou indiretamente, por outra rubrica da planilha (**Acórdãos TCU nº 2.746/2015 – Plenário, nº 64/2010 - 2ª Câmara e nº 953/2016 - Plenário**);
  - 10.2.3.5. Rubrica para pagamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (**Súmula TCU nº 254/2010**);
  - 10.2.3.6. Rubrica denominada “verba” ou “verba provisional”, pois o item não está vinculado a qualquer contraprestação mensurável (**Acórdãos TCU nº 1.949/2007 – Plenário e nº 6.439/2011 – 1ª Câmara**).

- 10.2.4. Correrão por conta da licitante vencedora todos os ônus que incidam com o pessoal a ser utilizado na execução dos serviços objeto deste Edital.
- 10.2.4.1. Caso a licitante detentora da melhor proposta apresente em sua composição algum item com valor superior ao de referência da Codevasf, o mesmo será objeto de negociação pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), que deverá consultar as demais classificadas caso não se configure o ajuste dos valores de cada item em conformidade com aqueles de referência da Codevasf.
- 10.2.5. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os serviços, objeto deste Pregão, serem executados sem ônus adicional para a Codevasf.
- 10.2.6. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 10.2.7. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 10.2.8. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 10.2.9. Os preços deverão ser cotados por item e em reais (R\$), em valores unitários, em conformidade com as especificações contidas na PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS, observando o preço máximo que a Codevasf se dispõe a pagar por cada item, sendo aceitas propostas para um, mais de um, ou todos os itens do escopo de fornecimento relacionados na mencionada Planilha.
- 10.2.10. Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, a licitante compromete-se a realizar os serviços, objeto deste Edital, sem preterição do que consta na PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, integrante deste Edital.
- 10.2.10.1. Havendo divergência entre a descrição dos serviços constantes na “Descrição detalhada do Objeto Ofertado” no sistema no portal [www.comprasgovernamentais.gov](http://www.comprasgovernamentais.gov) e a descrição contida na PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, prevalecerá sempre a descrição contida na Planilha.
- 10.2.10.2. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, será considerado válido o preço unitário, e entre o valor expresso em algarismo e por extenso, será considerado válido o valor por extenso.
- 10.2.11. A Codevasf não considerará propostas para execução parcial dos serviços.
- 10.2.12. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.
- 10.3. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) Contenham vícios ou ilegalidades;

- b) Não apresentem as especificações técnicas exigidas neste Edital e seus Anexos;
- c) Que apresentem preços finais superiores ao valor máximo mensal estabelecido pela **Codevasf**;
- d) Apresentem preços que sejam manifestamente inexequíveis; e,
- e) Que não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e a produtividade apresentados.
  - e1) Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
  - e2) A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.
  - e3) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN n.º 5/2017 – SLTI-MPOG, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
    - I. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
    - II. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
    - III. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
    - IV. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
    - V. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
    - VI. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
    - VII. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados;
    - VIII. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
    - IX. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
    - X. Estudos setoriais;
    - XI. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
    - XII. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
  - e4) Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam o pedido.
  - e5) Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



- e6) É vedado a **Codevasf** fazer ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais.
- 10.3.1. Em caso de discrepâncias entre o preço global das Planilhas de Custos do Valor da Proposta do licitante (Planilha Detalhada) e a Carta de Apresentação das Propostas de Preços, prevalecerá o primeiro.
- 10.3.2. A Comissão de Licitação poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.
- 10.3.2.1. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou
  - b) Valor do orçamento estimado pela administração pública.
- 10.3.3. A Codevasf deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.
- 10.3.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes
- 10.4. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme **art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf**.
- 10.4.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.4.2. O Pregoeiro deverá verificar se a proposta apresenta o valor total dos custos da contratação.
- 10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 10.6. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta não serão considerados.
- 10.6.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem acima a licitante deverá honrar o preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta, sob pena de desclassificação.

- 10.6.2. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.
- 10.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:
- a) Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação (Pregoeiro).
- 10.8. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações de preços serão de inteira responsabilidade do Licitante. Em caso de erro para menos, não poderá eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação, podendo sofrer as sanções cabíveis.
- 10.9. O Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá solicitar parecer técnico da Área de origem da licitação, para subsidiar no julgamento da proposta.
- 10.10. Se a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar não for aceitável, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação (Pregoeiro) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.12. Encerrado a sessão pública, será disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das propostas.
- 10.13. Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o Agente de Contratação (Pregoeiro) divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

## **11. HABILITAÇÃO**

- 11.1. A PROPOSTA classificada em primeiro lugar, nos termos do **item 10** deste Edital, deverá apresentar os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, válidos e que comprovem **situação pré-existente à abertura do certame**, relacionados nos subitens seguintes.
- 11.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal ou, em caso de indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar para o e-mail: [14a.sl@codevasf.gov.br](mailto:14a.sl@codevasf.gov.br), **concedendo-se, para esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação realizada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) no sistema eletrônico

- 11.2.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);
- 11.2.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 11.2.2. A consulta aos cadastros acima mencionados será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios e administradores, para verificação e cumprimento dos impedimentos previstos no art. 38 da Lei 13.303/2016.
- 11.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.2.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.2.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 11.2.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação (Pregoeiro) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.2.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 11.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal ou, em caso de indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar para o e-mail: [14a.sl@codevasf.gov.br](mailto:14a.sl@codevasf.gov.br), **concedendo-se, para esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação realizada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) no sistema eletrônico.
- 11.3.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.4. **Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS, SEGURIDADE SOCIAL-INSS, CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS);
- a1) Nota: A Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela RFB e PGFN, bem como a Certidão referente à Contribuição Previdenciária (INSS), emitida pela RFB, expedidas anteriormente à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014, alterada pela Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.821, de 17 de outubro de 2014, poderão ser apresentadas para satisfazer a exigência desta alínea, desde que estejam dentro do prazo de validade nelas constantes, conforme prevê a Portaria MF nº 358, de 5/9/2014 (publicada no DOU de 9/9/2014).
- a2) Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto do SICAF, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;
- a3) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, deverão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria de Licitações – PR/SL ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial;
- a4) Se porventura, quando da verificação "on line" no SICAF constatar-se que o cadastramento do licitante vencedor se encontra vencido, o mesmo deverá encaminhar à CODEVASF, além dos documentos citados na alínea "a" acima e "b" abaixo, a cópia dos seguintes documentos:
- a4.1) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a4.2) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- a4.2) Registro comercial, no caso de empresa individual, devendo, no caso de licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;
- a4.3) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores, devendo, no caso do licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz no qual deverá estar contemplado, dentre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

a4.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

- b) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, a mesma deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 11.5. Qualificação Técnica:

- a) A Qualificação Técnica constituir-se-á dos documentos apresentados na HABILITAÇÃO exigidos no item 15 do Termo de Referência, **Anexo I, que integra o presente Edital**, devendo ser apresentados na forma ali estabelecida para fins de avaliação da qualificação técnica.

a1) No caso de comprovação da capacidade técnica do licitante e dos profissionais em serviços realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, devidamente regularizado no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro, que para efeito de habilitação, poderá ser apresentado em tradução livre, nos termos do subitem 11.11 do Edital;

#### 11.6. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;

a.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

- b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) correspondente a, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, com base no balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

- c) Comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir

- c1) Observações: serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- c.1.1) sociedades regidas pela Lei 6.404/1976 (sociedade anônima):
- Publicados em Diário Oficial; ou

- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c3) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente



- d) Declaração da licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data apresentação da proposta, não é superior ao patrimônio líquido da licitante, que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “j” deste subitem, observados os seguintes requisitos:

- Declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social;

- Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a licitante deverá apresentar justificativas.

- 11.7. Para a eficácia dos atos quanto ao atendimento a que se referem as alíneas “a1”, “a2”, “a3” e “b”, do **subitem 11.4** acima, será analisada a documentação da licitante vencedora já enviada no ato do envio da proposta, conforme previsto no **subitem 7.1.2**, alíneas “a” a “b” deste edital e observando ainda, o previsto no **subitem 11.7.1** abaixo.
- 11.7.1. A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.
- 11.7.2. **A condição de aceitação dos documentos eletrônicos no item acima, referem-se apenas** aos documentos enviados via Sistema, para fins de **julgamento/habilitação do certame**.
- 11.8. A validade das certidões referidas no **subitem 11.44** corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Codevasf convenciona o prazo como sendo o de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 11.8.1. Caso a certidão expedidas pela Fazenda Federal seja POSITIVA, deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 11.8.2. Toda a documentação apresentada pelo licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em todos os documentos, com exceção da CND junto ao INSS e do CRF junto ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.
- 11.9. **Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:**

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

**11.10. Habilitação: Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

- 11.10.1. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, alterado pelo Decreto nº 10.273/2020, em se tratando das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de contratação. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 11.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, quando da comprovação de que trata o subitem acima, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Codevasf, mediante justificativa do licitante, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), observando-se o procedimento definido no Decreto nº 8.538/2015 art. 4º, § 1º, alterado pelo Decreto nº 10.273/2020.
- 11.10.3. A comprovação de regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é condição para assinatura do Contrato.
- 11.10.4. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no **subitem 11.10.2** acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016, de 30/6/16, sendo facultado à Codevasf convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

**11.11. Os documentos apresentados em língua estrangeira:**

- 11.11.1. Os documentos apresentados durante a sessão pública, emitidos em idioma estrangeiro, poderão ser inicialmente apresentados com tradução livre, para a língua portuguesa, excetuados os catálogos técnicos ilustrativos dos produtos ofertados, que poderão ser apresentados em língua estrangeira.
- 11.11.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o **subitem 10.11.1** acima, serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do dispostos no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas e registrado no Cartório de Títulos e Documentos, arcando o licitante com todas e quaisquer despesas decorrentes da tradução.

11.12. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, o licitante será declarado vencedor.

## **12. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (chat) de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## **13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, exauridos os eventuais recursos administrativos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

13.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da homologação do certame.

## **14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

14.1. Homologada a licitação pela autoridade competente será formalizada a Ata de Registro de Preços nos termos do Anexo III deste Edital, com as licitantes consideradas vencedoras do certame.

14.2. A Codevasf procederá ao encaminhamento da Ata de Registro de Preços, devidamente preenchida com os itens nos quais o licitante foi considerado vencedor, ao endereço eletrônico informado na proposta desta, que procederá a sua assinatura no prazo de 5 (cinco) dias úteis, remetendo-a a Codevasf para o endereço citado no item 1 deste Edital.

14.3. O prazo previsto no subitem 14.2 poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Codevasf, ou por interesse desta.

- 14.4. No caso do licitante se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá convocar os licitantes remanescentes, **na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.**
- 14.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Codevasf poderá:
- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
  - b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 14.6. Assinada a Ata de Registro de Preço, esta terá efeito de compromisso de fornecimento.
- 14.7. A efetivação da Ata de Registro de Preços não obriga a Codevasf a firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a realização de licitação específica para qualquer aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro de preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 14.8. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante deverá manter as condições de habilitação consignadas no Edital.
- 14.9. O fornecedor beneficiário que não atender o subitem 14.5 acima terá sua proposta desclassificada, podendo a Codevasf convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os documentos habilitatórios e feita a negociação, assumir a colocação de primeiro classificado na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 14.10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**
- 14.10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 14.10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- a) A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 14.10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **15. CONTRATAÇÃO**

15.1. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

15.1.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação

15.2. Após a assinatura do instrumento contratual, de acordo com a demanda de materiais e/ou produtos constantes na ata de registro de preços, procederá a emissão da Nota de Empenho em favor do fornecedor beneficiário do(s) item(ns).

15.2.1. O licitante vencedor beneficiário que não aceitar as condições estabelecidas no instrumento contratual correspondente, conforme o caso, não cumprindo assim as obrigações prescritas na Ata de Registro de Preço, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

15.2.2. É facultado à Codevasf, quando o fornecedor beneficiário não aceitar o instrumento contratual correspondente, conforme o caso, nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação

15.2.3. O licitante vencedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá proceder a execução dos serviços em conformidade com as exigências prescritas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

15.2.4. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato na Gerência de Gestão Regional – 14ª/GGR da Codevasf, em Fortaleza/CE, devendo comparecer no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação, ou assiná-lo digitalmente no mesmo prazo.

- 15.2.5. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, no decorrer do prazo especificado no subitem acima, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Codevasf
- 15.2.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato
- 15.2.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 15.2.8. A Codevasf providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, considerando que tal publicação deverá ocorrer nos termos previstos no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

## **16. CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

- 16.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
  - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
  - c) ou na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados
- 16.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 16.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas
- 16.2.2. Na hipótese prevista no item 16.2.1, o gerenciador convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado
- 16.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 17, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa



- 16.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
- 16.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 16.3.1. Para fins do disposto no item 16.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 16.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 17, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente
- 16.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 16.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes do certame, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 16.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 17, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 16.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no item 17.3 e subitem 17.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 16.3.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

## **17. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 17.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
  - b) não assinar o contrato, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 16.3.2; ou
  - d) sofrer sanções previstas no art. 83, III da lei 13.303/2016 e/ou nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 17.1.1. Na hipótese prevista na alínea d) do item 17.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 17.1.2. O cancelamento do registro de preços nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 17.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro de preços do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 17.1.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas

## **18. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 18.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
- 18.2. Em caso de prorrogação da ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 18.3. A eventual prorrogação e renovação do quantitativo originalmente registrado se dará mediante prévio acordo entre as partes e desde que previsto na etapa de planejamento da contratação.

## **19. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 19.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços, objeto desta licitação, o valor máximo global por item/grupo, conforme abaixo) de **R\$ 2.057.619,64 (dois milhões e cinquenta e sete mil e seiscentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos)**, a preços de **janeiro/2026**, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo).
- 19.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

## **20. GERENCIAMENTO, PARTICIPAÇÃO E ADESÃO**

### **Órgão Gerenciador:**

- 20.1. **O órgão gerenciador será a CODEVASF.**
- 20.2. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
  - a) remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30 (do Decreto 11.462/2023);

- b) gerenciar a ata de registro de preços;
- c) conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- d) aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
- e) aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e

**20.3. Constituem ainda obrigações do órgão gerenciador, quando da execução contratual:**

- a) Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/serviços especialmente designado;
- e) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;
- f) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.
- g) Permitir ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- h) Notificar o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- i) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com aqueles praticados no mercado.

20.3.1. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Órgão Participante:**

20.4. Não haverá órgãos participantes.

**Adesão:**

20.5. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**20.6. Constituem obrigações do Fornecedor beneficiário da Ata:**

- 20.6.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
- 20.6.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência, prazo de validade, quando for o caso, ou informações pertinentes ao objeto do contrato, número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência e conta corrente);
- 20.6.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, no caso de fornecimento de bens;
- 20.6.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o art. 76 da Lei nº 13.303/16
- 20.6.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, objeto com avarias ou defeitos
- 20.6.6. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 20.6.7. Manter, durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além do que está disposto no [item 14.1](#).
- 20.6.8. Assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato e aceitar a respectiva Ordem de Serviço, no prazo estabelecido no Edital
- 20.6.9. Pagar todos os tributos devidos em decorrência da execução das obras/serviços, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Edital.
- 20.6.10. A contratada deverá observar todas as obrigações legais, secundárias, de segurança e medicina do trabalho, sustentabilidade socioambientais, trabalhistas, integridade, anticorrupção, LGPD e demais aplicáveis e necessárias à execução do objeto do Edital.

## **21. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

- 21.1. Os prazos para execução dos serviços e vigência do contrato são os estabelecidos no **item 17**, do Anexo I – Termo de Referência, que integra o presente Edital, e nos subitens abaixo.
- 21.1.1. O prazo de execução será de 12 meses, conforme item 17.2 do Anexo I – Termo de Referência, que integra o Edital nº 90008/2026, contado da data de emissão da **Ordem de Serviços expedida pela CODEVASF**.
- 21.1.2. O prazo de vigência do contrato será de 17 meses, conforme item 17.4 do Anexo I – Termo de Referência, que integra o Edital nº 90008/2026, contado da data de sua

assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme item 3, Anexo IX da **IN nº 05/2017**.

- 21.2. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:
- a) haja interesse da Codevasf;
  - b) sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
  - c) seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
  - d) esteja justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
  - e) esteja previamente autorizada pela autoridade competente.
- 21.2.1. A prorrogação de vigência do contrato deverá ser devidamente justificada no respectivo processo administrativo.
- 21.2.2. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou pelo titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 21.2.3. O Gestor do Contrato, de posse dos documentos que compõem a solicitação de prorrogação de vigência do contrato, emitirá Nota Técnica e submeterá à Assessoria Jurídica para emissão de parecer.
- 21.2.4. Após emissão de parecer jurídico, sendo este favorável ao pleito, o Gestor do Contrato elaborará Proposta Regional e submeterá à apreciação do Comitê de Gestão Executiva - COGEX, com vistas à autorização para celebração de Termo Aditivo.
- 21.2.5. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.
- 21.2.6. A expedição da “Ordem de Serviço” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no “Diário Oficial da União”, e entrega das “Garantias de Cumprimento do Contrato”, na Gerência de Gestão Regional – 14ª/GGR da Codevasf.
- 21.3. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de regularidade com tributos (Fazenda Federal), Previdência Social (CND), DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT) e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita às sanções previstas neste Edital, bem como ao enquadramento nos motivos do Art. 155 do Regulamento Interno de Licitações da Codevasf.

- 21.4. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

## **22. FORMA DE PAGAMENTO**

- 22.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no **item 18** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo. Será efetuado em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

## **23. REPACTUAÇÃO**

- 23.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, a contar da data de apresentação das propostas. Serão adotados os critérios de repactuação previstos no **Item 20**, do Anexo I - Termo de Referência, que integra o presente Edital.

## **24. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

- 24.1. Será considerada falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais e previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a Codevasf e União.

## **25. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

- 25.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N.º 5/2017, são estabelecidas no Item 19 do Termo de Referência, que integra o presente Edital, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o **Anexo XII da IN SEGES/MP n.º 5/2017**.

## **26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 26.1. Para a apuração das infrações contratuais ou outras cometidas nas Licitações Codevasf, a Codevasf, respeitado o contraditório e ampla defesa, deverá instaurar processo para apuração da responsabilidade do infrator, podendo impor as seguintes penalidades ao **contratado** ou **licitante**:
- I. Advertência, nos seguintes casos:
    - a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou
    - b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.



I.1) A licitante será notificada que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

I.2) Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Codevasf.

II. Multa, na forma descrita no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- f) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

26.1.1. A sanção prevista no inciso I do **26.1** consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

26.1.2. A sanção prevista no inciso III do **subitem 26.1** podem ser majoradas em 1/2 (um meio) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:

- a) Se o apenado for reincidente; e
- b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.

26.1.3. A sanção prevista no inciso III do **subitem 26.1** poderão ser atenuadas em 1/4 (um quarto) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:

- a) Se o apenado não for reincidente;

- b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
  - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
  - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 57 do Decreto nº. 11.129/2022.
- 26.2. Aos atos praticados após a etapa da licitação poderão ser aplicadas as penalidades constantes do **subitem 26.1** deste Edital.
- 26.3. Na aplicação de sanções ao contratado será assegurada a observância do contraditório e ampla defesa, garantindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia pelo contratado.
- 26.4. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa.
- 26.5. A sanção de suspensão, prevista no **26.1** observará os parâmetros estabelecidos no RILC da Codevasf, e poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
  - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Codevasf, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 26.6. Constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, as condutas descritas nos incisos de I a V, do art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sujeitando-se as empresas licitantes e as empresas contratadas às penalidades previstas no art. 6º, da mesma lei, seguindo a regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 26.6.1. Os atos previstos no item 26.1, que também sejam tipificados como atos lesivos à lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme regulamentação do Decreto nº 11.129/2022,
- 26.7. Constitui crime contra a Administração Pública, sujeitando-se às penalidades do Código Penal Brasileiro, as condutas descritas nos artigos 337-E a 337-O, em razão do disposto no art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 26.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 26.9. No caso da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, caberá recurso

no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

## **27. POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO**

- 27.1. Tanto a Contratada, quanto a Codevasf, comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e o Decreto nº 11.129/2022, de 11 de julho de 2022.
- 27.2. Deverá ser observada a Política de Combate à Fraude e Corrupção, disponível em <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>, bem como a Cláusula Anticorrupção disposta no Anexo III - Minuta de Contrato deste Edital

## **28. POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

- 28.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância a Política de Transações com Partes Relacionadas, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital.
- 28.2. Deverá ser observada a Política de Transações com Partes Relacionadas, disponível em <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>

## **29. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF**

- 29.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, sendo condição essencial para a referida assinatura.
- 29.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, constante do Anexo V deste Edital, por empregado da empresa contratada, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

## **30. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 30.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação (Pregoeiro) em contrário.
- 30.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela administração pública não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.
- 30.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em

ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 30.4. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com ao objeto do pregão e observada a legislação.
- 30.5. A Minuta de Contrato (Anexo III) regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.
- 30.6. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a serviços extras. Serviços extras não contemplados na planilha de preços do licitante vencedor deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 30.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 30.8. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 30.9. A Codevasf poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira ou técnica da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 30.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 30.11. Responsabiliza-se o licitante vencedor por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 30.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Codevasf.
- 30.13. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 30.14. Este Edital e seus Anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, independente de transcrições.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf  
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC

- 30.15. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária Seção Judiciária de Fortaleza/CE será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja

Fortaleza/CE, 15 de junho de 2026

---

**Superintendente Regional da Codevasf**

Processo n.º 59511.000004/2026-18-e



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf**  
**Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf  
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC

## **ANEXO II**

### **CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

**OBS.: Deverão ser respeitados os preços máximos, unitários e global orçados pela Codevasf.**



ANEXO II  
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA- MODELO I

GRUPO 01  
PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

SITE:

À  
CODEVASF  
SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I  
CEP 70.830.901 – Brasília-DF  
Ref.: Edital nº 90008/2026

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital nº 90008/2026 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para Execução das ..... (*Descrever o objeto da licitação, em descrição sucinta e clara, indicando o município e estado onde serão executados os serviços.*), para o Item \_\_\_\_\_ (*quando for o caso*), pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_, (**VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS**), aplicado um percentual de desconto de \_\_\_\_% (\_\_\_\_), de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho pela CODEVASF. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato. (incluir se for exigido no edital).

Nos preços cotados, deverá estar incluso o transporte (frete) para o material objeto desta licitação.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à Codevasf o Sr. \_\_\_\_\_, carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf  
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.

Atenciosamente,

---

FIRMA LICITANTE/CNPJ

---

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf**  
**Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC**

### **ANEXO III**

### **MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf**  
**Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC**

#### **ANEXO IV**

#### **TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF**

## Anexo IV - Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

**Nº do Instrumento:** (Informar contrato, convênio ou instrumento congênere.)

**Período de Vigência do Instrumento:** (Informar Período.)

**Finalidade do Instrumento:** (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica , CPF/CNPJ nº , por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

- Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>
- Comissão de Ética da Codevasf: [etica@codevasf.gov.br](mailto:etica@codevasf.gov.br).

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

---

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:





MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf  
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC

## **ANEXO V – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF**

(Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/governanca/comissao-de-etica/codigo-de-conduta-etica-e-integridade-da-codevasf> )



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf  
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC

**ANEXO VI – TERMO DE OBSERVÂNCIA A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES  
RELACIONADAS E DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS**

**Termo de Observância da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf e de Identificação de Partes Relacionadas Externas**

**Nº do Instrumento:** (Informar contrato, convênio ou instrumento congêneres.)

**Período de Vigência do** (Informar Período.)

**Instrumento:**

**Finalidade do** (Informar finalidade.)

**Instrumento:**

A pessoa física/jurídica , CPF/CNPJ nº , por meio de seu representante legal abaixo subscrito, declara que:

i) está ciente, afirma aderência e concordância com as normas e práticas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf;

ii) compreende que, nos termos da Política, deve informar à Codevasf se existem membros da sua família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, e correlatos, até o 2º grau (detalhamento na Tabela 1), para fins de identificação de quaisquer transações entre eles e a Codevasf;

Conforme disposto acima, assinale uma das opções abaixo:

- a. ( ) Declara, para fins de cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, que não tem conhecimento de membro da minha família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, até 2º grau e correlatos, que diretamente ou por meio de entidade tem relação direta ou indireta de forma contratual, trabalhista ou negocial com a Codevasf.
- b. ( ) Declara, para fins de cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, que tem conhecimento de membro da minha família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, até 2º grau e correlatos, que diretamente ou por meio de entidade tem relação contratual, trabalhista ou negocial com a Codevasf, e presto as seguintes informações:

Pessoa física ou sócio/acionista que tem relação com a Codevasf\*:

Nome da Pessoa Física:	Grau de Parentesco:	Nome do Agente Público da Codevasf:	Forma da Relação com a Codevasf
	Pai, Mãe, Padrasto, Madrasta, Filho, Neto, Outro		Conselheiro, Diretor, Empregado, Comissionado, Prestador de Serviço, Outro.

\* Preencher apenas se for assinalado o item ii) b.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas e práticas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf disponível em:

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:

Tabela 1: Demonstração de parentes em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o 2º grau, nas relações de trabalho ou emprego.

FORMAS DE PARENTESCO		PARENTES EM LINHA RETA		PARENTES EM LINHA COLATERAL	
GRAU		CONSANGUINIDADE	AFINIDADE	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE
1º	Ascendentes	Pai ou mãe (inclusive madrasta e padrasto)	Sogra ou sogra (inclusive madrasta/padrasto do cônjuge ou companheiro(a))	-	-
	Descendentes	Filhos	Enteados, genros ou noras (inclusive do cônjuge ou companheiro(a))	-	-
2º	Ascendentes	Avô ou avó	Avô ou avó do cônjuge ou companheiro(a)	-	-
	Descendentes	Netos	Netos do cônjuge ou companheiro(a)	-	-
				Irmãos	Cunhados

O Cônjuge ou Companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf  
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SLC

## **ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da (empresa ou Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital nº 90008/2026, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da licitação de nº 90008/2026 foi elaborada de maneira independente (Empresa/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº 90008/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação de nº 90008/2026 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20... por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº 90008/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de nº 90008/2026 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº XX/20.... antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de nº 90008/2026 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CODEVASF antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**14ª Superintendência Regional**

**TERMO DE REFERÊNCIA - SRP**  
**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**MENOR PREÇO**

CONTRATAÇÃO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de postos de trabalho, de apoio administrativo especializado, assistente de apoio à gestão, motorista, auxiliar de serviços gerais, copeira e recepcionista, incluindo os insumos necessários, conforme planilha de custos e formação de preços, para atender às necessidades da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, em Fortaleza/CE.

**JANEIRO/2026**

## ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	4
4.	LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	5
5.	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.....	5
6.	DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR .....	5
7.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	5
8.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	7
9.	VISITA AO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	8
10.	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	8
11.	MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS.....	11
12.	UNIFORMES.....	12
14.	PROPOSTA .....	13
15.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	15
16.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	15
17.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....	16
18.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	16
19.	DA CONTA DEPÓSITO VINCULADA .....	18
20.	REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS.....	20
21.	MULTAS .....	23
22.	GARANTIA DE EXECUÇÃO .....	24
23.	FISCALIZAÇÃO.....	25
24.	DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO .....	29
25.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS .....	30
26.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	31
27.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	32
28.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	36
29.	MATRIZ DE RISCOS.....	37
30.	CONDIÇÕES GERAIS .....	38
31.	ANEXOS.....	38

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação, por Sistema de Registro de Preços - SRP, de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de postos de trabalho, para execução das atividades de apoio administrativo especializado, assistente de apoio à gestão, motorista, auxiliar de serviços gerais, copeira e recepcionista, incluindo o fornecimento de todos os insumos necessários à plena execução dos serviços, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, para atender às necessidades da 14ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, localizada em Fortaleza, Estado do Ceará, distribuídos em 6 (seis) itens, em grupo único, conforme descrito abaixo:

GRUPO	ITEM	POSTO DE TRABALHO / FUNÇÃO	CATSERV	MÓDULO MÍNIMO DE CONTRATAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	MÓDULO MÁXIMO DE CONTRATAÇÃO
A	1	Apoio administrativo especializado	5380	3	Posto de trabalho	6
	2	Assistente de apoio à gestão	5380	3	Posto de trabalho	6
	3	Auxiliar de serviços gerais	25194	1	Posto de trabalho	2
	4	Copeira	14397	1	Posto de trabalho	2
	5	Motorista	15008	2	Posto de trabalho	4
	6	Recepcionista	8729	1	Posto de trabalho	2

- 1.2. O objeto da licitação possui a natureza de serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade, para fins de julgamento das propostas, podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. Pretende-se registrar o melhor preço por posto de trabalho, para o qual a Codevasf se reserva o direito de contratar, conforme sua conveniência, respeitados os limites acima indicados, durante a vigência da ata.
- 1.4. A CODEVASF poderá solicitar a alocação permanente, temporária ou por demanda dos itens acima relacionados, respeitado o módulo mínimo, para atuação quando necessário, visando ao bom andamento dos serviços no âmbito da 14ª Superintendência Regional, respeitados os valores unitários por posto de trabalho, ainda que de forma proporcional, registrados na Ata do Sistema de Registro de Preços (SRP), sempre mediante a formalização de contrato entre as partes.

### 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos/serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso,



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**14ª Superintendência Regional**

critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Fortaleza/CE, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**CATSERV** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um serviço no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### **3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 3.1. Forma de Realização: Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços.
- 3.2. Valor estimado: Público.
- 3.3. Critério de Julgamento: Menor Preço.
- 3.4. Forma de Fornecimento: Por demanda.

#### **4. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 4.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser executados nas dependências da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, atualmente localizadas na Rua Barbosa de Freitas, 2674, Edifício Dep. José Euclides Ferreira Gomes – Anexo II, 2º andar, Salas 2A e 2B, Dionísio Torres, Fortaleza – CE, 60170-174, ou em qualquer outro endereço para o qual a sede venha a ser transferida, bem como em novas unidades prediais que venham a ser colocadas sob gestão da 14ª SR, garantindo a continuidade dos serviços.
- 4.2. Para os serviços prestados pelos postos de trabalho de motorista, a base será na mesma localidade indicada no item 4.1, com deslocamentos dentro de Fortaleza e para outros municípios, com ou sem pernoite, conforme o quantitativo de diárias previsto na planilha de custos e formação de preços.

#### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 5.1. O objeto compreende a prestação de apoio administrativo especializado ao Superintendente, assistência à gestão do gabinete, condução de veículos oficiais, serviços de limpeza, copa e recepção, conforme o detalhamento das atribuições de cada posto constante do Item 10.5 – Descrição da Solução.
- 5.2. Os valores detalhados constam na Planilha de Custos e Formação de Preços anexa a este Termo de Referência, a qual deverá ser observada criteriosamente pelos licitantes.

#### **6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 6.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços – SRP.
- 6.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 6.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 6.4. A seleção da proposta será realizada pelo critério de menor preço global, conforme especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência e seus anexos.

#### **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 7.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:



- 7.1.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 7.1.2. A contratada deverá:
- a) possuir capacidade técnica e operacional para executar o objeto da licitação, em especial gerir e se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços, conforme previsto na legislação vigente;
  - b) disponibilizar mão de obra qualificada, devidamente treinada e adequada aos requisitos previstos neste Termo de Referência e seus anexos;
  - c) assegurar eficiência, economicidade e qualidade na execução das atividades.
- 7.1.3. Os postos de trabalho deverão ser ocupados por profissionais que atendam aos seguintes requisitos mínimos:
- a) Experiência mínima: 6 (seis) meses, devidamente comprovada em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
  - b) Perfil comportamental: equilíbrio emocional e polidez no atendimento;
  - c) Requisitos legais: possuir todos os cursos, treinamentos e qualificações exigidos pelo Ministério do Trabalho.
- 7.1.4. Qualificação exigida por posto de trabalho:
- a) Apoio Administrativo Especializado: formação mínima em nível técnico ou superior, com experiência compatível com a descrição sumária das atividades do CBO 2523-05 (Anexo 6), especialmente relativas ao apoio administrativo direto a cargos executivos.
  - b) Assistente de Apoio à Gestão: formação mínima em nível médio, com experiência compatível com as atividades descritas no CBO 4110-10 (Anexo 6), especialmente apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística.
  - c) Motorista: formação mínima em ensino fundamental completo, CNH categoria “B” válida e disponibilidade para viagens, conforme as quantidades estimadas na planilha de custos e formação de preços. A experiência deverá ser compatível com as atividades descritas no CBO 7823-05 (Anexo 6), especialmente quanto à condução de veículos e transporte de pessoas.
  - d) Auxiliar de Serviços Gerais: formação mínima em ensino fundamental, com experiência compatível com as atividades descritas no CBO 5143-20 (Anexo 6), especialmente de conservação e limpeza.
  - e) Copeira: formação mínima em ensino fundamental, com experiência compatível com as atividades descritas no CBO 5134-25 (Anexo 6), especialmente de serviços de copa e manipulação de alimentos e bebidas.
  - f) Recepcionista: formação mínima em ensino médio, com experiência compatível com as atividades descritas no CBO 4221-05 (Anexo 6), especialmente no atendimento telefônico e recepção de visitantes, clientes e fornecedores.

7.2. Quanto à jornada de trabalho:

ITEM	POSTO DE TRABALHO / FUNÇÃO	JORNADA DE TRABALHO	DIAS DE ATUAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
1	Apoio administrativo especializado	08h00 às 12h00 e 13h30 às 17h30	Segunda a sexta-feira	40 horas
2	Assistente de apoio à gestão	08h00 às 12h00 e 13h30 às 17h30	Segunda a sexta-feira	40 horas
3	Auxiliar de serviços gerais	07h00 às 11h00 e 12h30 às 16h30	Segunda a sexta-feira	40 horas
4	Copeira	07h00 às 11h00 e 12h30 às 16h30	Segunda a sexta-feira	40 horas
5	Motorista	08h00 às 12h00 e 13h30 às 17h30	Segunda a sexta-feira	40 horas
6	Recepcionista	07h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00	Segunda a sexta-feira	40 horas

7.2.1. Caso o horário de expediente do Órgão seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários da prestação de serviços para atendimento da nova situação.

7.2.2. A carga horária e a jornada de trabalho de todos os postos de trabalho deverão observar o disposto no Decreto nº 12.174/2024 e nas Instruções Normativas MGI nº 190/2024 e nº 381/2025.

7.3. Quanto à execução contratual:

7.3.1. Tendo em vista o disposto nas Convenções Coletivas, na Consolidação das Leis do Trabalho e no art. 2º da Portaria nº 373, de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, a contratada deverá realizar o controle de jornada de trabalho para fins de assiduidade e pontualidade de seus empregados.

7.3.2. O controle da jornada de trabalho nas dependências da contratante deverá ser efetuado por meio de sistema eletrônico (biometria, cartão magnético ou outro sistema de ponto eletrônico) ou por controle mecânico, a critério da gestão interna da contratada, devendo ser encaminhado mensalmente, juntamente com a documentação do processo de pagamento, para verificação pela fiscalização.

7.3.3. A contratada poderá indicar um representante ou preposto, a suas expensas e sob sua responsabilidade, para representá-la administrativamente durante o período de vigência do contrato. A indicação deverá ser formalizada por meio de declaração contendo o nome completo, CPF, documento de identidade e dados de qualificação profissional. O indicado será o representante legítimo da contratada junto à fiscalização do contrato para receber solicitações, tomar ciência das comunicações e responder formalmente a todas as notificações recebidas, considerando-se como entregue à contratada toda comunicação encaminhada ao indicado.

7.4. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## 8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, nacionais, isoladamente, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.

### 8.2. CONSÓRCIO

8.2.1. Não será permitida a participação de consórcio.

### 8.3. SUBCONTRATAÇÃO



- 8.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Termo de Referência.

#### **8.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

- 8.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

#### **9. VISITA AO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 9.1. O atestado de visita aos locais dos serviços **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do serviço.

- 9.1.1. Os custos de visita ao local onde serão executados os serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

- 9.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão executados os serviços objetos deste Termo de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência de Gestão Regional da 14ª SR da CODEVASF, em Fortaleza/CE, no telefone (85) 3033-1100.

- 9.1.3. A visita ao local onde serão executados os serviços deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial

#### **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 10.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica por posto de trabalho:

##### **10.1.1. Posto de Apoio Administrativo Especializado**

- a) Prestar apoio à Superintendência, executando atividades de apoio de natureza administrativa e executiva de nível intermediário, com discrição e responsabilidade.
- b) Acompanhar compromissos, agendas, reuniões, viagens e eventos oficiais, prestando o apoio necessário das atividades.
- c) Prestar apoio na elaboração de ofícios, memorandos, despachos, relatórios e demais documentos oficiais, observando correção técnica e padronização.
- d) Apoiar a Superintendência no atendimento a autoridades, visitantes e demais públicos de interesse institucional, prestando informações e encaminhamentos com urbanidade e postura profissional.
- e) Apoiar o acompanhamento de processos e documentos de interesse da Superintendência, realizando o controle e o registro das demandas.

- f) Apoiar a gestão das comunicações internas e externas, observando as orientações da chefia imediata e o protocolo institucional.
- g) Manter sigilo sobre informações e documentos de caráter reservado.
- h) Executar outras tarefas correlatas, conforme determinação da Administração.

**10.1.2. Posto de Assistente de Apoio à Gestão**

- a) Prestar suporte técnico e administrativo de nível médio às atividades do Gabinete da Superintendência, contribuindo para o planejamento, execução e acompanhamento das ações institucionais.
- b) Auxiliar na elaboração e controle de relatórios, planilhas, processos administrativos e documentos internos.
- c) Apoiar a organização e atualização de arquivos, agendas e registros de reuniões, garantindo a rastreabilidade das informações.
- d) Atender servidores e visitantes do gabinete, prestando informações e orientações de rotina, com postura profissional e discrição.
- e) Acompanhar o andamento de processos e expedientes administrativos, mantendo controle sobre prazos e demandas sob responsabilidade do gabinete.
- f) Operar sistemas corporativos e ferramentas de gestão administrativa, conforme orientação da chefia imediata.
- g) Apoiar o encaminhamento de documentos e comunicações oficiais entre as unidades internas e externas da instituição.
- h) Executar outras atividades correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação da Administração.

**10.1.3. Posto de Motorista**

- a) Os serviços do posto de Motorista serão demandados por meio de documento denominado Requisição de Veículo (RDV), no qual constarão, no mínimo, o veículo a ser utilizado, os passageiros, o destino (local ou viagem), bem como a data, o horário e, quando aplicável, o itinerário para a execução do serviço.
- b) Após a emissão e assinatura da RDV, o motorista deverá verificar previamente as condições gerais do veículo indicado, realizando a vistoria básica de funcionamento e segurança. Constatada qualquer irregularidade que possa comprometer a segurança ou a adequada execução do serviço, esta deverá ser comunicada imediatamente à Administração. Estando o veículo em condições regulares, o motorista deverá executar o trajeto nos termos, datas e horários estabelecidos.
- c) O motorista deverá ater-se estritamente às disposições constantes da RDV, sendo vedada a utilização do veículo para finalidade diversa da autorizada, bem como o descumprimento de datas, horários, itinerários ou demais condições previamente definidas.
- d) No caso de deslocamento em viagem, o motorista deverá apresentar-se apto para o serviço, portando a bagagem pessoal compatível com a duração do deslocamento autorizado e observando as normas internas da Administração.

- e) No desempenho de suas atividades, o motorista deverá conduzir veículos pertencentes à frota ou disponibilizados à 14ª Superintendência Regional em conformidade com a legislação de trânsito vigente e com as normas internas da instituição, transportando pessoas, materiais e equipamentos com segurança, de modo a preservar a integridade dos passageiros e da carga.
- f) Compete ainda ao motorista realizar a vistoria do veículo antes do início do uso, verificando níveis de combustível, óleo, água, condições dos pneus, sistema de iluminação e demais itens essenciais ao funcionamento seguro; zelar pela conservação, limpeza e manutenção preventiva do veículo sob sua responsabilidade; comunicar imediatamente ao setor competente qualquer irregularidade, avaria ou necessidade de manutenção corretiva; cumprir as determinações da chefia imediata; manter sigilo sobre informações, documentos ou dados a que tiver acesso em razão do exercício de suas atividades; e executar outras atividades correlatas, compatíveis com a função, conforme necessidade do serviço..

#### 10.1.4. Posto de Auxiliar de Serviços Gerais

- a) Executar serviços de limpeza, conservação e higienização das áreas internas e externas das dependências da unidade.
- b) Limpar e manter em condições adequadas banheiros, salas, corredores, copa, pátios e demais espaços.
- c) Recolher e acondicionar o lixo em sacos plásticos apropriados, realizando a separação de resíduos recicláveis, quando aplicável.
- d) Repor materiais de higiene e limpeza nos ambientes, conforme necessidade.
- e) Manter organizados os ambientes sob sua responsabilidade, zelando pela conservação de móveis, equipamentos e utensílios.
- f) Realizar a limpeza de vidros, mobiliários e equipamentos, utilizando produtos adequados e seguros.
- g) Executar outras atividades de apoio, conforme necessidade da Administração.

#### 10.1.5. Posto de Copeira

- a) Preparar e servir café, chá, água e demais bebidas durante o expediente e em eventos institucionais.
- b) Manter a copa limpa, organizada e higienizada, incluindo utensílios, bancadas, armários e equipamentos.
- c) Lavar e guardar copos, xícaras, talheres e demais utensílios, mantendo-os disponíveis para uso.
- d) Zelar pela conservação e bom funcionamento dos equipamentos de copa, comunicando à chefia qualquer defeito ou necessidade de reparo.
- e) Controlar e solicitar reposição de insumos e materiais de consumo.
- f) Recolher utensílios utilizados em reuniões e eventos, mantendo a copa sempre em ordem.
- g) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço.

#### 10.1.6. Posto de Recepcionista

- a) Recepcionar e orientar o público interno e externo, identificando o assunto a ser tratado e encaminhando ao setor competente.
  - b) Atender e realizar ligações telefônicas, anotando e transmitindo recados com clareza e presteza.
  - c) Controlar o acesso de visitantes, prestadores de serviço e servidores, mantendo registros atualizados.
  - d) Zelar pela boa apresentação e organização da área de recepção.
  - e) Apoiar a realização de reuniões e eventos, quando solicitado, auxiliando na logística de atendimento.
  - f) Prestar informações básicas sobre os serviços, horários e dependências da instituição.
  - g) Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação da Administração.
- 10.2. A execução dos serviços será iniciada conforme indicado na ordem de serviço, após a assinatura do contrato e a apresentação dos profissionais designados pela contratada.

## 11. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 11.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades a seguir estabelecidas, estimados para o período de 12 (doze) meses, devendo ser entregues de forma proporcional ao andamento do contrato, com a devida substituição sempre que necessário.

Copeira		
Insumos		
Descrição	Unidade	Quantidade
CAFÉ, apresentação: torrado moído, intensidade: intensa ou extra forte, tipo: tradicional, empacotamento: vácuo. Marca: 3 Corações ou similar	500 g	180
AÇÚCAR, tipo: refinado, coloração: branca	1 Kg	12
Adoçante Dietético Líquido Características Técnicas: -Adoçante à base de aspartame; - Líquido com conteúdo mínimo de 100 ml; -Frasco plástico com bico tipo conta gotas	Unidade	12
Detergente para lavar louça – 500 ml, 100% biodegradável com Registro ANVISA - Limpol/Ipê ou similar	Unidade	36
Esponja dupla face verde/amarelo – 3M, Scotch brite ou similar	unidade	72
Lã/ esponja de aço – Bombril ou similar	Unidade	12
Papel Toalha	Pct 2 Rolos	24
Guardanapo	Unidade	24
Rodo para pia	Unidade	12
Sabão em barra de 1º qualidade – pacote com barras de 200 g, totalizando 1 Kg. 100% biodegradável com Registro ANVISA	Unidade	12
Copo descartável de 150 ml	Pct 100 unidades	72
Copo descartável de 50 ml	Pct 100 unidades	36

Auxiliar de serviços gerais		
Insumos		
Descrição	Unidade	Quantidade
Água sanitária de 1ª qualidade com registro ANVISA	unidade	12
Alcool de 1ª qualidade, 70º INPM. Frasco de 1 litro, com registro ANVISA	Litro	24
Limpador líquido multiuso concentrado – Veja ou similar	Unidade	24
Luva de látex natural de 1º qualidade	Par	12
Pano multiuso	Rolo	12
Saco de lixo 100 L	Unidade	12
Sabão em pó 100% biodegradável com Registro ANVISA	Kg	12
Vassoura de pelo 40 cm c/ cabo de madeira, Noviça/Bettanin, Condor ou similar.	Unidade	12

## 12. UNIFORMES

- 12.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.
- 12.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário, estimadas para o período de 12 (doze) meses, devendo ser entregues de forma proporcional ao andamento do contrato, com a devida substituição sempre que necessário:

<b>Motorista</b>		
<b>Uniforme</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Calça jeans tradicional	Unidade	10
Camisa social branca (As camisas devem ter a mesma padronização, com o logo da empresa na altura do peito, do lado esquerdo. Nas costas, deve constar a inscrição: "A serviço da Codevasf".)	Unidade	5
Camisa gola polo branca (As camisas devem ter a mesma padronização, com o logo da empresa na altura do peito, do lado esquerdo. Nas costas, deve constar a inscrição: "A serviço da Codevasf".)	Unidade	5
Par de meia social preta	Par	10
Sapato / bota preta	Par	2
Cinto social preto	Unidade	1
Crachá	Unidade	1

<b>Recepcionista</b>		
<b>Uniforme</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Blazer social casual feminino com gola, 2 bolsos embutidos na linha de cintura, cor azul marinho ou preta	Unidade	10
Blusa básica social feminina, mangas longas punhos livres, sem bolso, tecido Oxford Camisaria cor branca ou azul royal.	Unidade	10
Calça social feminina, corte reto, na cor azul marinho ou preta	Unidade	10
Par de meias, na cor preta	Par	10
Laço para cabelo com tela	Unidade	4
Lenço para pescoço	Unidade	2
Sapato social	Par	2
Crachá	Unidade	1

<b>Copeira</b>		
<b>Uniforme</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Colete para uniforme, na cor azul marinho ou preta, fechamento em botões, sem manga, com a logomarca da empresa localizada no lado esquerdo do peito na parte da frente, e a inscrição "A SERVIÇO DA CODEVASF 14ª/SR" centralizada nas costas	Unidade	10
Blusa básica feminina, malha fria, cor branca	Unidade	10
Avental de cintura na cor branco	Unidade	2
Calça social feminina, corte reto	Unidade	10
Par de meias, na cor preta	Par	10
Laço para cabelo com tela	Unidade	4
Sapato social	Par	2
Crachá	Unidade	1

<b>Auxiliar de serviços gerais</b>		
<b>Uniforme</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Camiseta para uniforme, na cor azul marinho, manga curta, com a logomarca da empresa localizada no lado esquerdo do peito na parte da frente, e a inscrição "A SERVIÇO DA CODEVASF 14ª/SR" centralizada	Unidade	10

nas costas		
Calça comprida, na cor azul marinho ou preta, com elástico e cordão, em tecido brim	Unidade	10
Par de meias, na cor preta	Unidade	10
Sapato antiderrapante profissional para trabalho, na cor preta	Unidade	2
Crachá	Unidade	1

- 12.3. Os uniformes deverão ser confeccionados com tecidos de boa qualidade, que permitam a boa mobilidade dos colaboradores, devendo ser resistentes, para não desbotarem, não rasgarem e não devem ser transparentes.
- 12.3.1. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 12.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

### **13. DIÁRIAS**

- 13.1. O valor de cada diária a ser paga em caráter eventual e transitório, em virtude do deslocamento de empregado para município diverso de sua sede profissional, no desempenho de suas atividades, observa os valores estabelecidos na Cláusula 15ª da CCT. A esse valor foram acrescidos os percentuais máximos de tributos e demais encargos a serem retidos pela Codevasf no momento do pagamento do reembolso à empresa contratada das diárias pagas aos empregados, bem como eventuais custos indiretos incorridos pela contratada, conforme demonstrado na Planilha de Formação de Preços de Diárias anexa.
- 13.2. No valor a ser pago pela 14ª Superintendência Regional já deverão estar incluídos os tributos incidentes, quando houver, consideradas as hipóteses de isenção previstas em lei.
- 13.3. O valor a ser pago ao empregado deverá corresponder ao valor líquido, descontada eventual tributação, conforme descrito na proposta, de modo a possibilitar o custeio das despesas efetivamente realizadas em viagem. Caso sobrevenha tributação sobre esse item, esta deverá ser objeto de pedido de repactuação, a fim de viabilizar o pagamento adequado.
- 13.4. A cobrança de fatura referente às diárias, quando da ocorrência dos eventos, deverá estar devidamente discriminada em nota fiscal específica, a ser encaminhada à Contratante ao final de cada mês, acompanhada dos comprovantes de depósito correspondentes e da Planilha de Formação de Preços de Diárias.
- 13.5. As diárias deverão ser pagas aos empregados de forma antecipada à viagem, mediante comunicação prévia do Fiscal do Contrato à empresa contratada acerca do deslocamento necessário.
- 13.6. Caso a viagem autorizada e paga aos empregados não seja efetivamente realizada, o Fiscal do Contrato comunicará o fato à empresa contratada para adoção das providências cabíveis, não sendo admitida a inclusão desses valores na fatura a ser paga pela 14ª Superintendência Regional.
- 13.7. A 14ª Superintendência Regional não fica obrigada à realização da quantidade de viagens estimada no Termo de Referência, tratando-se de mera previsão, a ser efetivada conforme as necessidades da área demandante dos serviços.

### **14. PROPOSTA**



- 14.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:
- a) Nome, endereço, cidade, estado e país da empresa prestadora do serviço;
  - b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos serviços ofertados, em conformidade com este Termo de Referência;
    - b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.
  - c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os serviços, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo 4, que é parte integrante deste termo de Referência.
- 14.1.1. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 14.1.2. Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.
- 14.1.3. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL avaliado, POR GRUPO, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
- 14.1.4. Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência.
- 14.1.5. Os salários dos profissionais referidos nestes Termos de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido de cada categoria profissional e em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.
- 14.1.5.1. Na apresentação do orçamento para o Pregão, no Módulo 7 – Diárias o licitante não deve alterar o valor da diária a ser paga ao motorista, pois este é definido em convenção, nem as quantidades estipuladas por mês, as quais foram estabelecidas conforme a estimativa e o histórico da 14ª/SR.
- 14.1.6. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da Codevasf, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.



## **15. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

15.1. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

### **15.2. QUALIFICAÇÃO**

15.2.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.2.1.1. Comprovação de que já executou contrato(s) correspondente(s) a, no mínimo, 50% dos postos equivalentes ao quantitativo máximo possível de contratação da presente licitação.

15.2.1.2. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

15.2.1.3. Serão aceitos atestados de comprovação de contratos de terceirização de mão de obra com dedicação exclusiva, em atividades administrativas ou operacionais, não sendo necessária a correspondência exata das funções, uma vez que pretende-se avaliar a capacidade técnica quanto à gestão de mão de obra.

15.2.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

15.2.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

15.2.1.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15.2.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

15.2.1.8. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (Fortaleza/CE) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

15.2.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.2.2.1. Será exigida, para fins de qualificação econômico-financeira, a comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

## **16. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos objeto desta licitação o valor máximo global de R\$ 2.057.619,64 (dois milhões e cinquenta e sete mil e seiscentos e dezenove reais e sessenta e quatro centavos), a preços de janeiro/2026, conforme indicado nas Planilhas de



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**14ª Superintendência Regional**

Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo 4 deste Termo de Referência e resumido no quadro abaixo.

QUADRO RESUMO									
Grupo	Item	Posto de Trabalho / Função	Módulo mínimo	Módulo máximo	Custo unitário mensal do item	Custo mensal do módulo mínimo	Custo anual do módulo mínimo	Custo mensal do módulo máximo	Custo anual do módulo máximo
1	1	Apoio administrativo especializado	3	6	R\$ 12.742,98	R\$ 38.228,93	R\$ 458.747,19	R\$ 76.457,87	R\$ 917.494,38
	2	Assistente de apoio à gestão	3	6	R\$ 5.006,68	R\$ 15.020,03	R\$ 180.240,39	R\$ 30.040,07	R\$ 360.480,79
	3	Auxiliar de serviços gerais	1	2	R\$ 4.867,02	R\$ 4.867,02	R\$ 58.404,20	R\$ 9.734,03	R\$ 116.808,41
	4	Copeira	1	2	R\$ 5.588,43	R\$ 5.588,43	R\$ 67.061,15	R\$ 11.176,86	R\$ 134.122,30
	5	Motorista	2	4	R\$ 8.441,49	R\$ 16.882,97	R\$ 202.595,70	R\$ 33.765,95	R\$ 405.191,39
	6	Recepcionista	1	2	R\$ 5.146,77	R\$ 5.146,77	R\$ 61.761,18	R\$ 10.293,53	R\$ 123.522,36
Total			11	22		R\$ 85.734,15	R\$ 1.028.809,82	R\$ 171.468,30	R\$ 2.057.619,64

- 16.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

#### 17. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 17.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período.
- 17.2. O prazo para execução do objeto deste TR é de 12 (doze) meses, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 17.3. O prazo máximo para emissão da Ordem de Serviço é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
- 17.4. O prazo de vigência do contrato será de até 17 (dezessete) meses, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreendendo o prazo máximo para emissão da Ordem de Serviço (OS), o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos Serviços.

#### 18. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 18.4.1. O prazo de validade;
  - 18.4.2. A data da emissão;
  - 18.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 18.4.4. O período de prestação dos serviços;
  - 18.4.5. O valor a pagar; e
  - 18.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

- 18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 18.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AM = P \times I$$

Onde:

- AM = Atualização Monetária;
- P = Valor da Parcela a ser paga;
- I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = \left[ \left( \frac{1 + im1}{100} \right)^{dm1/30} \times \left( \frac{1 + im2}{100} \right)^{dm2/30} \times \dots \times \left( \frac{1 + imn}{100} \right)^{dmn/30} \right] - 1$$

Onde:

- i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";
- d = Número de dias em atraso no mês "m";
- m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

## 19. DA CONTA DEPÓSITO VINCULADA

- 19.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 19.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 19.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 19.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

- 19.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
- 19.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:
- 19.4.1.1. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- 19.4.1.2. Parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- 19.4.1.3. Parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- 19.4.1.4. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 19.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 19.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 19.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 19.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- 19.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 19.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 19.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.
- 19.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 19.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 19.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 19.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 19.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

- 19.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 19.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 19.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 19.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **20. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS**

- 20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 20.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.
- 20.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 20.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 20.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
  - 20.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
  - 20.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;
  - 20.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 20.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.



- 20.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 20.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 20.8.1. Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 20.8.2. Da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 20.8.3. Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 20.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 20.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 20.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 20.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 20.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 20.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V \left[ \frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

**Onde:**

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada



“I1” é o Índice relativo ao mês do reajustamento

“I0” é o índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação

- 20.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 20.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 20.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
  - 20.15.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
  - 20.15.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
  - 20.15.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 20.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 20.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

- 20.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **21. MULTAS**

- 21.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 21.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato conforme a Tabela 1;
  - b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
  - c) 12% (doze por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total.

**Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial**

<b>Inadimplências</b>	<b>Grau de Penalidade</b>	<b>Percentual do valor do contrato</b>
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

**Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade**

<b>Ocorrência</b>	<b>Cálculo da multa</b>
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 21.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 21.4. As multas aplicadas não poderão ser inferiores a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superiores a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme disposto no art. 167 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da Codevasf.

- 21.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- a. A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
  - b. Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
  - c. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
  - d. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Gestão Regional da 14ª SR o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 21.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 21.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pelo Superintendente Regional da 14ª SR, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 21.8. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 21.9. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **22. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 22.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, que deverá ser entregue em até 10(dez) dias úteis após a assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). Conforme alínea e, subitem 3.1, Anexo VII-F, IN nº 5/2017.
- 22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na apresentação da garantia contratual autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme previsto no art. 150, § 12º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC da Codevasf.
- 22.1.3. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na 14ª Gerência de Gestão Regional da Codevasf.
- 22.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

- 22.3. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 22.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 22.5. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor e com cobertura até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência do contrato.
- 22.6. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 22.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 22.8. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão contratual, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 22.9. A ordem de serviço não será emitida antes do recolhimento da garantia contratual.
- 22.10. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão contratual, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 22.11. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.

### **23. FISCALIZAÇÃO**

- 23.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 23.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 23.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

- 23.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área responsável pela execução do contrato.
- 23.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 23.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à área da Codevasf responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 23.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 23.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 23.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis
- 23.10. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 23.11. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 23.11.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- 23.11.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- 23.11.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
- 23.11.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e
- 23.11.1.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

- 23.11.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 23.11.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
  - 23.11.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - 23.11.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
  - 23.11.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 23.11.3. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 23.11.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
  - 23.11.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
  - 23.11.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - 23.11.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
  - 23.11.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 23.11.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 23.11.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - 23.11.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - 23.11.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - 23.11.4.4. Exames médicos admissionais dos empregados dispensados.
- 23.12. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 23.12.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
  - 23.12.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.



- 23.12.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 23.13. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 23.14. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 23.11.1 acima deverão ser apresentados.
- 23.15. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 23.16. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 23.17. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 23.18. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme na Lei nº 13.303 de 2016.
- 23.19. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 23.20. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 23.20.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 23.20.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 23.20.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 23.21. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 23.22. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 23.23. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.



- 23.24. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 23.25. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 23.26. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 23.27. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 23.28. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 23.29. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 23.30. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais, nos termos do art. 62 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017.
- 23.31. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 23.32. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 23.33. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.
- 23.34. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

#### **24. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

- 24.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo 3 deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 24.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
  - 24.2.1. Não produziu os resultados acordados;
  - 24.2.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 24.2.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **25. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 25.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 25.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 25.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
  - 25.3.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 25.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
  - 25.4.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
  - 25.4.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 25.5. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 25.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

- 25.7. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 25.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 25.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 25.9. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 25.9.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 25.9.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 25.9.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 25.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 25.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **26. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

- 26.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- 26.1.1. Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 26.1.2. Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- 26.1.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 26.1.4. Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

- 26.1.5. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 26.1.6. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- 26.1.7. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- 26.1.8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

## **27. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 27.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 27.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 27.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 27.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 27.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 27.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 27.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- 27.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 27.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 27.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 27.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 27.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 27.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 27.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 27.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 27.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 27.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 27.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 27.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, nos termos do art. 63, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
- 27.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 27.21. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 27.22. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

- 27.23. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 27.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 27.25. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
  - 27.25.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.
  - 27.25.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 27.26. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 27.27. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.
- 27.28. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 27.29. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 27.30. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 27.31. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.



- 27.32. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
- 27.33. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 27.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.
- 27.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 27.36. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
  - 27.36.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
  - 27.36.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
  - 27.36.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 27.37. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 27.38. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
  - 27.38.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 27.39. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, conforme Anexo V, item 2.5, e, IN nº 05/2017.
- 27.40. Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;
  - 27.40.1. As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE.



- 27.40.2. Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- 27.40.3. Sempre que houver um desligamento, a contratada deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.
- 27.40.4. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.
- 27.40.5. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.
- 27.40.6. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.45.4.
- 27.40.7. A contratada deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.
- 27.41. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

## **28. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

- 28.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 28.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 28.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 28.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 28.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 28.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 28.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 28.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 28.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 28.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 28.7.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 28.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 28.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 28.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 28.11. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 28.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela legislação.
- 28.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

## **29. MATRIZ DE RISCOS**

- 29.1. A matriz de risco está apresentada no anexo 8 deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 29.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 29.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 29.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 29.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

- 29.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 29.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 29.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 29.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 29.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

### **30. CONDIÇÕES GERAIS**

- 30.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independentemente de transições.

### **31. ANEXOS**

- 31.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:
- Anexo 1 – Justificativa;
  - Anexo 2 – Estudo Técnico Preliminar;
  - Anexo 3 – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
  - Anexo 4 – Planilhas de Custos de Formação de Preços;
  - Anexo 5 – Convenções Coletivas de Trabalho (CE000086/2025 e CE000510/2025);
  - Anexo 6 – CBO's dos postos de Trabalho;
  - Anexo 7 – Cotação de Preços dos Insumos;
  - Anexo 8 – Matriz de Riscos;
  - Anexo 9 – Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços.

#### **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES	<b>MARCO ANTONIO BOMTEMPO RIBEIRO</b> Analista em Desenvolvimento Regional
GERENTE REGIONAL	<b>GEANDRA RIBEIRO ROCHA DA SILVA</b> Gerente de Gestão Regional da 14ª SR
AUTORIDADE COMPETENTE	<b>ODILON SILVEIRA AGUIAR</b> Superintendente Regional da 14ª SR



## ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades decorrentes da especificidade dos serviços a serem contratados, conforme previsto no Termo de Referência, passando tais elementos, uma vez relacionados, a integrar formalmente o TR.

**Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:** O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram devidamente aprovados por ato da autoridade competente, conforme registrado no presente processo administrativo.

### **Justificativas:**

**Da necessidade da contratação:** A presente contratação justifica-se pelo interesse público, tendo em vista a necessidade de prover meios para que a Gerência de Gestão Regional da 14ª Superintendência Regional da Codevasf possa cumprir sua missão regimental, nos termos do art. 170, inciso V, do Regimento Interno, notadamente no que se refere à administração e ao desenvolvimento das atividades auxiliares indispensáveis ao funcionamento da Superintendência.

Os serviços de apoio administrativo e operacional são essenciais para garantir o regular desempenho das atividades institucionais, permitindo que o corpo técnico se concentre nas atividades finalísticas relacionadas à execução das políticas públicas de desenvolvimento regional e tenha o suporte necessário ao pleno desempenho das atividades finalísticas.

Tal abordagem permite ganhos de escala, padronização da execução e maior controle da gestão contratual. A Superintendência dispõe de quadro próprio reduzido, composto predominantemente por servidores de nível superior, cujas atribuições não abrangem atividades rotineiras de apoio administrativo e operacional.

Não há concurso vigente para cargos de nível médio ou técnico compatíveis com as funções demandadas, e os cargos de natureza auxiliar pertencem a carreiras extintas. Registre-se, ainda, que existe apenas um motorista efetivo, quantitativo manifestamente insuficiente para atender à frota e às demandas institucionais, sobretudo considerando tratar-se de carreira extinta, conforme Deliberação nº 10/2020.

Diante desse cenário, a contratação indireta mostra-se alternativa viável para assegurar a continuidade e eficiência das atividades administrativas.

A ausência da contratação comprometeria o funcionamento regular da Superintendência, afetando diretamente o suporte às ações finalísticas e o cumprimento das metas institucionais. Dessa forma, trata-se de serviço essencial, de natureza continuada.

**Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:** Para atendimento da necessidade da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, verifica-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional, por postos de trabalho, com dedicação exclusiva de mão de obra.

A execução direta dos serviços pela Administração mostra-se inviável, em razão da inexistência de quadro funcional compatível com as atividades demandadas, da ausência de concursos públicos vigentes para essas funções e da extinção de carreiras de nível médio e auxiliar no âmbito da Companhia. A utilização de

empregados próprios implicaria desvio de função, sobrecarga das equipes técnicas e prejuízo às atividades finalísticas da Superintendência.

A realização de contratações pontuais ou fragmentadas, por sua vez, não se revela adequada, pois dificulta o planejamento da força de trabalho, eleva os custos administrativos, aumenta o risco de descontinuidade dos serviços e compromete a fiscalização contratual.

Nesse contexto, a terceirização por postos de trabalho, com gestão unificada da mão de obra pela empresa contratada, apresenta-se como a alternativa mais eficiente, por assegurar padronização, continuidade na execução dos serviços e mitigação de riscos operacionais e trabalhistas.

Considerando a necessidade de flexibilidade para ajustes quantitativos ao longo da execução contratual, bem como a inexistência de histórico consolidado de contratação de parte dos serviços e o processo de ampliação da estrutura da unidade, mostra-se mais adequada a utilização do Sistema de Registro de Preços, por permitir contratações conforme a efetiva necessidade da Administração, sem prejuízo da economicidade e da eficiência.

Assim, a solução proposta revela-se compatível com o interesse público e com as normas aplicáveis, assegurando o suporte necessário às atividades administrativas e operacionais da 14ª Superintendência Regional da Codevasf.

**Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:** Nos termos do item 4.4.7 da Norma de Pesquisa e Definição de Preços de Referência, a pesquisa de preços para serviços com dedicação exclusiva de mão de obra observou as disposições da Instrução Normativa nº 5/2017.

A planilha de custos e formação de preços foi elaborada com base nos parâmetros normativos vigentes, adotando-se como salários-base os valores previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho CE000510/2025 e CE000086/2025, bem como a cotação de insumos no portal Compras.gov.br, conforme detalhamento a seguir:

Módulo	Parâmetro	Justificativa / Observação
Módulo 1 – Composição da Remuneração	Convenções Coletivas de Trabalho CE000510/2025 e CE000086/2025, conforme § 3º, art. 30 do RILC.	A Convenção Coletiva de Trabalho é um acordo normativo (conforme o art. 611 da CLT) que define a remuneração-base da categoria nesta localidade.
Módulos 2, 3, 4 e 6	Legislação trabalhista, fiscal e previdenciária	Custos previstos em legislação específica que incidem sobre a remuneração-base do módulo 1.
Módulo 5 – Insumos	Pesquisa de preço no portal compras.gov.br, conforme item I do art. 30 do RILC.	–
Módulo 7 – Diárias	Valores: CE000510/2025. Quantidades: histórico de RDVs da 14ª SR.	Cláusula Décima Quinta – Despesas de Viagem, da CCT.

**Da adoção do Pregão Eletrônico:** O objeto caracteriza-se como serviço comum, uma vez que suas especificações são padronizadas, usuais no mercado e passíveis de descrição objetiva no Termo de Referência. Dessa forma, adota-se o Pregão Eletrônico, nos termos do art. 35 do RILC, por promover maior competitividade, transparência e economicidade, com a possibilidade de lances sucessivos.

**Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):** Preliminarmente, destaca-se que a 14ª Superintendência Regional da Codevasf constitui unidade orgânica recentemente criada, encontrando-se em fase de estruturação de parte significativa de seus serviços, processos e recursos.

Ressalte-se, ainda, que parcela dos serviços ora demandados nunca foi anteriormente contratada por esta Superintendência Regional, inexistindo histórico contratual capaz de subsidiar a definição precisa e antecipada dos quantitativos necessários, com base em séries históricas.

A esse cenário soma-se o processo de ampliação da estrutura física da unidade, bem como a perspectiva de incremento da estrutura organizacional, fatores que impactam diretamente a definição quantitativa e qualitativa dos serviços de apoio administrativo e operacional a serem demandados ao longo da execução contratual.

Diante dessas circunstâncias, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se mais adequada, por tratar-se de serviços comuns e por não ser possível definir previamente, com exatidão, os quantitativos a serem contratados, enquadrando-se a contratação, assim, na hipótese prevista no inciso V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

**Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, nos termos da legislação vigente, desde que demonstrada a manutenção das condições de vantajosidade e do interesse público. A prorrogação da vigência da Ata poderá contemplar a renovação dos quantitativos originalmente registrados, desde que haja justificativa técnica que comprove a necessidade da Administração, a disponibilidade orçamentária e a manutenção das condições vantajosas da contratação.

**Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação):** Não será instaurado procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que a contratação foi planejada exclusivamente para atender às necessidades da 14ª Superintendência Regional da Codevasf.

**Da não admissão de participação de órgãos ou entidades como “carona” no certame:** Não será admitida a participação de órgãos ou entidades diversos da 14ª Superintendência Regional da Codevasf no certame, na condição de órgãos não participantes originários (“carona”), tendo em vista que a licitação foi estruturada considerando exclusivamente as demandas, os quantitativos estimados e a capacidade de gestão da unidade demandante.

**Da não admissão de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes:** Não será admitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços a ser eventualmente firmada, considerando que a contratação envolve composição de preços baseada em insumos específicos das necessidades da 14ª Superintendência Regional da Codevasf e na aplicação de Convenção Coletiva de Trabalho de abrangência regional, com impactos trabalhistas relevantes. A adesão por órgãos localizados em regiões sujeitas a outras convenções coletivas, pisos salariais e benefícios poderia desvirtuar a composição original de preços e gerar impactos negativos nas obrigações trabalhistas dos prestadores de serviços eventualmente contratados.

**Justificativa da adoção do valor estimado público:** Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em





observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Critério de Julgamento:** O critério de julgamento será o menor preço, conforme art. 67 do RILC.

**Dos requisitos de aceitação das propostas:** Não serão aceitas propostas que apresentem valor superior ao valor máximo global estabelecido no edital. As propostas que excederem esse limite serão desclassificadas, sendo vedada a sua alteração no decorrer do certame, nos termos do entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, consubstanciado no Acórdão nº 7.213/2015 – 2ª Câmara.

**Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):** As exigências de qualificação técnica foram definidas de forma proporcional e compatível com a complexidade dos serviços, com o objetivo de assegurar a capacidade técnica e operacional da contratada, sem restringir indevidamente a competitividade, garantindo, assim, a adequada prestação dos serviços e o nível de competitividade esperado do procedimento licitatório.

**Da exigência de patrimônio líquido mínimo:** Será exigida, para fins de qualificação econômico-financeira, a comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A exigência justifica-se pela natureza do objeto, que envolve prestação contínua de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e impactos trabalhistas relevantes, sendo necessária a demonstração de capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações contratuais assumidas.

**Do intervalo mínimo entre os lances:** Será adotado intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances. O percentual é compatível com o objeto da contratação, por assegurar variação proporcional adequada aos valores envolvidos, independentemente do valor estimado ou orçado, evitando a apresentação de lances de valor irrisório e conferindo maior racionalidade à dinâmica da disputa. O intervalo mínimo incidirá tanto sobre os lances intermediários quanto sobre o lance destinado a cobrir a melhor oferta, garantindo a isonomia entre os licitantes, a transparência do certame e a efetiva competitividade.

**Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas:** A não divisão do objeto da licitação em grupos ou parcelas justifica-se pela necessidade de execução integrada dos serviços, de modo a assegurar padronização operacional, eficiência na gestão e fiscalização contratual e preservação da economia de escala, não se mostrando tecnicamente nem economicamente vantajosa a fragmentação do objeto, conforme avaliado no Estudo Técnico Preliminar.

**Permissão para Participação de Consórcios:** Não será permitida. A execução do objeto é de baixa complexidade, não exigindo especialidades diversas que justifiquem consórcio. Empresas individualmente conseguem atender ao objeto.

**Permissão para Participação de Sociedades Cooperativas:** Não será permitida. A execução exige gestão centralizada, subordinação direta e continuidade operacional, o que não se compatibiliza com o modelo cooperativista, conforme IN nº 5/2017.

**Permissão para Subcontratação:** Não. Os serviços em questão não são divisíveis, o que demonstra que não existem partes a serem subcontratadas.





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
14ª Superintendência Regional

**Dos critérios de reajustamento:** O reajuste observará a variação dos custos de mão de obra, conforme índices previstos nas convenções coletivas aplicáveis, em consonância com a Instrução Normativa nº 5/2017. Será admitida repactuação anual, considerando a natureza continuada dos serviços e a predominância dos custos de mão de obra.

**Garantia de Execução (caução):** Será exigida garantia de execução contratual, conforme previsto no Termo de Referência, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.



PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

QUADRO RESUMO

Grupo	Item	Posto de Trabalho / Função	Módulo mínimo de contratação	Módulo máximo de contratação	Custo unitário mensal do item	Custo mensal da contratação mínima	Custo anual da contratação mínima	Custo mensal da contratação máxima	Custo anual da contratação máxima
1	1	Apoio administrativo especializado	3	6	R\$ 12.742,98	R\$ 38.228,93	R\$ 458.747,19	R\$ 76.457,87	R\$ 917.494,38
	2	Assistente de apoio à gestão	3	6	R\$ 5.006,68	R\$ 15.020,03	R\$ 180.240,39	R\$ 30.040,07	R\$ 360.480,79
	3	Auxiliar de serviços gerais	1	2	R\$ 4.867,02	R\$ 4.867,02	R\$ 58.404,20	R\$ 9.734,03	R\$ 116.808,41
	4	Copeira	1	2	R\$ 5.588,43	R\$ 5.588,43	R\$ 67.061,15	R\$ 11.176,86	R\$ 134.122,30
	5	Motorista	2	4	R\$ 8.441,49	R\$ 16.882,97	R\$ 202.595,70	R\$ 33.765,95	R\$ 405.191,39
	6	Recepcionista	1	2	R\$ 5.146,77	R\$ 5.146,77	R\$ 61.761,18	R\$ 10.293,53	R\$ 123.522,36
Total			11	22		R\$ 85.734,15	R\$ 1.028.809,82	R\$ 171.468,30	R\$ 2.057.619,64

MÓDULOS 1 A 6 (CUSTOS FIXOS)			
Planilha de Custos e Formação de Preços			
Assistente de apoio à gestão			
Discriminação dos Serviços			
Data de apresentação da proposta			Licitante Preencher
Município			Fortaleza - CE
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo			CE000086/2025
Tipo de Serviço			Apoio especializado
Unidade de Medida			Posto
Quantidade máxima passível de contratação em função da unidade de medida			6
Nº de meses de execução contratual			12
Regime Tributário da Empresa			Licitante Preencher
Se Optante pelo Simples Nacional, preencher o faturamento acumulado dos últimos 12 meses			Licitante Preencher
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço		Apoio especializado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		2523-05
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional – 6h/dia – 30h semanais (Cláusula 3ª – 23ª Faixa)		R\$ 4.393,15
4	Salário Nominativo da Categoria Profissional – 8h/dia – 40h semanais (proporcional)		R\$ 5.857,53
5	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		APOIO ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO
6	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/2025
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base (Cláusula 3ª)		5.857,53
B	Adicional Periculosidade	30,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade	20%~40%	0,00
D	Adicional Noturno	20,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			5.857,53
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Valor referente a 1/12 x Remuneração.)	8,33%	487,93
B	Adicional de Férias (Valor referente a 1/3 x 1/12 x Remuneração)	2,78%	162,84
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11,11%	650,77
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS (Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.)	20,00%	1301,66
B	Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.)	2,50%	162,71
C	SAT (Art. 22, II, Lei 8.212, de 1991. Resolução MPS/CNPS Nº 1.329, de 25/4/2017.). RAT: 4923-0/02. FAP neutro = 1. Empresa deve preencher de acordo com o valor por ela suportado.	3,00%	195,25
D	SESC ou Sesi (Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.)	1,50%	97,62
E	SENAI - SENAC (Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).	1,00%	65,08
F	SEBRAE (Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.)	0,60%	39,05
G	INCRA (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.)	0,20%	13,02
H	FGTS	8,00%	520,66
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	2395,05
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Auxílio Transporte (Cláusula 16ª da CCT)	R\$ 4,50	0,00
B	Auxílio Refeição/Alimentação (Cláusula 15ª da CCT)	R\$ 27,60	607,20

C	Auxílio Creche (Cláusula 19ª da CCT - provisão)	R\$ 258,79	10,35
D	Cesta Básica (Cláusula 14ª da CCT)	106,00	106,00
E	Plano de Saúde / Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula 17ª da CCT)	R\$ 49,35	49,35
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			772,90
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		650,77
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		2395,05
2.3	Benefícios Mensais e Diários		772,90
TOTAL DO MÓDULO 2			3818,72
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (Premissa de que 5% dos funcionários serão demitidos em condições de receber aviso prévio indenizado: 5%/12)	0,42%	24,41
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso prévio indenizado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio indenizado)	0,03%	1,95
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2.)	0,16%	10,41
D	Aviso prévio trabalhado (Premissa de que 100% dos funcionários serão demitidos ao final do contrato de 12 meses.)	1,94%	113,64
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio trabalhado)	0,71%	41,82
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2)	3,20%	187,44
TOTAL DO MÓDULO 3			379,66
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Base de Cálculo do Custo do Substituto (BCCS) = Módulos 1 + 2 + Férias - (V. Transporte e V. Alimentação) + 3			VALOR (R\$)
Módulo 1 - Remuneração		R\$	5.857,53
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$	3.818,72
Acréscimo das Férias com incidência do 2.2		R\$	667,76
Desconto do Auxílio-Refeição		-R\$	607,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$	379,66
TOTAL BCCS		R\$	10.116,47
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
		%	VALOR (R\$)
A	Férias	0,00%	0,00
B	Faltas e Ausências Legais	0,00%	0,00
C	Licença Paternidade	0,02%	2,02
D	Acidente de Trabalho	0,05%	5,16
E	Auxílio Doença	0,11%	11,23
F	Afastamento Maternidade	0,04%	3,95
TOTAL MÓDULO 4		0,22%	22,35
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Crachá		0,29
TOTAL DO MÓDULO 5			0,29
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 503,92
B	Subtotal 1 (A + Total Custos Diretos)		R\$ 10.582,47
C	Lucro	10,00%	R\$ 1.058,24
D	Subtotal 2 (B+C)		R\$ 11.640,71
E	TRIBUTOS Tributos (estimado com base no Lucro Presumido - a empresa deverá preencher de acordo com o regime tributário a que é submetida) - (E=(D/(1-Tributos%))x(Tributos%))	8,65%	R\$ 1.102,27
E.1	COFINS	3,00%	
E.2	PIS	0,65%	
E.3	ISS	5,00%	

TOTAL DO MÓDULO 6 (A+C+E)		R\$	2.664,43
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Módulo		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		5.857,53
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		3.818,72
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		379,66
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		22,35
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		0,29
Subtotal (A + B + C + D + E) - Custos Diretos			10.078,55
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		2.664,43
PREÇO TOTAL POR EMPREGADO / MÊS (CUSTO FIXO)			12.742,98

MÓDULOS 1 A 6 (CUSTOS FIXOS)			
Planilha de Custos e Formação de Preços			
Assistente de apoio à gestão			
Discriminação dos Serviços			
Data de apresentação da proposta			Licitante Preencher
Município			Fortaleza - CE
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo			CE000086/2025
Tipo de Serviço			Apoio à gestão
Unidade de Medida			Posto
Quantidade máxima passível de contratação em função da unidade de medida			6
Nº de meses de execução contratual			12
Regime Tributário da Empresa			Licitante Preencher
Se Optante pelo Simples Nacional, preencher o faturamento acumulado dos últimos 12 meses			Licitante Preencher
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço		Apoio à gestão
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		4110-10
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional		R\$ 1.954,87
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		ASSISTENTE DE APOIO A GESTÃO
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/2025
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base (Cláusula 3ª)		1.954,87
B	Adicional Periculosidade	30,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade	20%~40%	0,00
D	Adicional Noturno	20,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			1.954,87
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Valor referente a 1/12 x Remuneração.)	8,33%	162,84
B	Adicional de Férias (Valor referente a 1/3 x 1/12 x Remuneração)	2,78%	54,35
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11,11%	217,18
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS (Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.)	20,00%	434,41
B	Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.)	2,50%	54,30
C	SAT (Art. 22, II, Lei 8.212, de 1991. Resolução MPS/CNPS Nº 1.329, de 25/4/2017.). RAT: 4923-0/02. FAP neutro = 1. Empresa deve preencher de acordo com o valor por ela suportado.	3,00%	65,16
D	SESC ou Sesi (Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.)	1,50%	32,58
E	SENAI - SENAC (Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).	1,00%	21,72
F	SEBRAE (Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.)	0,60%	13,03
G	INCRA (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.)	0,20%	4,34
H	FGTS	8,00%	173,76
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	799,31
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Auxílio Transporte (Cláusula 16ª da CCT)	R\$ 4,50	80,71
B	Auxílio Refeição/Alimentação (Cláusula 15ª da CCT)	R\$ 27,60	607,20

C	Auxílio Creche (Cláusula 19ª da CCT - provisão)	R\$ 258,79	10,35
D	Cesta Básica (Cláusula 14ª da CCT)	106,00	106,00
E	Plano de Saúde / Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula 17ª da CCT)	R\$ 49,35	49,35
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.3</b>			<b>853,60</b>
<b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
<b>Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>			<b>VALOR (R\$)</b>
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		217,18
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		799,31
2.3	Benefícios Mensais e Diários		853,60
<b>TOTAL DO MÓDULO 2</b>			<b>1870,09</b>
<b>MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>			
3	<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Aviso prévio indenizado (Premissa de que 5% dos funcionários serão demitidos em condições de receber aviso prévio indenizado: 5%/12)	0,42%	8,15
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso prévio indenizado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio indenizado)	0,03%	0,65
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2.)	0,16%	3,48
D	Aviso prévio trabalhado (Premissa de que 100% dos funcionários serão demitidos ao final do contrato de 12 meses.)	1,94%	37,92
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio trabalhado)	0,71%	13,96
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2)	3,20%	62,56
<b>TOTAL DO MÓDULO 3</b>			<b>126,70</b>
<b>MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>Base de Cálculo do Custo do Substituto (BCCS) = Módulos 1 + 2 + Férias - (V. Transporte e V. Alimentação) + 3</b>			<b>VALOR (R\$)</b>
Módulo 1 - Remuneração			R\$ 1.954,87
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.870,09
Acréscimo das Férias com incidência do 2.2			R\$ 222,86
Desconto do Auxílio-Refeição			-R\$ 607,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 126,70
<b>TOTAL BCCS</b>			<b>R\$ 3.567,31</b>
<b>Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais</b>			
		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Férias	0,00%	0,00
B	Faltas e Ausências Legais	0,00%	0,00
C	Licença Paternidade	0,02%	0,71
D	Acidente de Trabalho	0,05%	1,82
E	Auxílio Doença	0,11%	3,96
F	Afastamento Maternidade	0,04%	1,39
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>		<b>0,22%</b>	<b>7,88</b>
<b>MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS</b>			
5	<b>INSUMOS DIVERSOS</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	Crachá		0,29
<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>			<b>0,29</b>
<b>MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
6	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 197,99
B	<b>Subtotal 1 (A + Total Custos Diretos)</b>		R\$ 4.157,82
C	Lucro	10,00%	R\$ 415,78
D	<b>Subtotal 2 (B+C)</b>		R\$ 4.573,60
E	<b>TRIBUTOS</b> Tributos (estimado com base no Lucro Presumido - a empresa deverá preencher de acordo com o regime tributário a que é submetida) - (E=(D/((1-Tributos%))x(Tributos%))	8,65%	R\$ 433,08
E.1	COFINS	3,00%	



E.2	PIS	0,65%	
E.3	ISS	5,00%	
<b>TOTAL DO MÓDULO 6 (A+C+E)</b>			<b>R\$ 1.046,85</b>
<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>			
	<b>Módulo</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		1.954,87
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		1.870,09
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		126,70
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		7,88
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		0,29
<b>Subtotal (A + B + C + D + E) - Custos Diretos</b>			<b>3.959,83</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		1.046,85
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO / MÊS (CUSTO FIXO)</b>			<b>5.006,68</b>

MÓDULOS 1 A 6 (CUSTOS FIXOS)			
Planilha de Custos e Formação de Preços			
Auxiliar de Serviços Gerais			
Discriminação dos Serviços			
Data de apresentação da proposta			Licitante Preencher
Município			Fortaleza - CE
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo			CE000086/2025
Tipo de Serviço			Serviços Gerais
Unidade de Medida			Posto
Quantidade máxima passível de contratação em função da unidade de medida			2
Nº de meses de execução contratual			12
Regime Tributário da Empresa			Licitante Preencher
Se Optante pelo Simples Nacional, preencher o faturamento acumulado dos últimos 12 meses			Licitante Preencher
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço		Serviços Gerais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5143-20
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional		R\$ 1.535,43
4	Ajuste para complementação do salário mínimo até a CCT 2026		R\$ 1.621,00
5	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/2025
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base (Cláusula 3ª)		1.621,00
B	Adicional Periculosidade	30,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade	20%~40%	0,00
D	Adicional Noturno	20,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			1.621,00
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Valor referente a 1/12 x Remuneração.)	8,33%	135,03
B	Adicional de Férias (Valor referente a 1/3 x 1/12 x Remuneração)	2,78%	45,06
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11,11%	180,09
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS (Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.)	20,00%	360,22
B	Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.)	2,50%	45,03
C	SAT (Art. 22, II, Lei 8.212, de 1991. Resolução MPS/CNPS Nº 1.329, de 25/4/2017.). RAT: 4923-0/02. FAP neutro = 1. Empresa deve preencher de acordo com o valor por ela suportado.	3,00%	54,03
D	SESC ou Sesi (Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.)	1,50%	27,02
E	SENAI - SENAC (Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).	1,00%	18,01
F	SEBRAE (Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.)	0,60%	10,81
G	INCRA (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.)	0,20%	3,60
H	FGTS	8,00%	144,09
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	662,80
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Auxílio Transporte (Cláusula 16ª da CCT)	R\$ 4,50	100,74

B	Auxílio Refeição/Alimentação (Cláusula 15ª da CCT)	R\$ 27,60	607,20
C	Auxílio Creche (Cláusula 19ª da CCT - provisão)	R\$ 258,79	10,35
D	Cesta Básica (Cláusula 14ª da CCT)	106,00	106,00
E	Plano de Saúde / Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula 17ª da CCT)	R\$ 49,35	49,35
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			873,64
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		180,09
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		662,80
2.3	Benefícios Mensais e Diários		873,64
TOTAL DO MÓDULO 2			1716,53
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (Premissa de que 5% dos funcionários serão demitidos em condições de receber aviso prévio indenizado: 5%/12)	0,42%	6,75
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso prévio indenizado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio indenizado)	0,03%	0,54
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2.)	0,16%	2,88
D	Aviso prévio trabalhado (Premissa de que 100% dos funcionários serão demitidos ao final do contrato de 12 meses.)	1,94%	31,45
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio trabalhado)	0,71%	11,57
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2)	3,20%	51,87
TOTAL DO MÓDULO 3			105,06
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Base de Cálculo do Custo do Substituto (BCCS) = Módulos 1 + 2 + Férias - (V. Transporte e V. Alimentação) + 3			VALOR (R\$)
Módulo 1 - Remuneração			R\$ 1.621,00
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.716,53
Acréscimo das Férias com incidência do 2.2			R\$ 184,79
Desconto do Auxílio-Refeição			-R\$ 607,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 105,06
TOTAL BCCS			R\$ 3.020,18
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
		%	VALOR (R\$)
A	Férias	8,33%	251,67
B	Faltas e Ausências Legais	0,42%	12,53
C	Licença Paternidade	0,02%	0,60
D	Acidente de Trabalho	0,05%	1,54
E	Auxílio Doença	0,11%	3,35
F	Afastamento Maternidade	0,04%	1,18
TOTAL MÓDULO 4		8,96%	270,87
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniforme		67,13
B	Insumos		68,79
TOTAL DO MÓDULO 5			135,92
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 192,46
B	Subtotal 1 (A + Total Custos Diretos)		R\$ 4.041,84
C	Lucro	10,00%	R\$ 404,18
D	Subtotal 2 (B+C)		R\$ 4.446,02

E	<b>TRIBUTOS</b> Tributos (estimado com base no Lucro Presumido - a empresa deverá preencher de acordo com o regime tributário a que é submetida) - (E=(D/(1-Tributos%))x(Tributos%))	8,65%	R\$ 421,00
E.1	COFINS	3,00%	
E.2	PIS	0,65%	
E.3	ISS	5,00%	
<b>TOTAL DO MÓDULO 6 (A+C+E)</b>			<b>R\$ 1.017,64</b>
<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>			
	<b>Módulo</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		1.621,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		1.716,53
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		105,06
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		270,87
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		135,92
<b>Subtotal (A + B + C + D + E) - Custos Diretos</b>			<b>3.849,38</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		1.017,64
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO / MÊS (CUSTO FIXO)</b>			<b>4.867,02</b>

MÓDULOS 1 A 6 (CUSTOS FIXOS)			
Planilha de Custos e Formação de Preços			
Copeira			
Discriminação dos Serviços			
Data de apresentação da proposta			Licitante Preencher
Município			Fortaleza - CE
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo			CE000086/2025
Tipo de Serviço			Copeira
Unidade de Medida			Posto
Quantidade máxima passível de contratação em função da unidade de medida			2
Nº de meses de execução contratual			12
Regime Tributário da Empresa			Licitante Preencher
Se Optante pelo Simples Nacional, preencher o faturamento acumulado dos últimos 12 meses			Licitante Preencher
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço		Copeira
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5134-25
3	Ajuste para complementação do salário mínimo até a CCT 2026		R\$ 1.536,43
4	Salário Nominativo da Categoria Profissional		R\$ 1.621,00
5	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		COPEIRO
6	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/2025
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base (Cláusula 3ª)		1.621,00
B	Adicional Periculosidade	30,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade	20%~40%	0,00
D	Adicional Noturno	20,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			1.621,00
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Valor referente a 1/12 x Remuneração.)	8,33%	135,03
B	Adicional de Férias (Valor referente a 1/3 x 1/12 x Remuneração)	2,78%	45,06
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11,11%	180,09
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS (Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.)	20,00%	360,22
B	Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.)	2,50%	45,03
C	SAT (Art. 22, II, Lei 8.212, de 1991. Resolução MPS/CNPS Nº 1.329, de 25/4/2017.). RAT: 4923-0/02. FAP neutro = 1. Empresa deve preencher de acordo com o valor por ela suportado.	3,00%	54,03
D	SESC ou Sesi (Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.)	1,50%	27,02
E	SENAI - SENAC (Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).	1,00%	18,01
F	SEBRAE (Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.)	0,60%	10,81
G	INCRA (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.)	0,20%	3,60
H	FGTS	8,00%	144,09
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	662,80
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Auxílio Transporte (Cláusula 16ª da CCT)	R\$ 4,50	100,74
B	Auxílio Refeição/Alimentação (Cláusula 15ª da CCT)	R\$ 27,60	607,20

C	Auxílio Creche (Cláusula 19ª da CCT - provisão)	R\$ 258,79	10,35
D	Cesta Básica (Cláusula 14ª da CCT)	106,00	106,00
E	Plano de Saúde / Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula 17ª da CCT)	R\$ 49,35	49,35
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			873,64
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		180,09
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		662,80
2.3	Benefícios Mensais e Diários		873,64
TOTAL DO MÓDULO 2			1716,53
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (Premissa de que 5% dos funcionários serão demitidos em condições de receber aviso prévio indenizado: 5%/12)	0,42%	6,75
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso prévio indenizado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio indenizado)	0,03%	0,54
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2.)	0,16%	2,88
D	Aviso prévio trabalhado (Premissa de que 100% dos funcionários serão demitidos ao final do contrato de 12 meses.)	1,94%	31,45
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio trabalhado)	0,71%	11,57
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2)	3,20%	51,87
TOTAL DO MÓDULO 3			105,06
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Base de Cálculo do Custo do Substituto (BCCS) = Módulos 1 + 2 + Férias - (V. Transporte e V. Alimentação) + 3			VALOR (R\$)
Módulo 1 - Remuneração			R\$ 1.621,00
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.716,53
Acréscimo das Férias com incidência do 2.2			R\$ 184,79
Desconto do Auxílio-Refeição			-R\$ 607,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 105,06
TOTAL BCCS			R\$ 3.020,18
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
		%	VALOR (R\$)
A	Férias	8,33%	251,67
B	Faltas e Ausências Legais	0,42%	12,53
C	Licença Paternidade	0,02%	0,60
D	Acidente de Trabalho	0,05%	1,54
E	Auxílio Doença	0,11%	3,35
F	Afastamento Maternidade	0,04%	1,18
TOTAL MÓDULO 4		8,96%	270,87
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniforme		209,00
B	Insumos		497,50
TOTAL DO MÓDULO 5			706,49
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 220,99
B	Subtotal 1 (A + Total Custos Diretos)		R\$ 4.640,94
C	Lucro	10,00%	R\$ 464,09
D	Subtotal 2 (B+C)		R\$ 5.105,03
E	TRIBUTOS Tributos (estimado com base no Lucro Presumido - a empresa deverá preencher de acordo com o regime tributário a que é submetida) - (E=(D/((1-Tributos%)))x(Tributos%))	8,65%	R\$ 483,40
E.1	COFINS	3,00%	

E.2	PIS	0,65%	
E.3	ISS	5,00%	
<b>TOTAL DO MÓDULO 6 (A+C+E)</b>			<b>R\$ 1.168,48</b>
<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>			
	<b>Módulo</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		1.621,00
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		1.716,53
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		105,06
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		270,87
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		706,49
<b>Subtotal (A + B + C + D + E) - Custos Diretos</b>			<b>4.419,95</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		1.168,48
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO / MÊS (CUSTO FIXO)</b>			<b>5.588,43</b>



MÓDULOS 1 A 6 (CUSTOS FIXOS)			
Planilha de Custos e Formação de Preços			
Motorista			
Discriminação dos Serviços			
Data de apresentação da proposta			Licitante Preencher
Município			Fortaleza - CE
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo			CE000510/2025
Tipo de Serviço			Motorista
Unidade de Medida			Posto
Quantidade máxima passível de contratação em função da unidade de medida			4
Nº de meses de execução contratual			12
Regime Tributário da Empresa			Licitante Preencher
Se Optante pelo Simples Nacional, preencher o faturamento acumulado dos últimos 12 meses			Licitante Preencher
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço		Motorista
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		7823-05
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional		R\$ 2.171,06
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		MOTORISTA DE VEÍCULO DE 01 ATÉ 09 LUGARES
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/2025
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base (Cláusula 3ª)		2.171,06
B	Adicional Periculosidade	30,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade	20%~40%	0,00
D	Adicional Noturno	20,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			2.171,06
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Valor referente a 1/12 x Remuneração.)	8,33%	180,85
B	Adicional de Férias (Valor referente a 1/3 x 1/12 x Remuneração)	2,78%	60,36
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11,11%	241,20
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS (Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.)	20,00%	482,45
B	Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.)	2,50%	60,31
C	SAT (Art. 22, II, Lei 8.212, de 1991. Resolução MPS/CNPS Nº 1.329, de 25/4/2017.). RAT: 4923-0/02. FAP neutro = 1. Empresa deve preencher de acordo com o valor por ela suportado.	3,00%	72,37
D	SESC ou Sesi (Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.)	1,50%	36,18
E	SENAI - SENAC (Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).	1,00%	24,12
F	SEBRAE (Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.)	0,60%	14,47
G	INCRA (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.)	0,20%	4,82
H	FGTS	8,00%	192,98
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	887,71
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Auxílio Transporte (Etufor)	R\$ 4,50	67,74
B	Auxílio Refeição/Alimentação (Cláusula 10ª)	R\$ 27,60	607,20

C	Cesta Básica (Cláusula 11ª)	R\$ 120,61	120,61
D	Seguro de Vida		5,40
E	Plano de Saúde / Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula 13ª)	R\$ 49,35	49,35
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			850,29
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		241,20
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		887,71
2.3	Benefícios Mensais e Diários		850,29
TOTAL DO MÓDULO 2			1979,20
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado (Premissa de que 5% dos funcionários serão demitidos em condições de receber aviso prévio indenizado: 5%/12)	0,42%	9,05
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso prévio indenizado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio indenizado)	0,03%	0,72
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2.)	0,16%	3,86
D	Aviso prévio trabalhado (Premissa de que 100% dos funcionários serão demitidos ao final do contrato de 12 meses.)	1,94%	42,12
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio trabalhado)	0,71%	15,50
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2)	3,20%	69,47
TOTAL DO MÓDULO 3		6,46%	140,72
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Base de Cálculo do Custo do Substituto (BCCS) = Módulos 1 + 2 + Férias - (V. Transporte e V. Alimentação) + 3			VALOR (R\$)
Módulo 1 - Remuneração		R\$	2.171,06
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$	1.979,20
Acréscimo das Férias com incidência do 2.2		R\$	247,50
Desconto do Auxílio-Refeição		-R\$	607,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$	140,72
TOTAL BCCS		R\$	3.931,28
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Férias	8,33%	327,59
B	Faltas e Ausências Legais	0,42%	16,31
C	Licença Paternidade	0,02%	0,79
D	Acidente de Trabalho	0,05%	2,00
E	Auxílio Doença	0,11%	4,36
F	Afastamento Maternidade	0,04%	1,53
TOTAL MÓDULO 4		8,96%	352,59
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes		159,66
TOTAL DO MÓDULO 5			159,66
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 240,16
B	Subtotal 1 (A + Total Custos Diretos)		R\$ 5.043,39
C	Lucro	10,00%	R\$ 504,33
D	Subtotal 2 (B+C)		R\$ 5.547,72
E	TRIBUTOS Tributos (estimado com base no Lucro Presumido - a empresa deverá preencher de acordo com o regime tributário a que é submetida) - (E=(D/(1-Tributos%))x(Tributos%))	8,65%	R\$ 525,32
E.1	COFINS	3,00%	

E.2	PIS	0,65%	
E.3	ISS	5,00%	
<b>TOTAL DO MÓDULO 6 (A+C+E)</b>			<b>R\$ 1.269,81</b>
<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>			
	<b>Módulo</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		2.171,06
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		1.979,20
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		140,72
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		352,59
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		159,66
<b>Subtotal (A + B + C + D + E) - Custos Diretos</b>			<b>4.803,23</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		1.269,81
<b>Subtotal (A + B + C + D + E + F) - Custo Fixo</b>			<b>6.073,04</b>
G	MÓDULO 7 - DIÁRIAS (CUSTOS VARIÁVEIS)		R\$ 2.368,45
<b>PREÇO MENSAL TOTAL POR EMPREGADO / POSTO DE TRABALHO (CUSTO FIXO + VARIÁVEL)</b>			<b>R\$ 8.441,49</b>

MÓDULO 7 - DIÁRIAS (CUSTOS VARIÁVEIS)			
Formação de Preços de Diárias (por posto)			
Valor da Diária - Interestadual			
Diária a ser paga ao motorista		R\$	170,27
Tributos a serem retidos			
ISS	5%	R\$	11,42
TRIBUTOS FEDERAIS (IN RFB 1234/2012)	9,45%	R\$	21,58
INSS	11,00%	R\$	25,12
<b>Total</b>	<b>25,45%</b>	<b>R\$</b>	<b>58,13</b>
<b>Subtotal</b>		<b>R\$</b>	<b>228,39</b>
Custos indiretos	2%	R\$	4,57
<b>Preço total de 1 (uma) diária em capital para 1 (um) posto</b>		<b>R\$</b>	<b>232,96</b>
Valor da Diária - Intermunicipal			
Diária a ser paga ao motorista		R\$	141,89
Tributos a serem retidos			
ISS	5%	R\$	9,52
TRIBUTOS FEDERAIS (IN RFB 1234/2012)	9,45%	R\$	17,99
INSS	11,00%	R\$	20,94
<b>Total</b>	<b>25,45%</b>	<b>R\$</b>	<b>48,44</b>
<b>Subtotal</b>		<b>R\$</b>	<b>190,33</b>
Custos indiretos	2%	R\$	3,81
<b>Preço total de 1 (uma) diária nas demais localidades para 1 (um) posto</b>		<b>R\$</b>	<b>194,14</b>
TOTAL DIÁRIAS / MÊS			
Quantidade de diárias por mês para cada posto		Diárias	Valor
Diárias/mês por posto - Interestadual		1	R\$ 232,96
Diárias/mês por posto - Intermunicipal		11	R\$ 2.135,49
<b>Total</b>		<b>12</b>	<b>R\$ 2.368,45</b>
<p>* Cláusula 15ª da CCT.</p> <p>* O modelo aqui apresentado serve de referência, e apresenta os percentuais máximos de retenção de tributos. A contratada deverá justificar os percentuais de retenção, conforme a legislação aplicável, caso sejam diferentes.</p> <p>* Fórmula do preço total de uma diária (valor bruto): Diária a ser pago ao motorista * 0,7455</p> <p>* Tributos calculados através do coeficiente <math>(1 - (5\% + 9,45\% + 11\%)) = 0,7455</math></p> <p>* Percentual máximo admitido de custos indiretos (2%) - a contratada poderá reduzir, conforme sua realidade</p> <p>* Planilha a ser apresentada pela contratada, junto com a nota fiscal.</p>			

MÓDULOS 1 A 6 (CUSTOS FIXOS)			
Planilha de Custos e Formação de Preços			
Recepcionista			
Discriminação dos Serviços			
Data de apresentação da proposta			Licitante Preencher
Município			Fortaleza - CE
Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo			CE000086/2025
Tipo de Serviço			Recepcionista
Unidade de Medida			Posto
Quantidade máxima passível de contratação em função da unidade de medida			2
Nº de meses de execução contratual			12
Regime Tributário da Empresa			Licitante Preencher
Se Optante pelo Simples Nacional, preencher o faturamento acumulado dos últimos 12 meses			Licitante Preencher
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço		Recepcionista
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		4221-05
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional		R\$ 1.675,04
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		RECEPCIONISTA
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		01/01/2025
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base (Cláusula 3ª)		1.675,04
B	Adicional Periculosidade	30,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade	20%~40%	0,00
D	Adicional Noturno	20,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			1.675,04
MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário (Valor referente a 1/12 x Remuneração.)	8,33%	139,53
B	Adicional de Férias (Valor referente a 1/3 x 1/12 x Remuneração)	2,78%	46,57
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		11,11%	186,09
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS (Art. 22, Inciso I, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.)	20,00%	372,23
B	Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.)	2,50%	46,53
C	SAT (Art. 22, II, Lei 8.212, de 1991. Resolução MPS/CNPS Nº 1.329, de 25/4/2017.). RAT: 4923-0/02. FAP neutro = 1. Empresa deve preencher de acordo com o valor por ela suportado.	3,00%	55,83
D	SESC ou Sesi (Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.)	1,50%	27,92
E	SENAI - SENAC (Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946. (SENAC).	1,00%	18,61
F	SEBRAE (Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.)	0,60%	11,17
G	INCRA (Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.)	0,20%	3,72
H	FGTS	8,00%	148,89
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	684,89
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Auxílio Transporte (Cláusula 16ª da CCT)	R\$ 4,50	97,50
B	Auxílio Refeição/Alimentação (Cláusula 15ª da CCT)	R\$ 27,60	607,20

C	Auxílio Creche (Cláusula 19ª da CCT - provisão)	R\$ 258,79	10,35
D	Cesta Básica (Cláusula 14ª da CCT)	106,00	106,00
E	Plano de Saúde / Plano de Assistência e Cuidado Pessoal (Cláusula 17ª da CCT)	R\$ 49,35	49,35
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.3</b>			<b>870,39</b>
<b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
<b>Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>			<b>VALOR (R\$)</b>
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		186,09
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		684,89
2.3	Benefícios Mensais e Diários		870,39
<b>TOTAL DO MÓDULO 2</b>			<b>1741,37</b>
<b>MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>			
3	<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Aviso prévio indenizado (Premissa de que 5% dos funcionários serão demitidos em condições de receber aviso prévio indenizado: 5%/12)	0,42%	6,98
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso prévio indenizado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio indenizado)	0,03%	0,56
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2.)	0,16%	2,98
D	Aviso prévio trabalhado (Premissa de que 100% dos funcionários serão demitidos ao final do contrato de 12 meses.)	1,94%	32,50
E	Incidência do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado (incidência de 8% do FGTS sobre o % do aviso prévio trabalhado)	0,71%	11,96
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado (Base de Cálculo da Multa é a soma do módulo 1 com submódulo 2.1 sem incidência dos encargos do 2.2)	3,20%	53,60
<b>TOTAL DO MÓDULO 3</b>			<b>108,57</b>
<b>MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>Base de Cálculo do Custo do Substituto (BCCS) = Módulos 1 + 2 + Férias - (V. Transporte e V. Alimentação) + 3</b>			<b>VALOR (R\$)</b>
Módulo 1 - Remuneração			R\$ 1.675,04
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			R\$ 1.741,37
Acréscimo das Férias com incidência do 2.2			R\$ 190,95
Desconto do Auxílio-Refeição			-R\$ 607,20
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			R\$ 108,57
<b>TOTAL BCCS</b>			<b>R\$ 3.108,73</b>
<b>Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais</b>			
		<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Férias	8,33%	259,05
B	Faltas e Ausências Legais	0,42%	12,90
C	Licença Paternidade	0,02%	0,62
D	Acidente de Trabalho	0,05%	1,59
E	Auxílio Doença	0,11%	3,45
F	Afastamento Maternidade	0,04%	1,21
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>		<b>8,96%</b>	<b>278,82</b>
<b>MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS</b>			
5	<b>INSUMOS DIVERSOS</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	Uniforme		266,83
<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>			<b>266,83</b>
<b>MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
6	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	<b>%</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 203,53
B	<b>Subtotal 1 (A + Total Custos Diretos)</b>		R\$ 4.274,16
C	Lucro	10,00%	R\$ 427,41
D	<b>Subtotal 2 (B+C)</b>		R\$ 4.701,57
E	<b>TRIBUTOS</b> Tributos (estimado com base no Lucro Presumido - a empresa deverá preencher de acordo com o regime tributário a que é submetida) - (E=(D/((1-Tributos%))x(Tributos%))	8,65%	R\$ 445,20
E.1	COFINS	3,00%	

E.2	PIS	0,65%	
E.3	ISS	5,00%	
<b>TOTAL DO MÓDULO 6 (A+C+E)</b>			<b>R\$ 1.076,14</b>
<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>			
	<b>Módulo</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		1.675,04
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		1.741,37
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO		108,57
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		278,82
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS		266,83
<b>Subtotal (A + B + C + D + E) - Custos Diretos</b>			<b>4.070,63</b>
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		1.076,14
<b>PREÇO TOTAL POR EMPREGADO / MÊS (CUSTO FIXO)</b>			<b>5.146,77</b>



**MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS**
**Formação de Preços de Insumos (por posto)**
**Motorista**
**Uniforme**

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Mensal
Calça jeans tradicional	Unidade	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00	R\$ 83,33
Camisa social branca (As camisas devem ter a mesma padronização, com o logo da empresa na altura do peito, do lado esquerdo. Nas costas, deve constar a inscrição: "A serviço da Codevasf".)	Unidade	5	R\$ 85,00	R\$ 425,00	R\$ 35,42
Camisa gola polo branca (As camisas devem ter a mesma padronização, com o logo da empresa na altura do peito, do lado esquerdo. Nas costas, deve constar a inscrição: "A serviço da Codevasf".)	Unidade	5	R\$ 18,94	R\$ 94,70	R\$ 7,89
Par de meia social preta	Par	10	R\$ 12,00	R\$ 120,00	R\$ 10,00
Sapato / bota preta	Par	2	R\$ 113,00	R\$ 226,00	R\$ 18,83
Cinto social preto	Unidade	1	R\$ 46,73	R\$ 46,73	R\$ 3,89
Crachá	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 0,29
<b>Total</b>				<b>R\$ 1.915,93</b>	<b>R\$ 159,66</b>

**Recepcionista**
**Uniforme**

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Mensal
Blazer social casual feminino com gola, 2 bolsos embutidos na linha de cintura, cor azul marinho ou preta	Unidade	10	R\$ 145,00	R\$ 1.450,00	R\$ 120,83
Blusa básica social feminina, mangas longas punhos livres, sem bolso, tecido Oxford Camisaria cor branca ou azul royal.	Unidade	10	R\$ 50,38	R\$ 503,80	R\$ 41,98
Calça social feminina, corte reto, na cor azul marinho ou preta	Unidade	10	R\$ 80,49	R\$ 804,90	R\$ 67,08
Par de meias, na cor preta	Par	10	R\$ 10,65	R\$ 106,50	R\$ 8,88
Laço para cabelo com tela	Unidade	4	R\$ 11,14	R\$ 44,56	R\$ 3,71
Lenço para pescoço	Unidade	2	R\$ 24,45	R\$ 48,90	R\$ 4,08
Sapato social	Par	2	R\$ 119,90	R\$ 239,80	R\$ 19,98
Crachá	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 0,29
<b>Total</b>				<b>R\$ 3.201,96</b>	<b>R\$ 266,83</b>

**Copeira**
**Uniforme**

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Mensal
Colete para uniforme, na cor azul marinho ou preta, fechamento em botões, sem manga, com a logomarca da empresa localizada no lado esquerdo do peito na parte da frente, e a inscrição "A SERVIÇO DA CODEVASF 14ª/SR" centralizada nas costas	Unidade	10	R\$ 76,89	R\$ 768,90	R\$ 64,08
Blusa básica feminina, malha fria, cor branca	Unidade	10	R\$ 50,38	R\$ 503,80	R\$ 41,98
Avental de cintura na cor branco	Unidade	2	R\$ 18,00	R\$ 36,00	R\$ 3,00
Calça social feminina, corte reto	Unidade	10	R\$ 80,49	R\$ 804,90	R\$ 67,08
Par de meias, na cor preta	Par	10	R\$ 10,65	R\$ 106,50	R\$ 8,88
Laço para cabelo com tela	Unidade	4	R\$ 11,14	R\$ 44,56	R\$ 3,71
Sapato social	Par	2	R\$ 119,90	R\$ 239,80	R\$ 19,98
Crachá	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 0,29
<b>Total</b>				<b>R\$ 2.507,96</b>	<b>R\$ 209,00</b>

**Insumos**

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Mensal
CAFÉ, apresentação: torrado moído, intensidade: intensa ou extra forte, tipo: tradicional, empacotamento: vácuo. Marca: 3 Corações ou similar	500 g	180	R\$ 26,14	R\$ 4.705,20	R\$ 392,10
AÇÚCAR, tipo: refinado, coloração: branca	1 Kg	12	R\$ 3,95	R\$ 47,40	R\$ 3,95
Adoçante Dietético Líquido Características Técnicas: -Adoçante à base de aspartame; - Líquido com conteúdo mínimo de 100 ml; -Frasco plástico com bico tipo conta gotas	Unidade	12	R\$ 4,75	R\$ 57,00	R\$ 4,75
Detergente para lavar louça – 500 ml, 100% biodegradável com Registro ANVISA - Limpol/Ipê ou similar	Unidade	36	R\$ 1,52	R\$ 54,72	R\$ 4,56
Esponja dupla face verde/amarelo – 3M, Scotch brite ou similar	unidade	72	R\$ 1,63	R\$ 117,36	R\$ 9,78
Lã/ esponja de aço – Bombril ou similar	Unidade	12	R\$ 1,77	R\$ 21,24	R\$ 1,77

Papel Toalha	Pct 2 Rolos	24	R\$ 18,89	R\$ 453,36	R\$ 37,78
Guardanapo	Unidade	24	R\$ 2,50	R\$ 60,00	R\$ 5,00
Rodo para pia	Unidade	12	R\$ 4,49	R\$ 53,88	R\$ 4,49
Sabão em barra de 1° qualidade – pacote com barras de 200 g, totalizando 1 Kg. 100% biodegradável com Registro ANVISA	Unidade	12	R\$ 3,20	R\$ 38,40	R\$ 3,20
Copo descartável de 150 ml	Pct 100 unidades	72	R\$ 3,93	R\$ 282,96	R\$ 23,58
Copo descartável de 50 ml	Pct 100 unidades	36	R\$ 2,18	R\$ 78,48	R\$ 6,54
<b>Total</b>				<b>R\$ 5.970,00</b>	<b>R\$ 497,50</b>

Auxiliar de serviços gerais					
Uniforme					
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Mensal
Camiseta para uniforme, na cor azul marinho, manga curta, com a logomarca da empresa localizada no lado esquerdo do peito na parte da frente, e a inscrição "A SERVIÇO DA CODEVASF 14ª/SR" centralizada nas costas	Unidade	10	R\$ 22,11	R\$ 221,10	R\$ 18,43
Calça comprida, na cor azul marinho ou preta, com elástico e cordão, em tecido brim	Unidade	10	R\$ 33,00	R\$ 330,00	R\$ 27,50
Par de meias, na cor preta	Unidade	10	R\$ 15,00	R\$ 150,00	R\$ 12,50
Sapato antiderrapante profissional para trabalho, na cor preta	Unidade	2	R\$ 50,50	R\$ 101,00	R\$ 8,42
Crachá	Unidade	1	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 0,29
<b>Total</b>				<b>R\$ 805,60</b>	<b>R\$ 67,13</b>
Insumos					
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Mensal
Água sanitária de 1ª qualidade com registro ANVISA	unidade	12	R\$ 2,53	R\$ 30,36	R\$ 2,53
Álcool de 1ª qualidade, 70º INPM. Frasco de 1 litro, com registro ANVISA	Litro	24	R\$ 6,02	R\$ 144,48	R\$ 12,04
Limpador líquido multiuso concentrado – Veja ou similar	Unidade	24	R\$ 3,00	R\$ 72,00	R\$ 6,00
Luva de látex natural de 1° qualidade	Par	12	R\$ 2,76	R\$ 33,12	R\$ 2,76
Pano multiuso	Rolo	12	R\$ 22,04	R\$ 264,48	R\$ 22,04
Saco de lixo 100 L	Unidade	12	R\$ 7,50	R\$ 90,00	R\$ 7,50
Sabão em pó 100% biodegradável com Registro ANVISA	Kg	12	R\$ 4,82	R\$ 57,84	R\$ 4,82
Vassoura de pelo 40 cm c/ cabo de madeira, Noviça/Bettanin, Condor ou similar.	Unidade	12	R\$ 11,10	R\$ 133,20	R\$ 11,10
<b>Total</b>				<b>R\$ 825,48</b>	<b>R\$ 68,79</b>

Observações
* Conforme o art. 30, inciso V, § 2º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (Deliberação nº 08, de 26/02/2024), e o item 4.2.6.6 da Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços (Resolução nº 661, de 04 de junho de 2025), utilizou-se como parâmetro a pesquisa de preços realizada no Compras.gov.br, considerando a mediana dos valores obtidos.
* O quantitativo dos insumos foi rateado para a estipulação do custo mensal, mas o fornecimento, ao longo da execução do contrato, pode sofrer ajustes, para mais ou para menos, conforme a necessidade do serviço, sempre respeitando os quantitativos totais estimados.
* Quanto aos uniformes, a quantidade estipulada refere-se ao quantitativo anual. A entrega dos itens deve ser realizada em duas etapas: a primeira no início do contrato e a segunda no segundo semestre de vigência.
* Data base da pesquisa: 20/10/2025.

# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

## Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
3/2024	195012	Rascunho	MARCO ANTONIO BOMTEMPO RIBEIRO
Título: Insumos - Motoristas			
Observações:			
Total de itens cotados: 8		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 1.360,9250	



## Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
468565 - Calça Masculina Material: Jeans , Modelo: Tradicional , Tipo Bolso: 2 Traseiros, 2 Laterais E 1 Embutido , Tamanho: 42 , Cor: Azul	Unidade	5
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 40,0000	R\$ 100,0000	R\$ 100,0000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 60,0000% Desvio Padrão: 60,0000 Maior Preço: R\$ 160,0000		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 160,0000	07/04/2025	Sim
2	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 40,0000	22/01/2025	Sim

Legenda:  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
382968 - Camisa Masculina Material: 100% Algodão , Modelo Manga: Comprida , Tipo Gola: Colarinho , Cor: Branca , Tamanho: 3	Unidade	5

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coefficiente de Variação: 54,5830%

R\$ 49,9900

R\$ 104,8069

R\$ 85,0000

Desvio Padrão: 57,2067

Maior Preço: R\$ 247,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 51,0000	24/10/2025	Sim
2	I	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 78,0000	09/10/2025	Sim
3	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 109,0000	27/08/2025	Sim
4	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 109,0000	27/08/2025	Sim
i5	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 247,0000	05/08/2025	Sim
i6	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 200,0000	29/06/2025	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 49,9900	12/03/2025	Sim
8	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	360	Unidade	R\$ 128,0000	27/11/2025	Sim
9	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	360	Unidade	R\$ 118,0000	27/11/2025	Sim
i10	I	EAC-SECRETARIA EST.JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLIC - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 85,0000	27/01/2025	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	130	Unidade	R\$ 72,0000	26/11/2024	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	210	Unidade	R\$ 58,0000	01/11/2024	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2100	Unidade	R\$ 57,5000	01/11/2024	Sim

Legenda:  
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

379773 - Camisa Masculina Material: Malha Piquet , Modelo Manga: Curta , Tipo Gola: Pólo , Cor: Branca , Tamanho: Médio , Características Adicionais: Fechamento Por Botão

Unidade

5

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coefficiente de Variação: 0,0000%

R\$ 18,9400

R\$ 18,9400

R\$ 18,9400



Desvio Padrão: 0,0000

Maior Preço: R\$ 18,9400

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	310	Unidade	R\$ 18,9400	15/04/2025	Sim
2	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1240	Unidade	R\$ 18,9400	15/04/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

**Descrição do item**  
265527 - Meia Vestuário Masculino Material: Algodão , Tipo: Social , Cor: Preta , Tamanho: Único , Aplicação: Adulto

**Unidade de Fornecimento**  
Par

**Quantidade**  
5

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço  
R\$ 3,4900

Média  
R\$ 14,8307



 Mediana  
R\$ 12,0000

Coeficiente de Variação: 74,0464%  
Desvio Padrão: 10,9816  
Maior Preço: R\$ 52,0000

**Método de cálculo adotado:** Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
 1	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	120	Par	R\$ 9,9000	14/09/2025	Sim
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	1300	Par	R\$ 11,9000	11/09/2025	Sim
3	I	CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	8	Par	R\$ 12,0000	29/08/2025	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 14,5000	27/08/2025	Sim
 5	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	8	Par	R\$ 52,0000	26/08/2025	Sim
 6	I	CPR-PROCURADORIA REGION DO TRABALHO 9ª REGIÃO - Compras.gov.br	25	Par	R\$ 19,7700	21/08/2025	Sim
7	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	100	Par	R\$ 5,4000	21/08/2025	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 12,0000	12/11/2025	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 12,0000	12/11/2025	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12600	Par	R\$ 3,4900	26/05/2025	Sim
 11	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	50	Par	R\$ 9,9000	20/03/2025	Sim
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	150	Par	R\$ 9,8000	31/01/2025	Sim
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	150	Par	R\$ 9,8000	31/01/2025	Sim
14	I	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - Compras.gov.br	25	Par	R\$ 20,0000	14/11/2024	Sim
 15	I	JMF/DIR. DO FORO - 2A. CJM - Compras.gov.br	75	Par	R\$ 20,0000	21/10/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item

458144 - Sapato Masculino Tipo: Social , Material: Couro , Cor: Preta , Características Adicionais: Com Cadarço , Tamanho: Variado , Material Sola: Borracha Antiderrapante , Material Cadarço: Algodão , Material Palmilha: Couro

Unidade de Fornecimento

Par

Quantidade

2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 57,9900

Média

R\$ 132,3196

Mediana

R\$ 113,0000

Coeficiente de Variação: 54,5838%

Desvio Padrão: 72,2251

Maior Preço: R\$ 340,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 175,2000	30/09/2025	Sim
2	I	STM-DIRETORIA FORO - 1A. CJM/RJ - Compras.gov.br	34	Par	R\$ 150,0000	26/09/2025	Sim
3	I	CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	8	Par	R\$ 123,9900	29/08/2025	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 120,0000	12/11/2025	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 106,0000	12/11/2025	Sim
6	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	14	Par	R\$ 125,0000	22/07/2025	Sim
7	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	161	Par	R\$ 64,9900	10/07/2025	Sim
8	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	14	Par	R\$ 125,0000	11/06/2025	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Par	R\$ 81,0000	29/05/2025	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Par	R\$ 81,9900	28/05/2025	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Par	R\$ 67,0000	21/05/2025	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Par	R\$ 87,9900	24/04/2025	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 139,8900	16/04/2025	Sim
14	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1564	Par	R\$ 197,0000	11/04/2025	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	75	Par	R\$ 57,9900	24/03/2025	Sim
16	I	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 3A REGIAO - Compras.gov.br	115	Par	R\$ 189,9000	17/03/2025	Sim
17	I	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 3A REGIAO - Compras.gov.br	345	Par	R\$ 88,4000	17/03/2025	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	234	Par	R\$ 88,2000	14/03/2025	Sim
19	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	272	Par	R\$ 340,0000	07/03/2025	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 90,0000	10/01/2025	Sim
21	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	14	Par	R\$ 280,0000	19/12/2024	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	85	Par	R\$ 68,0000	13/12/2024	Sim
ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ.							

i 23		FILHO-UNESP - Compras.gov.br	7	Par	R\$ 269,9000	04/12/2024	Sim
24		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6400	Par	R\$ 65,0000	01/11/2024	Sim
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Par	R\$ 180,0000	31/10/2024	Sim
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Par	R\$ 77,8700	28/10/2024	Sim

Legenda:

- ⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
- i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

246671 - Cinto Vestuário Material: Couro , Cor: Preta , Material Fivela: Metal Prateado , Tamanho: Sob Medida

Unidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

● Mediana

Coeficiente de Variação: 95,5242%

Desvio Padrão: 62,4163

Maior Preço: R\$ 320,0000

R\$ 13,9000

R\$ 65,3408

R\$ 46,7350

Método de cálculo adotado: Mediana



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 1		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 49,9000	01/10/2025	Sim
2		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 29,8000	26/09/2025	Sim
i 3		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 76,9800	14/09/2025	Sim
4		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	44	Unidade	R\$ 19,9000	21/08/2025	Sim
5		PRESIDENCIA DA REPUBLICA - Compras.gov.br	112	Unidade	R\$ 88,0000	14/08/2025	Sim
i 6		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 120,0000	22/07/2025	Sim
7		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 13,9000	22/07/2025	Sim
8		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 25,0000	17/07/2025	Sim
9		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 29,9900	16/07/2025	Sim
10		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 25,9000	25/06/2025	Sim
11		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	130	Unidade	R\$ 320,0000	09/06/2025	Sim
i 12		AUDITORIA DA 5A. CJM - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 145,0000	22/04/2025	Sim
13		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 76,9800	16/04/2025	Sim
14		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 68,0000	11/04/2025	Sim
15		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 15,9900	07/04/2025	Sim
16		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	234	Unidade	R\$ 25,6000	14/03/2025	Sim
17		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 29,5200	12/03/2025	Sim



18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 51,0000	11/03/2025	Sim
19		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	67	Unidade	R\$ 120,0000	07/03/2025	Sim
20		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	188	Unidade	R\$ 30,0000	26/02/2025	Sim
i 21		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 48,0000	24/02/2025	Sim
22		UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 25,9400	04/02/2025	Sim
23		ESP-CASA MILITAR - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 88,9900	03/02/2025	Sim
24		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 25,0000	13/12/2024	Sim
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 45,4700	04/11/2024	Sim
26		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 104,0000	23/10/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item

613463 - Cartão Identificação Material: Pvc , Comprimento: 80 MM, Largura: 120 MM, Tipo Impressão: Personalizada , Espessura: 75 MICRA, Aplicação: Confecção Crachás

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,5000

Média

R\$ 201,7024

● Mediana

R\$ 4,9900

Coeficiente de Variação: 667,7935%

Desvio Padrão: 1346,9556

Maior Preço: R\$ 9.630,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	520	Unidade	R\$ 3,1500	18/11/2025	Sim
i 2		PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 45,0000	28/09/2025	Sim
3		SECRETARIA MUNIC.DE COMUNICAÇÃO DE GOIÂNIA/GO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 8,9000	23/09/2025	Sim
4		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 3,1700	19/09/2025	Sim
5		MINISTERIO DA EDUCACAO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 0,6800	17/09/2025	Sim
6		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 1,2800	16/09/2025	Sim
7		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 7,8000	23/01/2026	Sim
8		PREFEITURA DE SÃO LUIZ GONZAGA /RS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 4,7400	02/09/2025	Sim
9		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 2,1700	21/08/2025	Sim
10		PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 6,9200	11/08/2025	Sim
11		PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 6,9200	11/08/2025	Sim
		INSTITUTO ESTADUAL EDUCACAO					

i12	I	SAUDE PUBLICA/RO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 8,5000	03/08/2025	Sim
13	I	CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 4,1500	01/08/2025	Sim
14	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA-MA - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 13,6000	14/07/2025	Sim
15	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 6,9600	17/06/2025	Sim
16	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,5000	02/06/2025	Sim
i17	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 11,9000	19/05/2025	Sim
18	I	ESP-INST. ASSIST. MED. SERV. PUB. ESTAD. - Compras.gov.br	7440	Unidade	R\$ 28,8600	15/05/2025	Sim
i19	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 55,0000	13/05/2025	Sim
20	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1100	Unidade	R\$ 4,4000	30/04/2025	Sim
21	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,5200	29/04/2025	Sim
22	I	MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Compras.gov.br	1150	Unidade	R\$ 3,7500	24/04/2025	Sim
i23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 45,0000	21/04/2025	Sim
i24	I	MRJ-CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 22,0000	14/04/2025	Sim
i25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 22,0000	03/04/2025	Sim
26	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 1,2000	25/03/2025	Sim
27	I	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO - Compras.gov.br	8000	Unidade	R\$ 5,0000	25/03/2025	Sim
28	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 0,5000	12/03/2025	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,0000	11/03/2025	Sim
30	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 2,7500	10/03/2025	Sim
31	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 2,7500	10/03/2025	Sim
32	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	480	Unidade	R\$ 40,0000	10/03/2025	Sim
i33	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 5,9000	13/02/2025	Sim
i34	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 5,9000	13/02/2025	Sim
35	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	2346	Unidade	R\$ 3,9500	11/02/2025	Sim
36	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	7039	Unidade	R\$ 3,9500	11/02/2025	Sim
37	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	3440	Unidade	R\$ 3,7900	31/01/2025	Sim
38	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 6,0000	24/01/2025	Sim
39	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	7500	Unidade	R\$ 3,5000	24/01/2025	Sim
40	I	CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 1,0000	17/01/2025	Sim
41	I	MPR - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 4,9800	09/12/2024	Sim
42	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1558	Unidade	R\$ 6,0000	28/11/2024	Sim
43	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	14021	Unidade	R\$ 6,0000	28/11/2024	Sim
44	I	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST.TRANSPORTES - Compras.gov.br	6667	Unidade	R\$ 8,5400	21/11/2024	Sim
		ESTADO DO MARANHÃO - Compras.					

45	I	gov.br	3000	Unidade	R\$ 4,2500	18/11/2024	Sim
46	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-AL - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 2,9500	31/10/2024	Sim
47	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-CE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 7,0000	25/10/2024	Sim
i48	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 9.630,0000	23/10/2024	Sim
49	I	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 1,1700	21/10/2024	Sim
50	I	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 1,1700	21/10/2024	Sim

**Legenda:**  
 ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item

631076 - Cartão Identificação Material: Cartão Em Pvc Branco , Comprimento: 86 MM, Largura: 54 MM, Tipo Impressão: Colorida , Características Adicionais: Impressão Frente E Verso , Espessura: 0,76 MM, Aplicação: Controle De Acesso

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,1500

Média

R\$ 15.092,5418

● Mediana

R\$ 3,5000

Coefficiente de Variação: 316,0854%

Desvio Padrão: 47.705,3175

Maior Preço: R\$ 165.950,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 21,9000	16/10/2025	Sim
2	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - MA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 165.950,0000	16/10/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA/MG - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,1500	15/10/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,5700	14/10/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,6400	14/10/2025	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 19,9000	02/10/2025	Sim
7	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 2,0000	30/09/2025	Sim
i8	I	ESP-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 5,9000	28/09/2025	Sim
i9	I	SECRETARIA DE EST.C.TECN.ENSINO SUPERIOR-PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,5000	11/09/2025	Sim
10	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA 4A - SP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 0,9000	09/09/2025	Sim
i11	I	ERN-SECRETARIA EST.MEIO AMB. RECUR. HIDRICOS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 8,5000	26/08/2025	Sim

**Legenda:**  
 ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

<b>Número da Pesquisa</b>	<b>UASG</b>	<b>Status</b>	<b>Editado por</b>
45/2025	195012	Rascunho	MARCO ANTONIO BOMTEMPO RIBEIRO

**Título:** Recepcionista - Insumos

**Observações:**

<b>Total de itens cotados:</b> 9	<b>Valor total da pesquisa de preços:</b> R\$ 590,5200
----------------------------------	--

### Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
278230 - Casaco Feminino Material: Poliéster , Modelo: Tipo Blazer , Tipo Manga: Comprida , Cor: Azul Marinho , Caracterisitcas Adicionais: Bolsos Embutidos Na Parte Frontal Inferior , Tamanho: Sob Medida , Tipo Gola: Entretelada	Unidade	1

Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 503,0682%
R\$ 31,0000	R\$ 633,3770	R\$ 145,0000	Desvio Padrão: 3.186,3182
			Maior Preço: R\$ 21.999,0000

Método de cálculo adotado: Mediana



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 170,0000	06/10/2025	Sim
2	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 170,0000	23/09/2025	Sim
3	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 170,0000	23/09/2025	Sim
4	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 170,0000	23/09/2025	Sim
5	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 170,0000	23/09/2025	Sim
6	I	CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 148,5200	29/08/2025	Sim
7	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 200,0000	26/08/2025	Sim

8		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 132,5300	22/08/2025	Sim
9		CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 21,999,0000	30/07/2025	Sim
10		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 153,0000	21/07/2025	Sim
11		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 188,0000	21/07/2025	Sim
12		SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 99,7500	17/07/2025	Sim
13		SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 99,7500	17/07/2025	Sim
14		SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 99,7500	17/07/2025	Sim
15		SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 99,7500	17/07/2025	Sim
16		PREFEITURA DE SULINA - PT - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 70,0000	11/07/2025	Sim
17		PREFEITURA DE SULINA - PT - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 75,0000	11/07/2025	Sim
18		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 119,9900	01/07/2025	Sim
19		JUSTICA DO TRABALHO - Compras. gov.br	12	Unidade	R\$ 257,0000	24/06/2025	Sim
20		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 145,0000	17/06/2025	Sim
21		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 145,0000	17/06/2025	Sim
22		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 145,0000	17/06/2025	Sim
23		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 145,0000	17/06/2025	Sim
24		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 149,0000	17/06/2025	Sim
25		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 84,0000	17/06/2025	Sim
26		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 111,9400	22/01/2026	Sim
27		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 99,0000	22/01/2026	Sim
28		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 110,0000	22/01/2026	Sim
29		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 99,0000	22/01/2026	Sim
30		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 92,0000	22/01/2026	Sim
31		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 69,0000	22/01/2026	Sim
32		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 370,0000	04/06/2025	Sim
i33		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 250,0000	07/04/2025	Sim
i34		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 250,0000	07/04/2025	Sim
i35		ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 250,0000	07/04/2025	Sim
36		COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	350	Unidade	R\$ 52,0000	17/03/2025	Sim
37		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	67	Unidade	R\$ 450,0000	07/03/2025	Sim
i38		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 159,9000	19/01/2025	Sim
39		ESTADO DE RONDONIA - Compras. gov.br	12	Unidade	R\$ 53,0000	17/12/2024	Sim
40		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 379,0000	09/12/2024	Sim

41	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 374,0000	09/12/2024	Sim
i 42	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 130,0000	28/10/2024	Sim
i 43	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 130,0000	28/10/2024	Sim
44	I	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 32,6600	23/10/2024	Sim
45	I	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 31,0000	23/10/2024	Sim
46	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 237,8000	22/10/2024	Sim



**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
278230 - Casaco Feminino Material: Poliéster , Modelo: Tipo Blazer , Tipo Manga: Comprida , Cor: Azul Marinho , Caracterisitcas Adicionais: Bolsos Embutidos Na Parte Frontal Inferior , Tamanho: Sob Medida , Tipo Gola: Entretelada		Unidade	1				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 503,0682%				
R\$ 31,0000	R\$ 633,3770	R\$ 145,0000	Desvio Padrão: 3.186,3182				
Maior Preço: R\$ 21.999,0000							
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ - SC - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 170,0000	06/10/2025	Sim
2	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 170,0000	23/09/2025	Sim
3	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 170,0000	23/09/2025	Sim
4	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 170,0000	23/09/2025	Sim
5	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 170,0000	23/09/2025	Sim
6	I	CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 148,5200	29/08/2025	Sim
7	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 200,0000	26/08/2025	Sim
8	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 132,5300	22/08/2025	Sim
9	I	CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 21.999,0000	30/07/2025	Sim
10	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 153,0000	21/07/2025	Sim
11	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 188,0000	21/07/2025	Sim
12	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 99,7500	17/07/2025	Sim

13	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 99,7500	17/07/2025	Sim
14	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 99,7500	17/07/2025	Sim
15	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 99,7500	17/07/2025	Sim
16	I	PREFEITURA DE SULINA - PT - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 70,0000	11/07/2025	Sim
17	I	PREFEITURA DE SULINA - PT - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 75,0000	11/07/2025	Sim
18	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 119,9900	01/07/2025	Sim
19	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 257,0000	24/06/2025	Sim
20	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 145,0000	17/06/2025	Sim
21	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 145,0000	17/06/2025	Sim
22	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 145,0000	17/06/2025	Sim
23	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 145,0000	17/06/2025	Sim
24	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 149,0000	17/06/2025	Sim
25	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 84,0000	17/06/2025	Sim
26	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 111,9400	22/01/2026	Sim
27	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 99,0000	22/01/2026	Sim
28	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 110,0000	22/01/2026	Sim
29	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 99,0000	22/01/2026	Sim
30	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 92,0000	22/01/2026	Sim
31	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 69,0000	22/01/2026	Sim
32	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 370,0000	04/06/2025	Sim
i33	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 250,0000	07/04/2025	Sim
i34	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 250,0000	07/04/2025	Sim
i35	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 250,0000	07/04/2025	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 52,0000	17/03/2025	Sim
37	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	67	Unidade	R\$ 450,0000	07/03/2025	Sim
i38	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	17	Unidade	R\$ 159,9000	19/01/2025	Sim
39	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 53,0000	17/12/2024	Sim
40	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 379,0000	09/12/2024	Sim
41	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 374,0000	09/12/2024	Sim
i42	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 130,0000	28/10/2024	Sim
i43	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 130,0000	28/10/2024	Sim
44	I	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 32,6600	23/10/2024	Sim
45	I	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 31,0000	23/10/2024	Sim
46	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 237,8000	22/10/2024	Sim





**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
219780 - Blusa Feminina Material: Malha , Modelo: Com Manga , Tipo Manga: Comprida , Cor: Branca	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 15,9000	R\$ 73,4175	R\$ 50,3850
Coeficiente de Variação: 88,0357% Desvio Padrão: 64,6336 Maior Preço: R\$ 177,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-TO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 78,7700	13/05/2025	Sim
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 15,9000	12/05/2025	Sim
3	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 177,0000	09/12/2024	Sim
4	I	PREFEITURA DE DIAMANTE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 22,0000	23/10/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.



Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
476855 - Calça Feminina Material: Oxford , Modelo: Social , Tipo Bolso: Dianteiro Tipo Faca , Tamanho: Sob Medida , Cor: Preta , Quantidade Bolsos: 2 Dianteiros , Aplicação: Uniforme	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 37,0000	R\$ 91,5730	R\$ 80,4900
Coeficiente de Variação: 47,8311% Desvio Padrão: 43,8004 Maior Preço: R\$ 220,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MPR - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 74,0000	16/10/2025	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 71,9800	14/10/2025	Sim
 3	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-MA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 92,0000	14/09/2025	Sim
4	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	78	Unidade	R\$ 80,0000	09/09/2025	Sim

5	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 82,0000	22/08/2025	Sim
6	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 54,0000	08/08/2025	Sim
7	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 89,0000	21/07/2025	Sim
8	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 91,0000	21/07/2025	Sim
9	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 80,9800	01/07/2025	Sim
10	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 37,0000	12/06/2025	Sim
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 65,0000	28/05/2025	Sim
i 12	I	CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 99,9800	04/05/2025	Sim
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	280	Unidade	R\$ 54,0100	11/03/2025	Sim
14	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 80,0000	28/02/2025	Sim
15	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 220,0000	09/12/2024	Sim
16	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 200,0000	09/12/2024	Sim
17	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 69,0000	06/12/2024	Sim
18	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 94,0000	03/12/2024	Sim
19	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 69,1600	01/11/2024	Sim
20	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 128,3500	22/10/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item

446156 - Meia De Vestuario Feminino Material: 100% Poliéster , Tipo: Social , Aplicação: Adulto , Características Adicionais: 3/4

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,8500

Média

R\$ 226.206,7285

● Mediana

R\$ 10,6500

Coeficiente de Variação: 499,6973%

Desvio Padrão: 1130.348,8131

Maior Preço: R\$ 5.877.950,0000



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3.130,0000	30/12/2025	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 9,0000	24/10/2025	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1020	Unidade	R\$ 6,9900	24/10/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,0000	21/08/2025	Sim
5	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 19,9900	14/08/2025	Sim
6	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 50,0000	07/08/2025	Sim
		PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE					

7	I	- PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 6,9700	14/07/2025	Sim
8	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 11,5000	22/01/2026	Sim
9	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 11,5000	22/01/2026	Sim
10	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 10,4500	22/01/2026	Sim
11	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 9,8000	22/01/2026	Sim
12	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 11,5000	22/01/2026	Sim
13	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 11,5000	22/01/2026	Sim
14	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 8,9900	22/01/2026	Sim
15	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 6,0000	10/06/2025	Sim
16	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 4,0000	06/06/2025	Sim
17	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	280	Unidade	R\$ 16,9900	04/06/2025	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	246	Unidade	R\$ 10,9500	26/11/2025	Sim
19	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	327	Unidade	R\$ 7,9900	21/05/2025	Sim
20	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 25,0000	11/04/2025	Sim
21	I	AGENCIA MUNICIPAL DE REG. DE SERV. DELEGADOS - Compras.gov.br	3180	Unidade	R\$ 10,8500	26/03/2025	Sim
22	I	EAL-CONSORCIO PARA DESENVOLV. DA REG.IPANEMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.877.950,0000	20/12/2024	Sim
23	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 10,3500	09/12/2024	Sim
24	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,8500	25/11/2024	Sim
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 20,9200	01/11/2024	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11800	Unidade	R\$ 4,8500	01/11/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

453701 - Prendedor De Cabelo Material: 95% Algodão E 5% Poliéster , Tipo: Faixa , Tamanho: Grande

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 2,9000

Média

R\$ 16,5200

● Mediana

R\$ 11,1450

Coefficiente de Variação: 114,4879%

Desvio Padrão: 18,9134

Maior Preço: R\$ 68,7800



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

1	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 23,0000	15/10/2025	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,9000	02/10/2025	Sim
3	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 68,7800	17/09/2025	Sim
4	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 12,4000	15/09/2025	Sim
5	I	MBA-PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAU - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 2,9800	23/05/2025	Sim
6	I	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TECNICA, CIENCIA, - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 16,4500	16/04/2025	Sim
7	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3,4000	11/04/2025	Sim
8	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3,4000	11/04/2025	Sim
9	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 22,0000	11/04/2025	Sim
10	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 9,8900	07/02/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.


Item: 7

**Descrição do item**  
235270 - Lenço Feminino Material: Musselini , Tipo: De Pescoço , Tipo Barra: Com Costura , Tamanho: Médio

**Unidade de Fornecimento**  
Unidade




**Quantidade**  
1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço	Média	 Mediana	Coeficiente de Variação: 294,4204% Desvio Padrão: 4.078,3845 Maior Preço: R\$ 14.885,0000
R\$ 7,8700	R\$ 1.385,2249	R\$ 24,4500	



**Método de cálculo adotado:** Mediana

Filtro Aplicado  
**Período:** 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 9,8000	25/08/2025	Sim
2	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/PA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 21,0000	17/07/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 10,0000	17/07/2025	Sim
4	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 22,9000	10/07/2025	Sim
 5	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 750,0000	30/06/2025	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 7,8700	27/06/2025	Sim
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 7,8700	27/06/2025	Sim
 8	I	EAC-SECRETARIA EST.JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLIC - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 60,0000	17/06/2025	Sim
 9	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA SP - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 689,9500	28/04/2025	Sim

10	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 26,0000	28/04/2025	Sim
11	I	PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 132,3090	19/11/2024	Sim
12	I	SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 14.885,0000	11/11/2024	Sim

**Legenda:**

-  Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
-  Compra ou item sofreu atualização após homologação.



Item: 8

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
614130 - Sapato Feminino Material: Couro , Tipo: Adulto , Material Sola: Borracha , Tamanho: Sob Medida , Cor: Preta , Características Adicionais: Com Salto , Modelo: Scarpin		Par	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	 Mediana	Coefficiente de Variação: 59,2692% Desvio Padrão: 90,9701 Maior Preço: R\$ 320,0000
R\$ 3,2000	R\$ 153,4864	R\$ 119,9000	
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	50	Par	R\$ 86,4600	22/09/2025	Sim
 2	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	2	Par	R\$ 244,8700	17/09/2025	Sim
3	I	CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 144,9900	29/08/2025	Sim
4	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	1	Par	R\$ 273,9100	28/08/2025	Sim
 5	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2	Par	R\$ 115,0000	27/08/2025	Sim
 6	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	3	Par	R\$ 119,9000	24/08/2025	Sim
 7	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	3	Par	R\$ 119,9000	24/08/2025	Sim
8	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 75,0000	20/08/2025	Sim
9	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	100	Par	R\$ 3,2000	19/08/2025	Sim
10	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 242,0000	21/07/2025	Sim
11	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	40	Par	R\$ 248,0000	11/04/2025	Sim
12	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	67	Par	R\$ 320,0000	07/03/2025	Sim
13	I	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO/RN - Compras.gov.br	200	Par	R\$ 76,6000	12/11/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 78,9800	07/11/2024	Sim

**Legenda:**


-  Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
-  Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
631076 - Cartão Identificação Material: Cartão Em Pvc Branco , Comprimento: 86 MM, Largura: 54 MM, Tipo Impressão: Colorida , Características Adicionais: Impressão Frente E Verso , Espessura: 0,76 MM, Aplicação: Controle De Acesso	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>  <div> Menor Preço R\$ 0,1500 Média R\$ 15.092,5418 Mediana R\$ 3,5000 Coeficiente de Variação: 316,0854%  Desvio Padrão: 47.705,3175  Maior Preço: R\$ 165.950,0000 </div>		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 21,9000	16/10/2025	Sim
2	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - MA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 165.950,0000	16/10/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA/MG - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,1500	15/10/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,5700	14/10/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,6400	14/10/2025	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 19,9000	02/10/2025	Sim
7	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 2,0000	30/09/2025	Sim
i8	I	ESP-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 5,9000	28/09/2025	Sim
i9	I	SECRETARIA DE EST.C.TECN.ENSINO SUPERIOR-PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,5000	11/09/2025	Sim
10	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA 4A - SP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 0,9000	09/09/2025	Sim
i11	I	ERN-SECRETARIA EST.MEIO AMB. RECUR. HIDRICOS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 8,5000	26/08/2025	Sim

Legenda:  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 09/02/2026 09:37

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre (X-μ)², onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

## Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
46/2025	195012	Rascunho	MARCO ANTONIO BOMTEMPO RIBEIRO
Título: Copeira - Insumos			
Observações:			
Total de itens cotados: 20		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 445,9250	

## Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

219780 - Blusa Feminina Material: Malha , Modelo: Com Manga , Tipo Manga: Comprida , Cor: Branca

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 15,9000

Média

R\$ 73,4175

Mediana

R\$ 50,3850

Coefficiente de Variação: 88,0357%

Desvio Padrão: 64,6336

Maior Preço: R\$ 177,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-TO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 78,7700	13/05/2025	Sim
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 15,9000	12/05/2025	Sim
3	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 177,0000	09/12/2024	Sim
4	I	PREFEITURA DE DIAMANTE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 22,0000	23/10/2024	Sim

Legenda:  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
449043 - Avental Material: Tecido Oxford , Modelo: Unissex , Cor: Xadrez , Características Adicionais: Tipo Saia Com Bolso E Tiras De Ajuste , Tamanho: Sob Medida	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 18,0000	R\$ 18,0000	R\$ 18,0000
Coeficiente de Variação: 0,0000% Desvio Padrão: 0,0000 Maior Preço: R\$ 18,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 18,0000	21/09/2025	Sim

**Legenda:**  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
476855 - Calça Feminina Material: Oxford , Modelo: Social , Tipo Bolso: Dianteiro Tipo Faca , Tamanho: Sob Medida , Cor: Preta , Quantidade Bolsos: 2 Dianteiros , Aplicação: Uniforme	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 37,0000	R\$ 91,5730	R\$ 80,4900
Coeficiente de Variação: 47,8311% Desvio Padrão: 43,8004 Maior Preço: R\$ 220,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MPR - PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 74,0000	16/10/2025	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 71,9800	14/10/2025	Sim
▲i3	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-MA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 92,0000	14/09/2025	Sim
4	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	78	Unidade	R\$ 80,0000	09/09/2025	Sim
5	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 82,0000	22/08/2025	Sim
6	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 54,0000	08/08/2025	Sim
7	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 89,0000	21/07/2025	Sim
8	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 91,0000	21/07/2025	Sim
9	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 80,9800	01/07/2025	Sim
10	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 37,0000	12/06/2025	Sim
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO							



11	I	GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 65,0000	28/05/2025	Sim
i 12	I	CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 99,9800	04/05/2025	Sim
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	280	Unidade	R\$ 54,0100	11/03/2025	Sim
14	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 80,0000	28/02/2025	Sim
15	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 220,0000	09/12/2024	Sim
16	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 200,0000	09/12/2024	Sim
17	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 69,0000	06/12/2024	Sim
18	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 94,0000	03/12/2024	Sim
19	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 69,1600	01/11/2024	Sim
20	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 128,3500	22/10/2024	Sim

**Legenda:**

⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4



Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
446156 - Meia De Vestuario Feminino Material: 100% Poliéster , Tipo: Social , Aplicação: Adulto , Características Adicionais: 3/4		Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 499,6973%
R\$ 1,8500	R\$ 226.206,7285	R\$ 10,6500	Desvio Padrão: 1.130.348,8131
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 5.877.950,0000

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3.130,0000	30/12/2025	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 9,0000	24/10/2025	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1020	Unidade	R\$ 6,9900	24/10/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 7,0000	21/08/2025	Sim
5	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 19,9900	14/08/2025	Sim
6	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 50,0000	07/08/2025	Sim
7	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 6,9700	14/07/2025	Sim
8	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 11,5000	22/01/2026	Sim
9	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 11,5000	22/01/2026	Sim
10	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 10,4500	22/01/2026	Sim
11	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 9,8000	22/01/2026	Sim
12	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 11,5000	22/01/2026	Sim

13		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 11,5000	22/01/2026	Sim
14		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 8,9900	22/01/2026	Sim
15		PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 6,0000	10/06/2025	Sim
16		PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 4,0000	06/06/2025	Sim
17		COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	280	Unidade	R\$ 16,9900	04/06/2025	Sim
18		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	246	Unidade	R\$ 10,9500	26/11/2025	Sim
19		ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	327	Unidade	R\$ 7,9900	21/05/2025	Sim
20		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 25,0000	11/04/2025	Sim
21		AGENCIA MUNICIPAL DE REG. DE SERV. DELEGADOS - Compras.gov.br	3180	Unidade	R\$ 10,8500	26/03/2025	Sim
22		EAL-CONSORCIO PARA DESENVOLV. DA REG.IPANEMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 5.877.950,0000	20/12/2024	Sim
23		ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 10,3500	09/12/2024	Sim
24		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,8500	25/11/2024	Sim
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 20,9200	01/11/2024	Sim
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11800	Unidade	R\$ 4,8500	01/11/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item

453701 - Prendedor De Cabelo Material: 95% Algodão E 5% Poliéster , Tipo: Faixa , Tamanho: Grande

Unidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 2,9000

Média

R\$ 16,5200

● Mediana

R\$ 11,1450

Coefficiente de Variação: 114,4879%

Desvio Padrão: 18,9134

Maior Preço: R\$ 68,7800



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 23,0000	15/10/2025	Sim
2		ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,9000	02/10/2025	Sim
3		ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 68,7800	17/09/2025	Sim
4		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 12,4000	15/09/2025	Sim
5		MBA-PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIAU - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 2,9800	23/05/2025	Sim
6		FUNDAcao DE APOIO A ESCOLA TECNICA, CIENCIA, - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 16,4500	16/04/2025	Sim
		SERVIÇO NACIONAL DE					

7	I	APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3,4000	11/04/2025	Sim
8	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3,4000	11/04/2025	Sim
9	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 22,0000	11/04/2025	Sim
10	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 9,8900	07/02/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

614130 - Sapato Feminino Material: Couro , Tipo: Adulto , Material Sola: Borracha , Tamanho: Sob Medida , Cor: Preta , Características Adicionais: Com Salto , Modelo: Scarpin

Unidade de Fornecimento

Par

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 3,2000

Média

R\$ 153,4864

Mediana

R\$ 119,9000

Coeficiente de Variação: 59,2692%



Desvio Padrão: 90,9701

Maior Preço: R\$ 320,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	50	Par	R\$ 86,4600	22/09/2025	Sim
 2	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	2	Par	R\$ 244,8700	17/09/2025	Sim
3	I	CAMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 144,9900	29/08/2025	Sim
4	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	1	Par	R\$ 273,9100	28/08/2025	Sim
 5	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2	Par	R\$ 115,0000	27/08/2025	Sim
 6	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	3	Par	R\$ 119,9000	24/08/2025	Sim
 7	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	3	Par	R\$ 119,9000	24/08/2025	Sim
8	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE STO. ANTONIO DE JESUS - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 75,0000	20/08/2025	Sim
9	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	100	Par	R\$ 3,2000	19/08/2025	Sim
10	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 242,0000	21/07/2025	Sim
11	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	40	Par	R\$ 248,0000	11/04/2025	Sim
12	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	67	Par	R\$ 320,0000	07/03/2025	Sim
13	I	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO/RN - Compras.gov.br	200	Par	R\$ 76,6000	12/11/2024	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 78,9800	07/11/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
631076 - Cartão Identificação Material: Cartão Em Pvc Branco , Comprimento: 86 MM, Largura: 54 MM, Tipo Impressão: Colorida , Características Adicionais: Impressão Frente E Verso , Espessura: 0,76 MM, Aplicação: Controle De Acesso		Unidade	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 316,0854%
R\$ 0,1500	R\$ 15.092,5418	R\$ 3,5000	Desvio Padrão: 47.705,3175
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 165.950,0000

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 21,9000	16/10/2025	Sim
2	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - MA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 165.950,0000	16/10/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA/MG - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,1500	15/10/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,5700	14/10/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,6400	14/10/2025	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 19,9000	02/10/2025	Sim
7	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 2,0000	30/09/2025	Sim
i8	I	ESP-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 5,9000	28/09/2025	Sim
i9	I	SECRETARIA DE EST.C.TECN.ENSINO SUPERIOR-PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,5000	11/09/2025	Sim
10	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA 4A - SP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 0,9000	09/09/2025	Sim
i11	I	ERN-SECRETARIA EST.MEIO AMB. RECUR. HIDRICOS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 8,5000	26/08/2025	Sim

Legenda:  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
463575 - Café Apresentação: Torrado Moído , Intensidade: Intensa Ou Extra Forte , Tipo: Tradicional , Empacotamento: Vácuo		Pacote 500 Grama	1

## Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 3,5500

Média

R\$ 27,9966

● Mediana

R\$ 26,1450

Coefficiente de Variação: 33,3844%

Desvio Padrão: 9,3465

Maior Preço: R\$ 62,3700



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	1000	Pacote 500 Grama	R\$ 25,9900	21/10/2025	Sim
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Pacote 500 Grama	R\$ 24,9700	06/10/2025	Sim
3	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	100	Pacote 500 Grama	R\$ 34,0000	06/10/2025	Sim
4	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2440	Pacote 500 Grama	R\$ 25,4800	02/10/2025	Sim
i5	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO G.D.O SUL - Compras.gov.br	7000	Pacote 500 Grama	R\$ 42,8600	01/10/2025	Sim
6	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	20	Pacote 500 Grama	R\$ 33,9200	30/09/2025	Sim
7	I	ESP-CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR - Compras.gov.br	80	Pacote 500 Grama	R\$ 26,4500	24/09/2025	Sim
8	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	756	Pacote 500 Grama	R\$ 21,5000	22/09/2025	Sim
9	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	1200	Pacote 500 Grama	R\$ 44,0000	21/09/2025	Sim
10	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	2400	Pacote 500 Grama	R\$ 25,8000	15/09/2025	Sim
i11	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	200	Pacote 500 Grama	R\$ 36,0000	09/09/2025	Sim
12	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-GO - Compras.gov.br	700	Pacote 500 Grama	R\$ 24,6200	02/09/2025	Sim
13	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	750	Pacote 500 Grama	R\$ 24,2700	27/08/2025	Sim
14	I	MGO-CAMARA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - Compras.gov.br	396	Pacote 500 Grama	R\$ 24,6200	25/08/2025	Sim
i15	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	50	Pacote 500 Grama	R\$ 38,9900	21/08/2025	Sim
16	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	4500	Pacote 500 Grama	R\$ 29,5100	21/08/2025	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	2041	Pacote 500 Grama	R\$ 23,9000	20/08/2025	Sim
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	680	Pacote 500 Grama	R\$ 24,2400	20/08/2025	Sim
i19	I	ERO-SUPERINTENDENCIA DA JUV. CULESPORTE LAZER - Compras.gov.br	840	Pacote 500 Grama	R\$ 39,0000	18/08/2025	Sim
20	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES - MG - Compras.gov.br	1992	Pacote 500 Grama	R\$ 14,0000	14/08/2025	Sim
21	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	40	Pacote 500 Grama	R\$ 41,5000	13/08/2025	Sim
22	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	1680	Pacote 500 Grama	R\$ 20,9000	08/08/2025	Sim
23	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	3504	Pacote 500 Grama	R\$ 21,8000	08/08/2025	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1800	Pacote 500 Grama	R\$ 27,8900	01/08/2025	Sim
25	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-MS - Compras.gov.br	60	Pacote 500 Grama	R\$ 31,9800	01/08/2025	Sim
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Pacote 500 Grama	R\$ 26,8000	30/07/2025	Sim

27		ESP-SECRETARIA DA EDUCACAO - Compras.gov.br	80	Pacote 500 Grama	R\$ 25,5100	28/07/2025	Sim
28		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	1600	Pacote 500 Grama	R\$ 28,5000	22/07/2025	Sim
29		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	13200	Pacote 500 Grama	R\$ 32,5000	17/07/2025	Sim
30		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	10	Pacote 500 Grama	R\$ 44,9800	02/07/2025	Sim
31		CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO - Compras.gov.br	2279	Pacote 500 Grama	R\$ 20,5000	01/07/2025	Sim
32		CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO - Compras.gov.br	9721	Pacote 500 Grama	R\$ 20,5000	01/07/2025	Sim
33		COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	5000	Pacote 500 Grama	R\$ 20,9300	24/06/2025	Sim
34		COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	670	Pacote 500 Grama	R\$ 20,8900	24/06/2025	Sim
i 35		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	312	Pacote 500 Grama	R\$ 37,9000	23/06/2025	Sim
36		CAMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA - RS - Compras.gov.br	300	Pacote 500 Grama	R\$ 29,9900	23/06/2025	Sim
37		CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO - Compras.gov.br	1000	Pacote 500 Grama	R\$ 21,7000	17/06/2025	Sim
38		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	825	Pacote 500 Grama	R\$ 29,8400	12/06/2025	Sim
39		MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	944	Pacote 500 Grama	R\$ 26,3000	11/06/2025	Sim
40		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	2125	Pacote 500 Grama	R\$ 26,4500	10/06/2025	Sim
41		PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	300	Pacote 500 Grama	R\$ 24,0000	10/06/2025	Sim
42		PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	3500	Pacote 500 Grama	R\$ 21,2400	09/06/2025	Sim
43		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	Pacote 500 Grama	R\$ 20,2200	09/06/2025	Sim
44		COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	5	Pacote 500 Grama	R\$ 25,0000	09/06/2025	Sim
45		COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	5	Pacote 500 Grama	R\$ 26,4200	09/06/2025	Sim
i 46		INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL - Compras.gov.br	68	Pacote 500 Grama	R\$ 29,9900	05/06/2025	Sim
47		MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	50	Pacote 500 Grama	R\$ 62,3700	05/06/2025	Sim
48		COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	77300	Pacote 500 Grama	R\$ 11,8000	03/06/2025	Sim
49		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5000	Pacote 500 Grama	R\$ 3,5500	30/05/2025	Sim
50		CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-PA - Compras.gov.br	168	Pacote 500 Grama	R\$ 33,7600	30/05/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
603269 - Açúcar Tipo: Cristal , Coloração: Branca	Embalagem 1 Quilograma	1

## Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 3,2600

Média

R\$ 6,4578

● Mediana

R\$ 3,9500

Coefficiente de Variação: 212,9750%

Desvio Padrão: 13,7535

Maior Preço: R\$ 102,0000



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	8000	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,1500	17/10/2025	Sim
2	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	4000	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,8900	17/10/2025	Sim
3	I	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - Compras.gov.br	2084	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,5500	17/10/2025	Sim
4	I	EPA-COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - Compras.gov.br	900	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,7100	16/10/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	30	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,2500	16/10/2025	Sim
6	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	50	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 13,4900	16/10/2025	Sim
i7	I	CONSELHO E.C.I.E.E.F.M.PADRE ARISTIDES/PB - Compras.gov.br	80	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,5000	15/10/2025	Sim
i8	I	CONSELHO E.E.DE 1 E 2 G.TRAJANO P. DA NOBREGA - Compras.gov.br	82	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,7500	15/10/2025	Sim
Δi9	I	CONSELHO E.C.I.E.M PROF ADALB. SOUSA OLIVEIRA - Compras.gov.br	1400	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,5500	04/11/2025	Sim
i10	I	CONSELHO E.E.DE 1 E 2 G.TRAJANO P. DA NOBREGA - Compras.gov.br	665	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,7500	15/10/2025	Sim
11	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	36500	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,9900	15/10/2025	Sim
12	I	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CARPINA - Compras.gov.br	2400	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,4900	17/11/2025	Sim
13	I	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO /CARPINA/PE - Compras.gov.br	2000	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,6900	14/10/2025	Sim
14	I	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO /CARPINA/PE - Compras.gov.br	20000	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,6900	14/10/2025	Sim
15	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10800	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,4900	31/10/2025	Sim
i16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	70	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,9900	13/10/2025	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	130	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,8000	13/10/2025	Sim
18	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO EST. DO R. G. DO NORTE - Compras.gov.br	600	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,8500	10/10/2025	Sim
i19	I	CÂMARA MUNIC. DE VERE. DE CAMPO A. DE LOURDES - Compras.gov.br	150	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,0900	08/10/2025	Sim
i20	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	38	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 7,9800	08/10/2025	Sim
i21	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	8	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,0100	07/10/2025	Sim
i22	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	35	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,0000	07/10/2025	Sim
i23	I	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR /RN - Compras.gov.br	100	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,9000	07/10/2025	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,1400	07/10/2025	Sim
i25	I	CONS DA ESC 1 E 2 GRAUS PROF CRISPIM COELHO - Compras.gov.br	800	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,4900	06/10/2025	Sim
i26	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	10	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,7000	06/10/2025	Sim
		CONSELHO ESCOL DA EEEM PROFª					

i27	I	NEIR ALVES PORTO - Compras.gov.br	390	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,9500	05/10/2025	Sim
28	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras.gov.br	200	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,8500	03/10/2025	Sim
29	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras.gov.br	600	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,7000	03/10/2025	Sim
30	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	10146	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,2600	03/10/2025	Sim
31	I	PREFEITURA DE TARAÚCA - AC - Compras.gov.br	2	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,2900	02/10/2025	Sim
i32	I	CONSELHO ESC.CID.INT.TEC.EST. DAURA S.RANGEL - Compras.gov.br	868	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 5,0000	01/10/2025	Sim
i33	I	CONSELHO E.E.E.M.I.P.JOSE LEITE DE SOUZA/PB - Compras.gov.br	1500	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,4900	01/10/2025	Sim
i34	I	CONSELHO ESCOL DA EEEM PROFª NEIR ALVES PORTO - Compras.gov.br	160	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,9500	01/10/2025	Sim
35	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5760	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,8000	01/10/2025	Sim
36	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,5500	01/10/2025	Sim
37	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	161	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,3200	30/09/2025	Sim
38	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - Compras.gov.br	10	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,7000	29/09/2025	Sim
i39	I	CEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO - Compras.gov.br	500	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 4,5700	29/09/2025	Sim
40	I	ETO-ASSOCIAÇÃO P.M.A.M.I.COL. POSIT.DE GURUPI - Compras.gov.br	793	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,4900	29/09/2025	Sim
41	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - Compras.gov.br	400	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,6500	26/09/2025	Sim
42	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	395	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 102,0000	26/09/2025	Sim
43	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - CE - Compras.gov.br	60	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,8000	25/09/2025	Sim
44	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - Compras.gov.br	576	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,2900	24/09/2025	Sim
45	I	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL-FUND. NAC. SAÚDE/RN - Compras.gov.br	600	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,6000	24/09/2025	Sim
46	I	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ/PI - Compras.gov.br	3200	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,6000	24/09/2025	Sim
47	I	ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	17550	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,9500	24/09/2025	Sim
48	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - Compras.gov.br	4000	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,4500	24/09/2025	Sim
49	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - Compras.gov.br	1000	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 3,3900	24/09/2025	Sim
i50	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL - Compras.gov.br	4	Embalagem 1 Quilograma	R\$ 9,3500	23/09/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
625668 - Adoçante Aspecto Físico: Líquido Transparente , Ingredientes: Sucralose , Prazo Validade: 2 ANOS, Tipo: Dietético , Características Adicionais: Bico Dosador	Unidade	1



## Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 2,9800

Média

R\$ 6,5544

● Mediana

R\$ 4,7500

Coefficiente de Variação: 54,3101%

Desvio Padrão: 3,5597

Maior Preço: R\$ 16,7300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CARPINA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 4,6600	17/11/2025	Sim
2	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 2,9800	12/11/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	266	Unidade	R\$ 4,3200	24/09/2025	Sim
4	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - Compras.gov.br	161	Unidade	R\$ 10,9800	19/09/2025	Sim
i5	I	CAMARA MUNICIPAL DE AMERICO BRASILIENSE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 6,6000	16/09/2025	Sim
6	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 3,6000	10/09/2025	Sim
i7	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 4,4100	07/09/2025	Sim
8	I	PREFEITURA MUNICIPAL STO. ANTONIO DESCOBERTO - Compras.gov.br	235	Unidade	R\$ 5,2700	21/08/2025	Sim
9	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 7,4500	13/08/2025	Sim
i10	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 4,0000	11/08/2025	Sim
11	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	240	Unidade	R\$ 3,4900	24/07/2025	Sim
12	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 4,9500	22/07/2025	Sim
13	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRICAÇÃO SEGUNDA REGIAO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 6,0000	15/07/2025	Sim
i14	I	CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS 2ª-MA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 10,3500	25/06/2025	Sim
15	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	467	Unidade	R\$ 7,2400	23/05/2025	Sim
16	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4,7500	15/05/2025	Sim
17	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4,7000	15/05/2025	Sim
18	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 3,6400	05/05/2025	Sim
19	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	161	Unidade	R\$ 4,0000	29/04/2025	Sim
20	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA - PE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 9,4500	27/04/2025	Sim
21	I	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 16,7300	14/04/2025	Sim
22	I	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 3ª - CE - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 12,0000	11/04/2025	Sim
23	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 13,7900	28/03/2025	Sim
24	I	CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 4,5000	21/03/2025	Sim
i25	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 4,0000	10/03/2025	Sim

### Legenda:

▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.



Item: 11

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
301089 - Detergente Composição: Alcalis E Sequestrantes , Aplicação: Remoção De Gordura Em Utensílios De Cozinha, Em , Características Adicionais: Alcalinidade (Na2o): 7 A 10 Per, Levemente Amarela , Aspecto Físico: Líquido , Densidade A 25° Celsius: 1,25 A 1,28 G/M3, Concentração: 11,80 A 12 PE		Frasco 500 Mililitro	1				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	● Mediana	Coeficiente de Variação: 2,2951%				
R\$ 1,4900	R\$ 1,5250	R\$ 1,5250	Desvio Padrão: 0,0350				
			Maior Preço: R\$ 1,5600				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br	2000	Frasco 500 Mililitro	R\$ 1,4900	25/03/2025	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	60	Frasco 500 Mililitro	R\$ 1,5600	27/12/2024	Sim
Legenda:							
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.							
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.							

Item: 12

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
626652 - Esponja Limpeza Material: Fibra Sintética , Formato: Retangular , Aplicação: Limpeza Geral , Comprimento Mínimo: 260 MM, Largura Mínima: 100 M		Unidade	1				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	● Mediana	Coeficiente de Variação: 197,2553%				
R\$ 0,3980	R\$ 3,0896	R\$ 1,6300	Desvio Padrão: 6,0944				
			Maior Preço: R\$ 35,0000				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i1	I	CÂMARA MUNIC. DE VERE. DE CAMPO A. DE LOURDES - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 2,4300	08/10/2025	Sim
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 0,5900	23/09/2025	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2,3700	21/09/2025	Sim
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 11,9000	19/09/2025	Sim
i5	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 35,0000	17/09/2025	Sim
6	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	2900	Unidade	R\$ 0,5500	15/09/2025	Sim
MGO-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO							

7	I	VERDE - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 2,0300	07/09/2025	Sim
8	I	ECE-CONSORCIO PUB.DE SAUDE MICROREGIAO CRATO - Compras.gov. br	170	Unidade	R\$ 1,6900	04/09/2025	Sim
i 9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 1,5700	02/09/2025	Sim
10	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-BA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 2,8700	13/08/2025	Sim
11	I	ESP-FUND.PE ACH-CENTRO PAUL. RADIO-TV EDU - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 0,8500	13/08/2025	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 5,0000	31/07/2025	Sim
13	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	40	Unidade	R\$ 1,9000	30/07/2025	Sim
14	I	PREFEITURA DE BOCAIUVA DO SUL - PR - Compras.gov.br	295	Unidade	R\$ 0,9700	28/07/2025	Sim
15	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	216	Unidade	R\$ 2,0000	24/07/2025	Sim
16	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5046	Unidade	R\$ 0,7000	24/07/2025	Sim
17	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1150	Unidade	R\$ 1,5000	24/07/2025	Sim
18	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1944	Unidade	R\$ 2,0000	24/07/2025	Sim
19	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	45411	Unidade	R\$ 0,7000	24/07/2025	Sim
20	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	10349	Unidade	R\$ 1,5000	24/07/2025	Sim
21	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	8	Unidade	R\$ 2,5000	23/07/2025	Sim
22	I	COMITE PARALIMPICO BRASILEIRO - SP - Compras.gov.br	1700	Unidade	R\$ 1,4500	11/07/2025	Sim
i 23	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 1,4900	10/07/2025	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 0,3980	07/07/2025	Sim
i 25	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 3,1500	06/07/2025	Sim
26	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 2,2200	17/06/2025	Sim
27	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 1,8000	11/06/2025	Sim
28	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras. gov.br	100	Unidade	R\$ 4,7500	06/06/2025	Sim
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	25	Unidade	R\$ 0,5000	04/06/2025	Sim
i 30	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 1,0500	20/05/2025	Sim
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,6900	13/05/2025	Sim
i 32	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 0,7500	07/04/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 13

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
481018 - Esponja Limpeza Material: Lã Aço , Aplicação: Limpeza Geral	Unidade	1

## Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,7700

Média

R\$ 3,5291

● Mediana

R\$ 1,7750

Coefficiente de Variação: 284,6165%

Desvio Padrão: 10,0444

Maior Preço: R\$ 72,5000



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1207	Unidade	R\$ 1,6000	04/11/2025	Sim
2	I	CONSORCIO INTERM DE SAUDE DO MEDIO PARANAPANE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 1,7600	10/10/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS -RJ - Compras.gov.br	3540	Unidade	R\$ 1,5500	16/01/2026	Sim
i 4	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 3,3600	07/10/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE OURIZONA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 1,2500	29/09/2025	Sim
6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1,5700	25/09/2025	Sim
7	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,5400	25/09/2025	Sim
8	I	PREFEITURA DE MERCEDES - PR - Compras.gov.br	552	Unidade	R\$ 3,1500	22/09/2025	Sim
9	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-TO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 0,8900	17/09/2025	Sim
10	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 1,3230	16/09/2025	Sim
11	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	210	Unidade	R\$ 1,5000	15/09/2025	Sim
i 12	I	POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ/PI - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 2,8700	11/09/2025	Sim
13	I	CPA-SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,2000	10/09/2025	Sim
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 1,7000	10/09/2025	Sim
15	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 3,4700	05/09/2025	Sim
16	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,7200	02/09/2025	Sim
17	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE - BA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,4900	01/09/2025	Sim
i 18	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	240	Unidade	R\$ 2,4000	28/08/2025	Sim
19	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	1600	Unidade	R\$ 2,3700	27/08/2025	Sim
20	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	2100	Unidade	R\$ 1,8000	25/08/2025	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4142	Unidade	R\$ 1,7900	20/08/2025	Sim
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 72,5000	18/08/2025	Sim
23	I	PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 1,6200	15/08/2025	Sim
24	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 2,4800	13/08/2025	Sim
25	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	180	Unidade	R\$ 1,4200	12/08/2025	Sim
26	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 1,6000	12/08/2025	Sim

27	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 1,9000	08/08/2025	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,9900	07/08/2025	Sim
i 29	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,4300	05/08/2025	Sim
30	I	CAMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,3400	04/08/2025	Sim
31	I	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DO CARRO/PE - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,1500	31/07/2025	Sim
32	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1,9200	31/07/2025	Sim
33	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 15,0800	31/07/2025	Sim
34	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 2,1800	30/07/2025	Sim
35	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	280	Unidade	R\$ 1,4500	30/07/2025	Sim
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,7700	29/07/2025	Sim
37	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 0,8000	29/07/2025	Sim
38	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 1,8500	24/07/2025	Sim
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	450	Unidade	R\$ 1,6000	24/07/2025	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	800	Unidade	R\$ 1,1900	23/07/2025	Sim
41	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 2,3500	23/07/2025	Sim
42	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	1460	Unidade	R\$ 1,2300	10/07/2025	Sim
43	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	1725	Unidade	R\$ 1,1800	04/07/2025	Sim
44	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,8600	02/07/2025	Sim
45	I	PREFEITURA DA LAPA - PR - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,4900	24/06/2025	Sim
46	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,2000	23/06/2025	Sim
47	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 2,0000	23/06/2025	Sim
48	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	510	Unidade	R\$ 2,0000	06/06/2025	Sim
49	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 1,1000	30/05/2025	Sim
50	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	812	Unidade	R\$ 2,4700	30/05/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 14

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
457477 - Toalha De Papel Material: 100% Fibras Celulósicas , Tipo Folha: Dupla Picotada , Comprimento: 28 CM, Largura: 42 CM, Características Adicionais: Alto Poder De Absorção, Gramatura Mínima 110 G/M2 , Aplicação: Limpeza Em Geral	Pacote 2 Rolo	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 64,9930%
R\$ 2,7000	R\$ 17,1300	R\$ 18,8900	Desvio Padrão: 11,1333
			Maior Preço: R\$ 29,8000
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	500	Pacote 2 Rolo	R\$ 2,7000	29/09/2025	Sim
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	6	Pacote 2 Rolo	R\$ 29,8000	11/09/2025	Sim
3	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	24	Pacote 2 Rolo	R\$ 18,8900	11/02/2025	Sim

Legenda:  
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 15

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
403521 - Guardanapo De Papel Largura: 33,50 CM, Comprimento: 33,50 CM, Cor: Branca , Tipo Folhas: Dupla , Características Adicionais: Extra Macio	Unidade	1

Consolidação dos preços cotados



Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 662,8262%
R\$ 0,7500	R\$ 5.038,6158	R\$ 2,5000	Desvio Padrão: 33.397,2637
			Maior Preço: R\$ 226.571,0000
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 2,7900	17/10/2025	Sim
2	I	PREFEITURA DE SAO JOAO - PR - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 5,9900	06/10/2025	Sim
3	I	PREFEITURA DE CRUZEIRO DO IGUACU - PR - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 1,4000	02/10/2025	Sim
4	I	MPR-CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 4,2500	19/09/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE CAFELANDIA - PR - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 1,3500	15/09/2025	Sim
6	I	PREFEITURA DE CAFELANDIA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 0,7500	15/09/2025	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 20,2000	11/09/2025	Sim
8	I	AGENCIA MUNICIPAL DE REG. DE SERV. DELEGADOS - Compras.gov.br	3180	Unidade	R\$ 8,9800	15/08/2025	Sim
9	I	AGENCIA MUNICIPAL DE REG. DE SERV. DELEGADOS - Compras.gov.br	9539	Unidade	R\$ 6,5600	15/08/2025	Sim
10	I	ETO-ASSOCIAÇÃO A.C.E.DE FILADELFIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1,7800	13/08/2025	Sim
11	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	240	Unidade	R\$ 1,4400	12/08/2025	Sim

12	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 226.571,0000	07/08/2025	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1400	Unidade	R\$ 4,0000	23/07/2025	Sim
14	I	PREFEITURA DE HONORIO SERPA - PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 2,3700	11/07/2025	Sim
15	I	PREFEITURA DE HONORIO SERPA - PR - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 2,4100	11/07/2025	Sim
16	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	4200	Unidade	R\$ 1,3400	27/06/2025	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1,9600	16/06/2025	Sim
18	I	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-AP - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 9,1000	16/06/2025	Sim
19	I	CAMARA MUNICIPAL DE ACARA/PA - Compras.gov.br	570	Unidade	R\$ 3,8400	27/05/2025	Sim
20	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 2,2000	21/05/2025	Sim
21	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 1,1000	09/05/2025	Sim
22	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	1870	Unidade	R\$ 1,1200	06/05/2025	Sim
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	386	Unidade	R\$ 10,2000	10/04/2025	Sim
24	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	1464	Unidade	R\$ 5,1000	10/04/2025	Sim
25	I	PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 8,6000	08/04/2025	Sim
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL S. RAIMUNDO MANGABEIRAS - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 1,6800	27/03/2025	Sim
27	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,9800	26/03/2025	Sim
28	I	PREFEITURA DE PINHALAO - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 2,4900	18/03/2025	Sim
29	I	ERR - GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	11100	Unidade	R\$ 3,5000	14/03/2025	Sim
30	I	ERR - GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	9150	Unidade	R\$ 2,5000	14/03/2025	Sim
31	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 2,4000	27/02/2025	Sim
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 3,9900	25/02/2025	Sim
33	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	20000	Unidade	R\$ 0,8200	24/02/2025	Sim
34	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 3,5800	29/01/2025	Sim
35	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	195	Unidade	R\$ 3,2700	23/01/2025	Sim
36	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	5000	Unidade	R\$ 1,0500	18/12/2024	Sim
37	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	15000	Unidade	R\$ 1,0000	18/12/2024	Sim
38	I	EPA-HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 14,0000	09/12/2024	Sim
39	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24289	Unidade	R\$ 1,5500	05/12/2024	Sim
40	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,8700	25/11/2024	Sim
41	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 1,4500	06/11/2024	Sim

42	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE - Compras.gov.br	930	Unidade	R\$ 0,8600	24/10/2024	Sim
43	I	INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 2,8000	24/10/2024	Sim
44	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 2,9900	22/10/2024	Sim
i 45	I	ESP-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,1000	20/10/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 16



Descrição do item			Unidade de Fornecimento		Quantidade		
607532 - Rodo Material Cabo: Plástico , Material Suporte: Plástico , Comprimento Suporte: 13 CM, Características Adicionais: Para Pia			Unidade		1		
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço		Média	● Mediana		Coeficiente de Variação: 74,7969%		
R\$ 1,9000		R\$ 6,6234	R\$ 4,4900		Desvio Padrão: 4,9541		
					Maior Preço: R\$ 21,1600		
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSORCIO INTERM DE SAUDE DO MEDIO PARANAPANE - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 15,7300	10/10/2025	Sim
i2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 3,9900	06/10/2025	Sim
3	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-MT - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 10,4100	02/10/2025	Sim
4	I	CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 3,5000	29/09/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,8500	25/09/2025	Sim
6	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 2,4500	16/09/2025	Sim
7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 4,4800	16/09/2025	Sim
8	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3,0000	15/09/2025	Sim
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 19,8000	11/09/2025	Sim
10	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 8,0000	09/09/2025	Sim
11	I	PREFEITURA DE PRADO FERREIRA - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 3,5900	04/09/2025	Sim
12	I	PREFEITURA DE TARAUACA - AC - Compras.gov.br	944	Unidade	R\$ 11,5000	02/09/2025	Sim
13	I	CONSELHO REGIONAL ENGENHARIA E AGRONOMIA-SE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 4,0000	28/08/2025	Sim
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br	78	Unidade	R\$ 6,1900	19/08/2025	Sim
i15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3,5000	12/08/2025	Sim
16	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	224	Unidade	R\$ 4,5000	08/08/2025	Sim
		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.					



17	I	gov.br	10	Unidade	R\$ 5,0200	07/08/2025	Sim
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 7,4000	05/08/2025	Sim
19	I	CONSELHO REG FISIO.TERAPIA OCUPACI 13ª REGIÃO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 3,3600	29/07/2025	Sim
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,4700	24/07/2025	Sim
21	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,5000	22/07/2025	Sim
22	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	79	Unidade	R\$ 10,4900	22/07/2025	Sim
23	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 4,0000	16/07/2025	Sim
24	I	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 9,2500	16/07/2025	Sim
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	860	Unidade	R\$ 3,9800	15/07/2025	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	177	Unidade	R\$ 10,5000	09/07/2025	Sim
27	I	EGO-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 2,8600	08/07/2025	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 2,6400	08/07/2025	Sim
29	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 13,4900	01/07/2025	Sim
30	I	PREFEITURA DE DONA FRANCISCA - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 2,2900	26/06/2025	Sim
31	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 12,9000	25/06/2025	Sim
32	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TECNOLOGIA PIAUi - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 9,9000	25/06/2025	Sim
33	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 8,9000	24/06/2025	Sim
34	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA - Compras.gov.br	27	Unidade	R\$ 2,3900	18/06/2025	Sim
35	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	540	Unidade	R\$ 5,2400	13/06/2025	Sim
36	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 7,5000	11/06/2025	Sim
37	I	PREFEITURA DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 18,0000	06/06/2025	Sim
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 3,2600	06/06/2025	Sim
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 6,9900	04/06/2025	Sim
40	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 4,5000	03/06/2025	Sim
41	I	PREFEITURA DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 4,5500	03/06/2025	Sim
42	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	152	Unidade	R\$ 2,4000	27/05/2025	Sim
43	I	MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - Compras.gov.br	1070	Unidade	R\$ 3,2000	23/05/2025	Sim
44	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 1,9000	23/05/2025	Sim
45	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 21,1600	22/05/2025	Sim
46	I	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - Compras.gov.br	519	Unidade	R\$ 2,2500	12/05/2025	Sim
47	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO-RS - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 7,6900	09/05/2025	Sim

48	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 1,9500	09/05/2025	Sim
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 16,2000	07/05/2025	Sim
50	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	210	Unidade	R\$ 2,5500	05/05/2025	Sim

**Legenda:**

-  Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
-  Compra ou item sofreu atualização após homologação.



Item: 17

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
311420 - Sabão Barra Composição Básica: Sais + Ácido Graxo , Tipo: Com Alvejante , Características Adicionais: Com Perfume , Peso: 200 G, Formato: Retangular	Barra 200 Grama	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 1,2500	R\$ 7,1371	R\$ 3,2000
Método de cálculo adotado: Mediana		
Coeficiente de Variação: 200,5422% Desvio Padrão: 14,3129 Maior Preço: R\$ 79,9900		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	11940	Barra 200 Grama	R\$ 1,4600	09/10/2025	Sim
2	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	401	Barra 200 Grama	R\$ 69,3693	03/10/2025	Sim
 3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP - Compras.gov.br	125	Barra 200 Grama	R\$ 4,0000	01/10/2025	Sim
4	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	200	Barra 200 Grama	R\$ 9,1000	29/09/2025	Sim
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	15	Barra 200 Grama	R\$ 6,5000	24/09/2025	Sim
6	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	20	Barra 200 Grama	R\$ 8,5000	22/09/2025	Sim
7	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	3600	Barra 200 Grama	R\$ 1,4800	18/09/2025	Sim
8	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	20000	Barra 200 Grama	R\$ 1,4300	10/09/2025	Sim
9	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	150	Barra 200 Grama	R\$ 2,0000	09/09/2025	Sim
 10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP - Compras.gov.br	900	Barra 200 Grama	R\$ 2,8600	02/09/2025	Sim
11	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1348	Barra 200 Grama	R\$ 1,3000	01/09/2025	Sim
 12	I	ERN-JUNTA COMERCIAL DO ESTADO - Compras.gov.br	12	Barra 200 Grama	R\$ 7,0000	25/08/2025	Sim
13	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA/BA - Compras.gov.br	60	Barra 200 Grama	R\$ 1,6800	19/08/2025	Sim
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Barra 200 Grama	R\$ 2,0900	07/08/2025	Sim
 15	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇOENE/AP - Compras.gov.br	900	Barra 200 Grama	R\$ 2,8600	05/08/2025	Sim
16	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	3490	Barra 200 Grama	R\$ 6,7500	31/07/2025	Sim
17	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	1000	Barra 200 Grama	R\$ 8,1500	23/07/2025	Sim
		TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO					

18	I	DO R. G. NORTE - Compras.gov.br	190	Barra 200 Grama	R\$ 79,9900	22/07/2025	Sim
19	I	ERN-JUNTA COMERCIAL DO ESTADO - Compras.gov.br	12	Barra 200 Grama	R\$ 7,0000	16/07/2025	Sim
20	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	1500	Barra 200 Grama	R\$ 1,8000	23/06/2025	Sim
21	I	PREFEITURA DE TEIXEIRA SOARES - PR - Compras.gov.br	45	Barra 200 Grama	R\$ 3,4500	16/06/2025	Sim
22	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	100	Barra 200 Grama	R\$ 1,6500	11/06/2025	Sim
23	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	500	Barra 200 Grama	R\$ 9,6000	04/06/2025	Sim
24	I	PREFEITURA DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	150	Barra 200 Grama	R\$ 8,3000	03/06/2025	Sim
25	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	500	Barra 200 Grama	R\$ 5,8000	30/05/2025	Sim
26	I	CAMARA MUNICIPAL DE ACARA/PA - Compras.gov.br	2400	Barra 200 Grama	R\$ 3,7900	27/05/2025	Sim
27	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	57592	Barra 200 Grama	R\$ 1,2500	26/05/2025	Sim
28	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	945	Barra 200 Grama	R\$ 4,7400	23/05/2025	Sim
29	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	12	Barra 200 Grama	R\$ 2,4500	19/05/2025	Sim
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Barra 200 Grama	R\$ 2,6000	07/05/2025	Sim
31	I	PREFEITURA DE AMPERE - PR - Compras.gov.br	200	Barra 200 Grama	R\$ 5,1900	24/04/2025	Sim
32	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	5368	Barra 200 Grama	R\$ 5,9200	24/04/2025	Sim
33	I	ERR-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - Compras.gov.br	80	Barra 200 Grama	R\$ 1,5500	22/04/2025	Sim
34	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	1000	Barra 200 Grama	R\$ 3,0900	09/04/2025	Sim
35	I	PREFEITURA DE BOM SUCESSO DO SUL - PR - Compras.gov.br	300	Barra 200 Grama	R\$ 4,8000	08/04/2025	Sim
36	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	100	Barra 200 Grama	R\$ 2,4300	20/03/2025	Sim
37	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	4000	Barra 200 Grama	R\$ 3,2600	13/03/2025	Sim
i38	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	250	Barra 200 Grama	R\$ 3,5000	06/03/2025	Sim
i39	I	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - Compras.gov.br	108	Barra 200 Grama	R\$ 2,1500	27/02/2025	Sim
40	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	70	Barra 200 Grama	R\$ 7,5400	24/02/2025	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	300	Barra 200 Grama	R\$ 2,9500	20/02/2025	Sim
42	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Barra 200 Grama	R\$ 1,4000	28/01/2025	Sim
43	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	900	Barra 200 Grama	R\$ 1,9000	21/01/2025	Sim
44	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	20	Barra 200 Grama	R\$ 16,9500	17/01/2025	Sim
45	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	40	Barra 200 Grama	R\$ 1,9000	29/11/2024	Sim
i46	I	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG - Compras.gov.br	239	Barra 200 Grama	R\$ 2,0300	27/11/2024	Sim
47	I	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - DF - Compras.gov.br	30	Barra 200 Grama	R\$ 9,6000	08/11/2024	Sim
48	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	4882	Barra 200 Grama	R\$ 1,4100	08/11/2024	Sim
		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO -					

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 18

**Descrição do item**

629999 - Copo Descartável Material: Polipropileno , Capacidade: 50 ML, Aplicação: Café , Características Adicionais: Atóxico, De Acordo C/ Norma Abnt, Nbr 14865 , Cor: Incolor

**Unidade de Fornecimento**

Pacote 100 Unidade

**Quantidade**

1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço

R\$ 1,5800

Média

R\$ 2,7243

 Mediana

R\$ 2,1800

Coefficiente de Variação: 35,4660%



Desvio Padrão: 0,9662



Maior Preço: R\$ 4,3000

**Método de cálculo adotado:** Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	5000	Pacote 100 Unidade	R\$ 1,9500	06/10/2025	Sim
2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	900	Pacote 100 Unidade	R\$ 2,0000	29/09/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	200	Pacote 100 Unidade	R\$ 1,5800	28/09/2025	Sim
4	I	ERN-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - Compras.gov.br	250	Pacote 100 Unidade	R\$ 3,6400	15/09/2025	Sim
  5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	50	Pacote 100 Unidade	R\$ 3,4200	05/02/2026	Sim
6	I	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS-RO - Compras.gov.br	50	Pacote 100 Unidade	R\$ 4,3000	01/09/2025	Sim
7	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	100	Pacote 100 Unidade	R\$ 2,1800	26/08/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 19

**Descrição do item**

451994 - Copo Descartável Material: Plástico , Capacidade: 150 ML, Aplicação: Água

**Unidade de Fornecimento**

Peça 100 Unidade

**Quantidade**

1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço

R\$ 3,9300

Média

R\$ 3,9300

 Mediana

R\$ 3,9300

Coefficiente de Variação: 0,0000%

Desvio Padrão: 0,0000



Maior Preço: R\$ 3,9300

**Método de cálculo adotado:** Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 20

**Descrição do item**

444180 - Colete Material: 100% Poliéster , Modelo: Decote Em "V" , Cor: Preta , Tamanho: Variado , Uso: Social , Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão

**Unidade de Fornecimento**

Unidade

**Quantidade**

1

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço

R\$ 8,0000

Média

R\$ 137,3749

● Mediana

R\$ 76,8900


Coeficiente de Variação: 171,0287%

Desvio Padrão: 234,9505



Maior Preço: R\$ 1.416,2000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	115	Unidade	R\$ 25,0000	26/09/2025	Sim
2	I	FUNDAÇÃO FACULDADE FED. CIÊNCIAS MÉDICAS POA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 33,0000	15/09/2025	Sim
 3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 99,0000	03/09/2025	Sim
4	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	84	Unidade	R\$ 67,7000	22/08/2025	Sim
5	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 92,7000	22/08/2025	Sim
6	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 50,0000	18/08/2025	Sim
7	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 70,0000	13/08/2025	Sim
8	I	ESTADO DO PARANÁ - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 199,9900	07/08/2025	Sim
9	I	ESTADO DO PARANÁ - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 9,9900	07/08/2025	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 35,0000	22/07/2025	Sim
11	I	ESP-CASA CIVIL - Compras.gov.br	650	Unidade	R\$ 40,0000	14/07/2025	Sim
12	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 69,9900	01/07/2025	Sim
13	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 79,9900	01/07/2025	Sim
14	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 72,0000	04/06/2025	Sim
15	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 74,9900	04/06/2025	Sim
16	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	71	Unidade	R\$ 68,9800	16/05/2025	Sim
17	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	56	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
18	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
19	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
		PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU -					

20	I	Compras.gov.br	172	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
21	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	172	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
22	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
24	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 150,0000	08/05/2025	Sim
26	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 45,0000	07/05/2025	Sim
27	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 77,0000	06/05/2025	Sim
28	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 8,0000	17/04/2025	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 59,0000	11/04/2025	Sim
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 20,0000	14/02/2025	Sim
31	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 68,4500	12/02/2025	Sim
32	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	105	Unidade	R\$ 76,8900	12/02/2025	Sim
33	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.416,2000	06/12/2024	Sim
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 59,0000	04/12/2024	Sim
35	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 85,0000	03/12/2024	Sim
36	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 109,0000	03/12/2024	Sim
37	I	ESP-DEP. ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP - Compras.gov.br	4000	Unidade	R\$ 621,0000	03/12/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 09/02/2026 09:35

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre (X-μ)², onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

# Relatório de pesquisa de preço

## Relatório Resumido

### Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
47/2025	195012	Rascunho	MARCO ANTONIO BOMTEMPO RIBEIRO
Título: Auxiliar de serviços gerais - Insumos			
Observações:			
Total de itens cotados: 13		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 183,8950	

### Itens cotados

Item: 1

**Descrição do item**  
470406 - Camiseta Tipo: Uniforme , Tipo Manga: Curta , Tipo Gola: Redonda , Cor: Azul Marinho , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão , Material: Malha 100% Algodão, Fio 30.1

**Unidade de Fornecimento**  
Unidade

**Quantidade**  
1

**Consolidação dos preços cotados**



Menor Preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 46,2874% Desvio Padrão: 12,0358 Maior Preço: R\$ 50,0000
R\$ 13,2000	R\$ 26,0023	R\$ 22,1100	

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 50,0000	16/10/2025	Sim
2	I	PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 17,0000	03/10/2025	Sim
i3	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DA PARAIBA - Compras.gov.br	1765	Unidade	R\$ 18,0000	23/09/2025	Sim
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 32,0000	18/09/2025	Sim
5	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br	12900	Unidade	R\$ 14,8000	01/08/2025	Sim
i6	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 22,1100	28/07/2025	Sim
7	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	760	Unidade	R\$ 13,2000	11/06/2025	Sim
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	2280	Unidade	R\$ 13,2000	11/06/2025	Sim
i9	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 40,0000	03/06/2025	Sim

10	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 1ª - DF - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 23,0000	16/05/2025	Sim
11	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	86	Unidade	R\$ 18,5000	17/03/2025	Sim
12	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	29	Unidade	R\$ 30,9200	03/01/2025	Sim
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE RUOPOLIS - PA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 45,3000	24/10/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item

624351 - Calça Material: Brim - 100 % Algodão , Quantidade Bolsos: 6 , Tipo Bolso: 2 Frontais, 2 Laterais E 2 Traseiros , Cor: Cinza Escuro , Tamanho: Variado , Tipo Uso: Operacional , Características Adicionais: Conforme Modelo , Aplicação: Uniforme

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 19,0000

Média

R\$ 75,7769

● Mediana

R\$ 33,0000

Coeficiente de Variação: 107,4769%



Desvio Padrão: 81,4427

Maior Preço: R\$ 287,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
**Período:** 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 199,0000	01/10/2025	Sim
2	I	PREFEITURA DE SALTO DO LONTRA - PR - Compras.gov.br	1700	Unidade	R\$ 28,0000	06/08/2025	Sim
3	I	PREFEITURA DE SALTO DO LONTRA - PR - Compras.gov.br	1700	Unidade	R\$ 33,0000	06/08/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE SULINA - PT - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 45,0000	11/07/2025	Sim
 5	I	PREFEITURA MUNICIP. DE SÃO RAIMUNDO NONATO/PI - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 287,9000	02/07/2025	Sim
6	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 145,5000	10/06/2025	Sim
 7	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 52,0000	28/04/2025	Sim
8	I	MSP-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 23,0000	26/03/2025	Sim
9	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	21400	Unidade	R\$ 19,0000	06/03/2025	Sim
 10	I	CAMARA MUNICIPAL DE SAO CARLOS /SP - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 92,2000	26/02/2025	Sim
11	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 22,0000	17/02/2025	Sim
12	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 19,5000	17/02/2025	Sim
13	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	9000	Unidade	R\$ 19,0000	17/02/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
485781 - Meia Vestuário Masculino Material: 65% Algodão 32% Poliamida 03% Poliamida Outras Fi , Cor: Variada , Tamanho: Sob Medida , Aplicação: Adulto , Características Adicionais: Lisa /Cano Alto	Par	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>  <div> Menor Preço R\$ 1,4000 Média R\$ 15,2841 Mediana R\$ 15,0000 </div> <div> Coeficiente de Variação: 70,0015%  Desvio Padrão: 10,6991  Maior Preço: R\$ 43,2000 </div>		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	25	Par	R\$ 13,5900	14/10/2025	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	1000	Par	R\$ 3,2000	10/09/2025	Sim
3	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	1000	Par	R\$ 3,2000	10/09/2025	Sim
4	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	300	Par	R\$ 10,0000	22/08/2025	Sim
i5	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	4	Par	R\$ 33,0000	05/08/2025	Sim
i6	I	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - Compras.gov.br	15	Par	R\$ 25,0000	04/08/2025	Sim
7	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	28	Par	R\$ 19,9500	23/06/2025	Sim
8	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	14000	Par	R\$ 15,5400	29/04/2025	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras.gov.br	15	Par	R\$ 15,0000	17/03/2025	Sim
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PI - Compras.gov.br	45	Par	R\$ 15,0000	17/03/2025	Sim
i11	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	4	Par	R\$ 43,2000	05/03/2025	Sim
12	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	8	Par	R\$ 10,7000	20/02/2025	Sim
13	I	PREFEITURA DE SAO LUIS DO QUITUNDE - AL - Compras.gov.br	4000	Par	R\$ 19,0000	20/01/2025	Sim
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2000	Par	R\$ 1,4000	10/12/2024	Sim
15	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	8	Par	R\$ 10,5000	11/11/2024	Sim
16	I	PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br	1000	Par	R\$ 2,9500	08/11/2024	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Par	R\$ 18,6000	31/10/2024	Sim

Legenda:  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
483340 - Sapato Segurança Material: Eva , Material Sola: Borracha Vulcanizada Antiderrapante , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Fechado Na Região Calcanhar , Palmilha Destacável , Tipo: Monobloco Fechado	Par	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 37,5800	R\$ 59,3660	R\$ 50,5000
Coeficiente de Variação: 30,4117% Desvio Padrão: 18,0542 Maior Preço: R\$ 97,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	3	Par	R\$ 90,0000	17/10/2025	Sim
2	I	PREFEITURA DE SÃO VICENTE DO SUL - Compras.gov.br	120	Par	R\$ 37,7000	18/11/2025	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Par	R\$ 80,4400	14/10/2025	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Par	R\$ 79,6000	14/10/2025	Sim
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Par	R\$ 78,5700	14/10/2025	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br	18	Par	R\$ 79,2000	28/09/2025	Sim
7	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	1	Par	R\$ 37,5800	07/11/2025	Sim
8	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	1	Par	R\$ 37,5800	07/11/2025	Sim
9	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	9	Par	R\$ 37,5800	07/11/2025	Sim
10	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 37,5800	07/11/2025	Sim
11	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 37,5800	07/11/2025	Sim
12	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	16	Par	R\$ 37,5800	07/11/2025	Sim
13	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	1	Par	R\$ 37,5800	07/11/2025	Sim
14	I	FUNDO MUNICIPAL SAUDE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	2	Par	R\$ 37,5800	07/11/2025	Sim
15	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 48,4800	22/09/2025	Sim
16	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 82,3500	16/09/2025	Sim
17	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 82,3500	16/09/2025	Sim
18	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 82,3500	16/09/2025	Sim
19	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 82,3500	16/09/2025	Sim

20	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 82,3500	16/09/2025	Sim
21	I	EES-SECRETARIA ESTADUAL DA SAUDE - Compras.gov.br	540	Par	R\$ 41,8300	15/08/2025	Sim
22	I	PREFEITURA DE MARILUZ - PR - Compras.gov.br	25	Par	R\$ 59,0000	06/08/2025	Sim
23	I	AUTARQUIA EDUCACIONAL DO BELO JARDIM - Compras.gov.br	25	Par	R\$ 52,0000	05/08/2025	Sim
24	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	2	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	7	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	15	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
27	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
28	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	55	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
29	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	77	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
30	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	96	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
31	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	132	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	90	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
33	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	33	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
34	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	13	Par	R\$ 50,5000	04/08/2025	Sim
35	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	136	Par	R\$ 59,9400	31/07/2025	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Par	R\$ 53,2400	16/06/2025	Sim
37	I	PREFEITURA DE PINHALAO - Compras.gov.br	6	Par	R\$ 65,0000	04/06/2025	Sim
38	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE São MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	300	Par	R\$ 69,0000	02/06/2025	Sim
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	7	Par	R\$ 69,9000	15/05/2025	Sim
40	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	35	Par	R\$ 44,5000	28/04/2025	Sim
41	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	44	Par	R\$ 49,5600	24/04/2025	Sim
42	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	67	Par	R\$ 49,5600	24/04/2025	Sim
43	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	4	Par	R\$ 97,0000	27/03/2025	Sim
44	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	3	Par	R\$ 96,0000	27/03/2025	Sim
45	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4	Par	R\$ 97,0000	06/03/2025	Sim
46	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	650	Par	R\$ 52,4900	27/02/2025	Sim
47	I	CONSORCIO PUB.INT.DE SAU.DO SET. PARANAENSE-PR - Compras.gov.br	9	Par	R\$ 74,2000	26/02/2025	Sim
48	I	CONSORCIO PUB.INT.DE SAU.DO SET. PARANAENSE-PR - Compras.gov.br	27	Par	R\$ 74,2000	26/02/2025	Sim
49	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	200	Par	R\$ 50,0000	03/01/2025	Sim
50	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	9	Par	R\$ 52,0000	09/12/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item

631076 - Cartão Identificação Material: Cartão Em Pvc Branco , Comprimento: 86 MM, Largura: 54 MM, Tipo Impressão: Colorida , Características Adicionais: Impressão Frente E Verso , Espessura: 0,76 MM, Aplicação: Controle De Acesso

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 0,1500

Média

R\$ 15.092,5418

Mediana

R\$ 3,5000

Coeficiente de Variação: 316,0854%

Desvio Padrão: 47.705,3175



Maior Preço: R\$ 165.950,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
<div>i1</div>	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 21,9000	16/10/2025	Sim
2	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - MA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 165.950,0000	16/10/2025	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESSAQUINHA/MG - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,1500	15/10/2025	Sim
4	I	PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,5700	14/10/2025	Sim
5	I	PREFEITURA DE ASTORGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,6400	14/10/2025	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	2500	Unidade	R\$ 19,9000	02/10/2025	Sim
7	I	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 2,0000	30/09/2025	Sim
<div>i8</div>	I	ESP-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 5,9000	28/09/2025	Sim
<div>i9</div>	I	SECRETARIA DE EST.C.TECN.ENSINO SUPERIOR-PR - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,5000	11/09/2025	Sim
10	I	CONSELHO REGIONAL DE EDUCACAO FISICA 4A - SP - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 0,9000	09/09/2025	Sim
<div>i11</div>	I	ERN-SECRETARIA EST.MEIO AMB. RECUR. HIDRICOS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 8,5000	26/08/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
624677 - Água Sanitária Composição Química: Hipoclorito De Sódio, Hidróxido De Sódio, Cloreto , Teor Cloro Ativo: Varia De 2 A 2,50% , Densidade: De 1,20 A 1 G/L, Cor: Incolor , Tipo: Comum		Litro	1

## Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,3000

Média

R\$ 11.739,7716

● Mediana

R\$ 2,5300

Coefficiente de Variação: 646,2935%

Desvio Padrão: 75.873,3813

Maior Preço: R\$ 541.684,0000



Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br	1000	Litro	R\$ 3,8200	03/10/2025	Sim
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	500	Litro	R\$ 1,6200	03/10/2025	Sim
3	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Litro	R\$ 2,1600	29/09/2025	Sim
4	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1875	Litro	R\$ 2,0300	29/09/2025	Sim
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	402	Litro	R\$ 1,6800	24/09/2025	Sim
6	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - Compras.gov.br	200	Litro	R\$ 2,1900	17/09/2025	Sim
7	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	50	Litro	R\$ 5,4000	12/09/2025	Sim
8	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Litro	R\$ 7,6800	09/09/2025	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Litro	R\$ 3,4800	09/09/2025	Sim
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Litro	R\$ 2,9700	09/09/2025	Sim
11	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	500	Litro	R\$ 19,6900	09/09/2025	Sim
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Litro	R\$ 7,9800	09/09/2025	Sim
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Litro	R\$ 3,9800	09/09/2025	Sim
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Litro	R\$ 6,4800	09/09/2025	Sim
15	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIAO BARROS - PI - Compras.gov.br	100	Litro	R\$ 3,8700	09/09/2025	Sim
16	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	300	Litro	R\$ 3,2200	01/09/2025	Sim
17	I	PREFEITURA DE CHOPINZINHO - PR - Compras.gov.br	5340	Litro	R\$ 5,5800	28/08/2025	Sim
18	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	48	Litro	R\$ 4,7000	21/08/2025	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1150	Litro	R\$ 1,4500	15/08/2025	Sim
20	I	PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	1500	Litro	R\$ 6,9900	15/08/2025	Sim
21	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	144	Litro	R\$ 1,9000	13/08/2025	Sim
22	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-BA - Compras.gov.br	1050	Litro	R\$ 2,4800	13/08/2025	Sim
23	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA-PI - Compras.gov.br	16440	Litro	R\$ 1,4500	14/11/2025	Sim

24	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	10 Litro	R\$ 2,4100	11/08/2025	Sim
25	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	1 Litro	R\$ 541.684,0000	08/08/2025	Sim
26	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	48 Litro	R\$ 3,5000	07/08/2025	Sim
27	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-GO - Compras.gov.br	42 Litro	R\$ 2,6000	05/08/2025	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200 Litro	R\$ 2,1900	01/08/2025	Sim
29	I	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DO CARRO/PE - Compras.gov.br	2000 Litro	R\$ 6,5300	31/07/2025	Sim
30	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	20 Litro	R\$ 26,2800	30/07/2025	Sim
i 31	I	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	120 Litro	R\$ 2,4900	29/07/2025	Sim
32	I	ESTADO DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	19800 Litro	R\$ 2,3800	25/07/2025	Sim
33	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	2160 Litro	R\$ 2,4800	23/07/2025	Sim
34	I	ESP - DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER - Compras.gov.br	60 Litro	R\$ 2,0300	16/07/2025	Sim
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	120 Litro	R\$ 2,0000	27/06/2025	Sim
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	600 Litro	R\$ 1,7000	23/06/2025	Sim
37	I	PREFEITURA DE TEIXEIRA SOARES - PR - Compras.gov.br	2 Litro	R\$ 1,3000	16/06/2025	Sim
38	I	CPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - Compras.gov.br	5462 Litro	R\$ 7,2500	12/06/2025	Sim
39	I	CPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS - Compras.gov.br	16388 Litro	R\$ 7,2900	12/06/2025	Sim
40	I	ESTADO DO PARANÁ - Compras.gov.br	200 Litro	R\$ 1,9000	11/06/2025	Sim
41	I	PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br	1200 Litro	R\$ 2,5700	04/06/2025	Sim
42	I	CÂMARA MUNICIPAL DE MANICORÉ - AM - Compras.gov.br	300 Litro	R\$ 1,7000	27/05/2025	Sim
43	I	CÂMARA MUNICIPAL DE ACARA/PA - Compras.gov.br	900 Litro	R\$ 4,2000	27/05/2025	Sim
44	I	PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	18945 Litro	R\$ 1,5000	21/05/2025	Sim
45	I	ESTADO DO PARANÁ - Compras.gov.br	30 Litro	R\$ 2,4400	20/05/2025	Sim
46	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000 Litro	R\$ 1,9600	13/05/2025	Sim
47	I	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-AL - Compras.gov.br	1 Litro	R\$ 10.500,0000	07/05/2025	Sim
48	I	EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO/PB - Compras.gov.br	650 Litro	R\$ 1,8900	06/05/2025	Sim
49	I	ESTADO DO PARANÁ - Compras.gov.br	15022 Litro	R\$ 1,8900	06/05/2025	Sim
i 50	I	MRJ-CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA - Compras.gov.br	1 Litro	R\$ 34.609,3000	28/04/2025	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
481012 - Álcool Etilico Limpeza De Ambientes Tipo: Etilico , Aplicação: Limpeza , Características Adicionais: Líquido , Concentração: 70%	Frasco 1 Litro	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 4,2700	R\$ 6,6718	R\$ 6,0250
Coeficiente de Variação: 28,2592% Desvio Padrão: 1,8854 Maior Preço: R\$ 10,9000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	1200	Frasco 1 Litro	R\$ 4,8900	15/10/2025	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	50	Frasco 1 Litro	R\$ 6,5500	14/10/2025	Sim
3	I	ESP - DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER - Compras.gov.br	150	Frasco 1 Litro	R\$ 4,7900	14/10/2025	Sim
4	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	756	Frasco 1 Litro	R\$ 5,6900	04/11/2025	Sim
i5	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	20	Frasco 1 Litro	R\$ 8,7800	07/10/2025	Sim
6	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	194	Frasco 1 Litro	R\$ 4,2700	07/10/2025	Sim
i7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	20	Frasco 1 Litro	R\$ 8,7800	07/10/2025	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	350	Frasco 1 Litro	R\$ 5,1400	03/10/2025	Sim
9	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - BA - Compras.gov.br	2	Frasco 1 Litro	R\$ 10,9000	02/10/2025	Sim
i10	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - BA - Compras.gov.br	2	Frasco 1 Litro	R\$ 9,0000	02/10/2025	Sim
11	I	CONSELHO REG. CORRETO DE IMOVEIS 3ª REGIAO/RS - Compras.gov. br	400	Frasco 1 Litro	R\$ 6,0500	01/10/2025	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Frasco 1 Litro	R\$ 5,7700	30/09/2025	Sim
13	I	CONSELHO REGEGIONAL DE FARMACIA-RJ - Compras.gov.br	264	Frasco 1 Litro	R\$ 5,6300	29/09/2025	Sim
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	12	Frasco 1 Litro	R\$ 7,4000	26/09/2025	Sim
15	I	ESP-UNIV ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP - Compras.gov.br	26200	Frasco 1 Litro	R\$ 4,6000	24/09/2025	Sim
16	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras. gov.br	56	Frasco 1 Litro	R\$ 9,4500	24/09/2025	Sim
17	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	648	Frasco 1 Litro	R\$ 4,7900	24/09/2025	Sim
18	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Frasco 1 Litro	R\$ 5,6800	24/09/2025	Sim
19	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	11072	Frasco 1 Litro	R\$ 6,5200	24/09/2025	Sim
20	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	210	Frasco 1 Litro	R\$ 5,8000	23/09/2025	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	60	Frasco 1 Litro	R\$ 6,0000	19/09/2025	Sim
22	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras. gov.br	2480	Frasco 1 Litro	R\$ 6,3000	16/09/2025	Sim
23	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras. gov.br	7442	Frasco 1 Litro	R\$ 6,2300	16/09/2025	Sim

24		ESP-SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS - Compras.gov.br	60	Frasco 1 Litro	R\$ 5,0200	15/09/2025	Sim
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	370	Frasco 1 Litro	R\$ 6,1900	15/09/2025	Sim
<b>i</b> 26		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	36	Frasco 1 Litro	R\$ 5,3400	14/09/2025	Sim
<b>i</b> 27		UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - Compras.gov.br	30	Frasco 1 Litro	R\$ 10,2500	11/09/2025	Sim
28		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	500	Frasco 1 Litro	R\$ 7,6000	11/09/2025	Sim
29		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	60	Frasco 1 Litro	R\$ 5,6700	10/09/2025	Sim
30		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	50	Frasco 1 Litro	R\$ 5,1900	05/09/2025	Sim
31		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br	250	Frasco 1 Litro	R\$ 9,1000	03/09/2025	Sim
32		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Frasco 1 Litro	R\$ 8,5200	03/09/2025	Sim
33		FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	51	Frasco 1 Litro	R\$ 7,9800	02/09/2025	Sim
34		FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	27	Frasco 1 Litro	R\$ 6,2800	02/09/2025	Sim
35		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	336	Frasco 1 Litro	R\$ 4,6400	01/09/2025	Sim
36		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3000	Frasco 1 Litro	R\$ 5,2000	01/09/2025	Sim
37		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	180	Frasco 1 Litro	R\$ 7,8000	29/08/2025	Sim
38		FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA - Compras.gov.br	21	Frasco 1 Litro	R\$ 8,0000	29/08/2025	Sim
39		ESP-CASA MILITAR - Compras.gov.br	200	Frasco 1 Litro	R\$ 6,0000	27/08/2025	Sim
40		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	1100	Frasco 1 Litro	R\$ 4,7600	27/08/2025	Sim
<b>i</b> 41		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	60	Frasco 1 Litro	R\$ 10,9000	26/08/2025	Sim
42		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	240	Frasco 1 Litro	R\$ 4,4700	26/08/2025	Sim
43		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	3000	Frasco 1 Litro	R\$ 4,6800	26/08/2025	Sim
44		ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Frasco 1 Litro	R\$ 4,9000	21/08/2025	Sim
45		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2000	Frasco 1 Litro	R\$ 9,1900	21/08/2025	Sim
46		ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2000	Frasco 1 Litro	R\$ 7,7600	21/08/2025	Sim
47		ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	6270	Frasco 1 Litro	R\$ 4,4900	20/08/2025	Sim
<b>i</b> 48		MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	2	Frasco 1 Litro	R\$ 10,9000	19/08/2025	Sim
49		PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBL. MUN. DE COLOMBO/PR - Compras.gov.br	20	Frasco 1 Litro	R\$ 5,7500	19/08/2025	Sim
<b>i</b> 50		ERO-SUPERINTENDENCIA DA JUV. CUL.ESPORTE LAZER - Compras.gov.br	50	Frasco 1 Litro	R\$ 8,0000	17/08/2025	Sim

**Legenda:**

**▲** Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

**i** Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8





Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
249903 - Solução Limpeza Multiuso Composição Básica: Aquilbenzeno, Sulfonato De Sódio, Tensoativo Não , Aspecto Físico: Líquido , Tipo Uso: Limpeza , Aplicação: Limpeza Geral , Cor: Incolor	Unidade	1
<b>Consolidação dos preços cotados</b>		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 1,3000	R\$ 48,6427	R\$ 3,0000
Coeficiente de Variação: 513,5556% Desvio Padrão: 249,8073 Maior Preço: R\$ 1.700,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 33,0000	15/10/2025	Sim
2	I	ASSOCIAÇÃO DE P.M.E.E.ANA AMORIM /PEDRO AFONSO - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 6,1800	10/10/2025	Sim
3	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,0500	27/11/2025	Sim
4	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 2,4800	23/12/2025	Sim
5	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 5,4000	29/09/2025	Sim
6	I	PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	791	Unidade	R\$ 60,0000	18/09/2025	Sim
7	I	ETO-ASSOCIAÇÃO A.E.E. MODELO DE ARAGUAINA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 3,0600	17/09/2025	Sim
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 12,5000	11/09/2025	Sim
9	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 2,9800	06/09/2025	Sim
10	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 47,4900	05/09/2025	Sim
11	I	CAMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 3,1400	04/09/2025	Sim
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 1,8000	03/09/2025	Sim
13	I	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS-RO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 4,0000	01/09/2025	Sim
14	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 67,5000	22/08/2025	Sim
15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3500	Unidade	R\$ 1,3000	20/08/2025	Sim
16	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 2,1100	14/08/2025	Sim
17	I	ETO-ASSOCIAÇÃO A.C.E.DE FILADELFIA - Compras.gov.br	360	Unidade	R\$ 3,3200	13/08/2025	Sim
18	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 1,7400	12/08/2025	Sim
19	I	ETO-ASS. APOIO COL MIL DO TOC.DR JOSÉ ALUÍSIO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 3,4000	07/07/2025	Sim
20	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - CE - Compras.gov.br	809	Unidade	R\$ 68,0500	27/06/2025	Sim
21	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 3,7000	24/06/2025	Sim
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 8,7000	12/06/2025	Sim

23		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	931	Unidade	R\$ 3,1400	04/06/2025	Sim
24		CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA-RJ - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 3,0000	28/05/2025	Sim
i25		CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE-AL - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 5,3300	13/05/2025	Sim
26		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	144	Unidade	R\$ 2,2500	12/05/2025	Sim
27		PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 5,1800	09/05/2025	Sim
28		UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 2,3000	23/04/2025	Sim
29		PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	2400	Unidade	R\$ 1,5400	22/04/2025	Sim
30		ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 2,4700	08/04/2025	Sim
31		MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - Compras.gov.br	4222	Unidade	R\$ 1,4900	08/04/2025	Sim
32		MPR-PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - Compras.gov.br	12669	Unidade	R\$ 1,3900	08/04/2025	Sim
33		ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 3,3000	02/04/2025	Sim
34		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 2,0700	26/03/2025	Sim
35		PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI - PR - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 2,1000	07/03/2025	Sim
36		ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1,700,0000	14/02/2025	Sim
37		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 1,3600	10/02/2025	Sim
38		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	110	Unidade	R\$ 1,3600	10/02/2025	Sim
39		FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 2,7900	23/12/2024	Sim
40		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 1,6000	05/12/2024	Sim
41		MPR-CAMARA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 89,0000	29/11/2024	Sim
42		ETO-ASSOCIACAO E.COM.COLEG. E. RAIMUNDO A.LEAO - Compras.gov.br	220	Unidade	R\$ 3,0000	22/11/2024	Sim
43		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 1,8500	12/11/2024	Sim
44		INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 6,0000	08/11/2024	Sim
45		UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 2,5000	05/11/2024	Sim

**Legenda:**  
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
327842 - Luva Borracha Material: Látex Antiderrapante , Tamanho: Médio , Características Adicionais: Sem Forro , Uso: Limpeza Em Geral	Par	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 1,6400

Média

R\$ 4,3070

● Mediana

R\$ 2,7600

Coefficiente de Variação: 94,8247%

Desvio Padrão: 4,0841

Maior Preço: R\$ 23,4300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	360	Par	R\$ 2,0200	16/10/2025	Sim
2	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TEC. GOIANO - Compras.gov.br	154	Par	R\$ 2,1800	25/09/2025	Sim
3	I	CONSELHO REG.DE FISE TERAPIA OCUPACIONAL -BA - Compras.gov.br	50	Par	R\$ 3,1200	24/09/2025	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2150	Par	R\$ 1,6400	23/09/2025	Sim
5	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 2,1900	15/09/2025	Sim
6	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	1560	Par	R\$ 23,4300	31/07/2025	Sim
i7	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	30	Par	R\$ 2,6500	29/07/2025	Sim
8	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	30	Par	R\$ 6,3500	08/07/2025	Sim
9	I	AGENCIA MUNICIPAL DE REG. DE SERV. DELEGADOS - Compras.gov.br	300	Par	R\$ 2,2400	01/07/2025	Sim
i10	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 2,8140	03/06/2025	Sim
11	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	575	Par	R\$ 2,0000	11/11/2025	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4400	Par	R\$ 1,9900	21/05/2025	Sim
13	I	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN - Compras.gov.br	2942	Par	R\$ 2,9500	12/05/2025	Sim
14	I	PREFEITURA DE BOA VISTA DA APARECIDA - PR - Compras.gov.br	100	Par	R\$ 5,9900	30/04/2025	Sim
i15	I	CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI - RJ - Compras.gov.br	100	Par	R\$ 5,2000	18/03/2025	Sim
16	I	DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	4787	Par	R\$ 1,9800	31/12/2025	Sim
17	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 7,5000	18/02/2025	Sim
18	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 4,9000	18/02/2025	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4	Par	R\$ 2,3900	31/01/2025	Sim
20	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	300	Par	R\$ 2,7600	28/01/2025	Sim
21	I	FUNDACAO FACULDADE FED. CIENCIAS MEDICAS POA - Compras.gov.br	200	Par	R\$ 2,5700	14/01/2025	Sim
22	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - Compras.gov.br	750	Par	R\$ 2,0700	13/01/2025	Sim
23	I	ESTADO DAS ALAGOAS - Compras.gov.br	150	Par	R\$ 4,9600	19/12/2024	Sim
24	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	3000	Par	R\$ 4,8500	09/12/2024	Sim
25	I	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br PREFEITURA MUNICIPAL SAO	20	Par	R\$ 3,4500	29/11/2024	Sim

26	I	DOMINGOS DO CAPIM-PA - Compras.gov.br	300	Par	R\$ 8,4000	04/11/2024	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	257	Par	R\$ 2,2000	29/10/2024	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Par	R\$ 2,6200	28/10/2024	Sim
29	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	5	Par	R\$ 7,4900	21/10/2024	Sim

**Legenda:**  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
631404 - Pano Limpeza Material: Celulose, Polipropileno , Gramatura: 90 G/M2, Comprimento: 20.8 CM, Largura: 11.8 CM, Características Adicionais: Peso 0.187kg , Aplicação: Limpeza , Cor: Branca , Tipo: Bobina		Unidade	1				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	Mediana	Coeficiente de Variação: 81,4470%				
R\$ 4,0900	R\$ 22,0450	R\$ 22,0450	Desvio Padrão: 17,9550				
			Maior Preço: R\$ 40,0000				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	5177	Unidade	R\$ 4,0900	09/10/2025	Sim
i2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 40,0000	11/09/2025	Sim

**Legenda:**  
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.  
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.



Item: 11

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
481090 - Saco Plástico Lixo Capacidade: 100 L, Largura: 85 CM, Cor: Preta		Unidade	1
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coeficiente de Variação: 126,3042%
R\$ 0,1500	R\$ 13,2857	R\$ 7,5000	Desvio Padrão: 16,7804
			Maior Preço: R\$ 64,0000
Método de cálculo adotado: Mediana			
Filtro Aplicado			
Período: 12 Meses			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	25000	Unidade	R\$ 10,8000	09/10/2025	Sim
		ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.					

2	I	gov.br	1470	Unidade	R\$ 14,0100	03/10/2025	Sim
3	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	4412	Unidade	R\$ 14,0500	03/10/2025	Sim
4	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5500	Unidade	R\$ 7,5000	18/08/2025	Sim
5	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	5500	Unidade	R\$ 7,5000	18/08/2025	Sim
6	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 0,4500	13/08/2025	Sim
7	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 25,1500	12/08/2025	Sim
8	I	PREFEITURA DE GOIOERE - PR - Compras.gov.br	19360	Unidade	R\$ 0,2000	14/07/2025	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 6,5000	23/12/2025	Sim
10	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	6000	Unidade	R\$ 0,1500	20/05/2025	Sim
11	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	54000	Unidade	R\$ 0,1500	20/05/2025	Sim
12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 38,3900	19/05/2025	Sim
13	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	1208	Unidade	R\$ 45,0000	14/05/2025	Sim
14	I	ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br	4832	Unidade	R\$ 33,0000	14/05/2025	Sim
15	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 22,8000	08/05/2025	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6230	Unidade	R\$ 2,2000	22/12/2025	Sim
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	22000	Unidade	R\$ 0,2700	07/05/2025	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 57,4200	30/04/2025	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	700	Unidade	R\$ 0,6900	24/04/2025	Sim
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 0,7011	18/03/2025	Sim
21	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 16,5000	17/03/2025	Sim
22	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,8500	06/03/2025	Sim
23	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,7600	06/03/2025	Sim
24	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	150000	Unidade	R\$ 0,3200	18/02/2025	Sim
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 22,9000	29/01/2025	Sim
26	I	CAMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA - RS - Compras.gov.br	1200	Unidade	R\$ 0,3800	20/01/2025	Sim
27	I	MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS - Compras.gov.br	410	Unidade	R\$ 64,0000	07/01/2025	Sim
28	I	PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO - RJ - Compras.gov.br	3000	Unidade	R\$ 0,2900	21/11/2024	Sim
29	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 1,0000	19/11/2024	Sim
30	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	400	Unidade	R\$ 8,4000	08/11/2024	Sim
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 0,4600	31/10/2024	Sim
32	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 13,5000	28/10/2024	Sim
33	I	SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	600	Unidade	R\$ 22,3700	23/10/2024	Sim
34	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	250	Unidade	R\$ 26,0000	22/10/2024	Sim

Legenda:

-  Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
-  Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 12

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

600612 - Sabão Pó Aspecto Físico: Pó , Composição: Ácidos Graxos Vegetais, Álcalis, Sulfato, Carbona , Características Adicionais: Amarelo, Utilizado Em Limpeza Em Geral


Pacote 1 Quilograma

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

 Mediana

Coefficiente de Variação: 89,0588%

R\$ 2,2700

R\$ 6,7278


R\$ 4,8250

Desvio Padrão: 5,9917

Maior Preço: R\$ 38,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	9000	Pacote 1 Quilograma	R\$ 2,4800	14/10/2025	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	120	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,7500	09/10/2025	Sim
3	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	6842	Pacote 1 Quilograma	R\$ 2,7100	07/10/2025	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Pacote 1 Quilograma	R\$ 5,3000	07/10/2025	Sim
5	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1500	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,7400	06/10/2025	Sim
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,1900	30/09/2025	Sim
7	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	2000	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,4000	25/09/2025	Sim
8	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	2500	Pacote 1 Quilograma	R\$ 14,8500	25/09/2025	Sim
9	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARA - Compras.gov.br	360	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,0000	19/09/2025	Sim
 10	I	PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br	50	Pacote 1 Quilograma	R\$ 38,0000	17/09/2025	Sim
11	I	PREFEITURA DE CAFELANDIA - PR - Compras.gov.br	600	Pacote 1 Quilograma	R\$ 17,5000	15/09/2025	Sim
12	I	PREFEITURA DE CAFELANDIA - PR - Compras.gov.br	2000	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,2000	15/09/2025	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	600	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,9500	11/09/2025	Sim
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	200	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,5000	02/12/2025	Sim
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	400	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,6300	10/09/2025	Sim
16	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	5250	Pacote 1 Quilograma	R\$ 2,6800	10/09/2025	Sim
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Pacote 1 Quilograma	R\$ 2,9000	10/09/2025	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Pacote 1 Quilograma	R\$ 5,7100	10/09/2025	Sim
		PREFEITURA DE SAO JOSE DOS					

19	I	PINHAIS - PR - Compras.gov.br	5250	Pacote 1 Quilograma	R\$ 2,4900	10/09/2025	Sim
20	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	150	Pacote 1 Quilograma	R\$ 8,3900	09/09/2025	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	120	Pacote 1 Quilograma	R\$ 5,3000	08/09/2025	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	400	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,6500	05/09/2025	Sim
23	I	CAMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY - ES - Compras.gov.br	15	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,6700	04/09/2025	Sim
24	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	8	Pacote 1 Quilograma	R\$ 18,6000	02/09/2025	Sim
25	I	PREFEITURA DE SÃO LUIZ GONZAGA /RS - Compras.gov.br	2000	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,0000	22/08/2025	Sim
26	I	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS-SC - Compras.gov.br	24	Pacote 1 Quilograma	R\$ 14,8000	22/08/2025	Sim
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Pacote 1 Quilograma	R\$ 6,4900	20/08/2025	Sim
28	I	PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br	500	Pacote 1 Quilograma	R\$ 6,1200	15/08/2025	Sim
29	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Pacote 1 Quilograma	R\$ 10,0000	11/08/2025	Sim
30	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4210	Pacote 1 Quilograma	R\$ 5,6000	08/08/2025	Sim
31	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	4210	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,9000	08/08/2025	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	165	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,2400	29/07/2025	Sim
33	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	24	Pacote 1 Quilograma	R\$ 17,2000	21/10/2025	Sim
34	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	500	Pacote 1 Quilograma	R\$ 6,0000	25/07/2025	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	800	Pacote 1 Quilograma	R\$ 10,1000	25/07/2025	Sim
36	I	MMG-CAMARA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES - Compras.gov.br	150	Pacote 1 Quilograma	R\$ 8,7000	24/07/2025	Sim
37	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	902	Pacote 1 Quilograma	R\$ 6,6000	18/07/2025	Sim
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	600	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,7500	17/07/2025	Sim
39	I	PREFEITURA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	444	Pacote 1 Quilograma	R\$ 6,8700	17/07/2025	Sim
40	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	15	Pacote 1 Quilograma	R\$ 5,0600	16/07/2025	Sim
41	I	PREFEITURA DE HONORIO SERPA - PR - Compras.gov.br	1000	Pacote 1 Quilograma	R\$ 4,9500	11/07/2025	Sim
42	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	352	Pacote 1 Quilograma	R\$ 6,2900	10/07/2025	Sim
43	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	900	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,9500	04/07/2025	Sim
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Pacote 1 Quilograma	R\$ 5,9000	03/07/2025	Sim
45	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	400	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,6600	03/07/2025	Sim
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	970	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,7800	30/06/2025	Sim
47	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - CE - Compras.gov.br	1500	Pacote 1 Quilograma	R\$ 2,2700	27/06/2025	Sim
48	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - CE - Compras.gov.br	8258	Pacote 1 Quilograma	R\$ 3,0700	27/06/2025	Sim
49	I	PREFEITURA DA LAPA - PR - Compras.gov.br	1216	Pacote 1 Quilograma	R\$ 2,8000	24/06/2025	Sim
50	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	5000	Pacote 1 Quilograma	R\$ 8,7000	23/06/2025	Sim

Legenda:

Item: 13

Descrição do item

446269 - Vassoura Material Cerdas: Pêlo Sintético , Material Cepa: Polipropileno , Comprimento Cepa: 40 CM, Características Adicionais: Cabo De Madeira Plástica , Diâmetro Cepa: 25 M

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 4,2400

Média

R\$ 13,5224

Mediana

R\$ 11,1000

Coefficiente de Variação: 68,1536%

Desvio Padrão: 9,2160

Maior Preço: R\$ 54,4500

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses


Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 10,0000	14/10/2025	Sim
2	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 11,2000	13/10/2025	Sim
3	I	ASSOCIAÇÃO DE P.M.E.E.ANA AMORIM /PEDRO AFONSO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 8,2900	10/10/2025	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO-MG - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 11,0000	09/10/2025	Sim
5	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 15,3200	08/10/2025	Sim
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 10,9800	07/10/2025	Sim
7	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	104	Unidade	R\$ 15,4500	05/12/2025	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	295	Unidade	R\$ 11,6000	29/09/2025	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15215	Unidade	R\$ 4,9800	29/09/2025	Sim
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 15,9300	29/09/2025	Sim
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 10,8500	26/09/2025	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1100	Unidade	R\$ 12,6500	25/09/2025	Sim
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 19,2900	25/09/2025	Sim
14	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 12,6200	24/09/2025	Sim
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	280	Unidade	R\$ 12,0000	19/09/2025	Sim
16	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	1500	Unidade	R\$ 11,2800	16/09/2025	Sim
17	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	56	Unidade	R\$ 20,0000	12/09/2025	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 6,2000	10/09/2025	Sim
19	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	2000	Unidade	R\$ 7,1000	10/09/2025	Sim
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 10,0800	08/09/2025	Sim
ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO							



21	I	PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1000	Unidade	R\$ 13,0000	03/09/2025	Sim
22	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 10,0000	02/09/2025	Sim
23	I	MPE-PREFEITURA MUNICIPAL DE CARPINA - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 8,3900	01/09/2025	Sim
24	I	MPE-PREFEITURA MUNICIPAL DE CARPINA - Compras.gov.br	750	Unidade	R\$ 4,2400	01/09/2025	Sim
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU - Compras.gov.br	1058	Unidade	R\$ 10,3300	28/08/2025	Sim
26	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 11,8900	21/08/2025	Sim
27	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 49,0000	20/08/2025	Sim
28	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 25,5000	18/08/2025	Sim
29	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 6,8200	13/08/2025	Sim
30	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-BA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 18,0000	13/08/2025	Sim
31	I	MRJ-PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS - Compras.gov.br	500	Unidade	R\$ 5,3000	12/08/2025	Sim
32	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 10,0000	05/08/2025	Sim
33	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	290	Unidade	R\$ 13,3000	31/07/2025	Sim
34	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2450	Unidade	R\$ 7,0300	30/07/2025	Sim
35	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 8,0000	29/07/2025	Sim
36	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA - SE - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 18,1800	29/07/2025	Sim
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 11,9500	24/07/2025	Sim
38	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 26,2700	23/07/2025	Sim
39	I	ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 20,6000	23/07/2025	Sim
40	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 16,0000	22/07/2025	Sim
41	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	350	Unidade	R\$ 15,0000	21/07/2025	Sim
42	I	PREFEITURA DE CARMO DO RIO CLARO - Compras.gov.br	106	Unidade	R\$ 54,4500	04/11/2025	Sim
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2200	Unidade	R\$ 7,0500	15/07/2025	Sim
44	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 8,2600	14/07/2025	Sim
45	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	458	Unidade	R\$ 10,2700	10/07/2025	Sim
46	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 8,4900	09/07/2025	Sim
47	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 10,0000	07/07/2025	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	275	Unidade	R\$ 18,0000	07/07/2025	Sim
49	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - PE - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 6,8800	27/06/2025	Sim
50	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2430	Unidade	R\$ 7,1000	27/06/2025	Sim

**Legenda:**

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

**Anexo 9 – Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços**

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

## MATRIZ DE RISCOS

<b>PROCESSO:</b>	59511.000298/2025-05-e
<b>OBJETO DA CONTRATAÇÃO:</b>	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de postos de trabalho, de apoio administrativo especializado, assistente de apoio à gestão, motorista, auxiliar de serviços gerais, copeira e recepcionista, incluindo os insumos necessários, conforme planilha de custos e formação de preços, para atender às necessidades da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, em Fortaleza/CE.
<b>OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:</b>	Assegurar o suporte operacional, administrativo e logístico necessário ao funcionamento da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, mediante a disponibilização de mão de obra qualificada para execução de atividades de apoio administrativo especializado, apoio à gestão, condução de veículos oficiais, serviços de limpeza e conservação, serviços de copa e recepção, garantindo a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados.
<b>LOCAL DE EXECUÇÃO:</b>	Instalações da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada em Fortaleza/CE, incluindo eventuais áreas externas ou ambientes correlatos utilizados pela unidade, conforme necessidades operacionais.
<b>ÁREA/UNIDADE SUPRIDORA:</b>	14ª GGR
<b>ÁREA/UNIDADE DEMANDANTE:</b>	14ª GGR

Cód*	Etapas de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasinando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC001	Gestão contratual	Falhas na elaboração do Estudo Técnico Preliminar e/ou falhas na especificação do objeto e requisitos; Falhas na elaboração do Termo de Referência (prazos, custos, orçamento, materiais, objeto, quantidade, dimensão).	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atraso na contratação; 2. Aumento de custos; 3. Problemas jurídicos e contratuais.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "
RC002	Gestão contratual	Atraso na elaboração do edital.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atraso no início das atividades; 2. Danos à reputação devido a percepção de ineficiência.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "
RC003	Gestão contratual	Atraso na emissão do parecer jurídico.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atraso no início das atividades; 2. Danos à reputação devido a percepção de ineficiência.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "
RC004	Gestão contratual	Licitação deserta ou fracassada.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atraso no início das atividades; 2. Custos com republicação do edital; 3. possível revisão das condições da licitação.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "
RC005	Gestão contratual	Requisitos/Especificações interpretados erroneamente pelos licitantes.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Propostas inadequadas; 2. Atraso no processo licitatório; 3. Custos adicionais com correção.	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasionando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC006	Gestão contratual	Valor ofertado pelos fornecedores superior ao valor máximo de referência estabelecido para a licitação.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Propostas inadequadas; 2. Atraso no processo licitatório; 3. Custos adicionais com correção.	Compartilhado	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "
RC007	Gestão contratual	Formalização incorreta dos termos contratuais.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atrasos na execução do contrato; 2. Problemas jurídicos; 3. Aumento de custos.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "
RC008	Gestão contratual	Execução do objeto em desacordo com o contrato.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Impacto na qualidade do serviço; 2. Custos adicionais para correção dos desvios.	Compartilhado	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "
RC009	Gestão contratual	Encerramento/falência da empresa.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Interrupção das atividades, custos adicionais para nova contratação.	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "
RC010	Gestão contratual	Interrupção do contrato por atraso no pagamento das faturas.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Interrupção das atividades, pagamento de indenizações, problemas jurídicos/litígios, má qualidade da prestação de serviços.	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: RISCO MODERADO É ACEITO E MONITORADO AO LONGO DE TEMPO. ATENUANTE: "

\* Ocultar as linhas que não forem utilizadas e formatar a altura das linhas.

COORDENADOR DO PROJETO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE			
No	GEANDRA RIBEIRO ROCHA DA SILVA	Lotação:	14ª GGR
ANALISTAS RESPONSÁVEIS PELO MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE			
No	MARCO ANTONIO BOMTEMPO RIBEIRO	Lotação:	14ª GGR
No		Lotação:	
No		Lotação:	
No		Lotação:	
No		Lotação:	
LOCAL/DATA:		Fortaleza, CE, 17 de novembro de 2025.	

**Obs.:** Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado o "Plano de Gerenciamento de Riscos em Contratações e Doações da Codevasf", que contempla o Modelo de Elaboração do Mapa e Matriz de Contratações, por meio da Deliberação nº 57 de dezembro de 2024 (processo nº 59500.003411/2024-44-e). O Plano atende à recomendação nº 4 do Relatório de Auditoria nº 902916-Controladoria-Geral da União - CGU (Processo nº 59500.002345/2022-23-e) que em 31 de dezembro de 2024

1.1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:	
PROCESSO:	59511.000298/2025-05-e
OBJETO DA CONTRATAÇÃO:	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de postos de trabalho, de apoio administrativo especializado, assistente de apoio à gestão, motorista, auxiliar de serviços gerais, copeira e recepcionista, incluindo os insumos necessários, conforme planilha de custos e formação de preços, para atender às necessidades da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, em Fortaleza/CE.
OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:	Assegurar o suporte operacional, administrativo e logístico necessário ao funcionamento da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, mediante a disponibilização de mão de obra qualificada para execução de atividades de apoio administrativo especializado, apoio à gestão, condução de veículos oficiais, serviços de limpeza e conservação, serviços de copa e recepção, garantindo a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados.
LOCAL DE EXECUÇÃO:	Instalações da 14ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada em Fortaleza/CE, incluindo eventuais áreas externas ou ambientes correlatos utilizados pela unidade, conforme necessidades operacionais.
ÁREA/UNIDADE SUPRIDORA:	14ª GGR
ÁREA/UNIDADE DEMANDANTE:	14ª GGR

MATRIZ DE PROBABILIDADE X IMPACTO DOS RISCOS - RESIDUAL (Com análise dos controles existentes)					
IMPACTO	Muito grande	5			
	Grande	4			
	Moderado	3			
	Pequeno	2	RC001 RC002 RC003 RC004 RC005 RC006 RC007 RC008 RC009 RC010		
	Insignificante	1			
			1	2	3
			Muito Baixa	Baixa	Média
			< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%
			Alta		
			>=50% <= 90%		
			>90%		
			PROBABILIDADE		
			Nível de Risco		
			RE - Risco Extremo		
			RA - Risco Alto		
			RM - Risco Moderado		
			RB - Risco Baixo		

**ANEXO 3 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR  
(ANEXO V-B DA IN SEGES/MPDG N.5/2017)**

**AValiação da CONTRATADA:** A avaliação da contratada será realizada por meio de pontuação nos conceitos "Bom", "Razoável", "Insatisfatório" e "Ruim" para cada item vistoriado, equivalendo aos valores 3, 2, 1 e 0 respectivamente, com as justificativas necessárias.

- BOM – Conformidade total dos critérios
- RAZOÁVEL – Conformidade parcial dos critérios
- INSATISFATÓRIO – Desconformidade parcial dos critérios
- RUIM – Desconformidade total

**MÓDULOS AVALIADOS:**

<b>MÓDULO 1 – POSTOS ADMINISTRATIVOS (Apoio Administrativo Especializado e Assistente de Apoio à Gestão)</b> <i>(Avalia aspectos como qualidade das informações prestadas, organização, cumprimento de prazos, sigilo profissional, comunicação, uso de uniformes/identificação e assiduidade.)</i>		<b>Pontos</b>
Todos os aspectos adequados		3 pontos
Um aspecto inadequado (descrever)		2 pontos
Dois aspectos inadequados (descrever)		1 ponto
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)		0 pontos
<b>MÓDULO 2 – MOTORISTA</b> <i>(Avalia quantidade correta, capacitação, comportamento, cumprimento de rotinas, cuidado com o veículo, segurança, utilização de uniforme/identificação e assiduidade.)</i>		<b>Pontos</b>
Todos os aspectos adequados		3 pontos
Um aspecto inadequado (descrever)		2 pontos
Dois aspectos inadequados (descrever)		1 ponto
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)		0 pontos
<b>MÓDULO 3 – LIMPEZA (Auxiliar de Serviços Gerais)</b> <i>(Avalia eficiência, qualidade da limpeza, higienização, conservação das áreas, reposição de materiais e utilização de EPIs e uniformes.)</i>		<b>Pontos</b>
Todos os aspectos adequados		3 pontos
Um aspecto inadequado (descrever)		2 pontos
Dois aspectos inadequados (descrever)		1 ponto
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)		0 pontos
<b>MÓDULO 4 – COPEIRAGEM (Copeira)</b> <i>(Avalia organização, higiene, atendimento, preparo e distribuição de bebidas, uso de materiais adequados, utilização de uniformes e cumprimento das rotinas.)</i>		<b>Pontos</b>
Todos os aspectos adequados		3 pontos
Um aspecto inadequado (descrever)		2 pontos
Dois aspectos inadequados (descrever)		1 ponto
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)		0 pontos

**MÓDULO 5 – RECEPÇÃO (Recepcionista)**

(Avalia atendimento ao público, cordialidade, organização, repasse de informações, registro adequado de visitas, apresentação pessoal, uniformes e assiduidade.)

**Pontos**

Todos os aspectos adequados	3 pontos
Um aspecto inadequado (descrever)	2 pontos
Dois aspectos inadequados (descrever)	1 ponto
Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	0 pontos

**FAIXA DE PONTUAÇÃO E DESCONTOS:** A adequação nos pagamentos estará limitada à seguinte faixa de tolerância:

Pontuação obtida	Percentual de desconto do valor mensal da fatura
13 a 15 pontos	0% de desconto
10 a 12 pontos	5% de desconto
07 a 09 pontos	10% de desconto
00 a 06 pontos	15% de desconto

**AValiação DOS SERVIÇOS:** A avaliação considerará o conjunto das atividades prestadas durante o mês de referência, abrangendo todos os postos contratados, em conformidade com as demandas da unidade.

**RESULTADO DA AVALIAÇÃO:** O resultado será o somatório dos pontos atribuídos pela unidade responsável pela fiscalização para cada módulo no mês de referência.

**CÁLCULO DO PAGAMENTO:** Com base na pontuação total do mês, será aplicado o percentual de desconto correspondente à faixa obtida, resultando no valor mensal devido à contratada.

**PERÍODO DE AJUSTE:** Os dois primeiros meses de vigência contratual serão destinados exclusivamente à notificação para ajustes, sem aplicação de desconto financeiro.

**JUSTIFICATIVAS E EXCEÇÕES:** A contratada poderá apresentar justificativa para pontuação inferior a 10 pontos, desde que comprove que a ocorrência decorre de fatos imprevisíveis, inevitáveis e alheios ao seu controle. A aceitação da justificativa caberá à unidade fiscalizadora.

**PREENCHIMENTO DA FICHA:** O preenchimento da ficha de IMR será facultativo e se referirá ao mês de referência. Quando não preenchida, será considerada conformidade total e pontuação máxima (15 pontos).



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** CE000510/2025  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 11/04/2025  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR008305/2025  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13624.201137/2025-51  
**DATA DO PROTOCOLO:** 11/04/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

**TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)**

**Processo nº:** 13624201195202584e **Registro nº:** CE000547/2025

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA DO ESTADO DO CEARA - SEACEC, CNPJ n. 11.088.721/0001-11, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FABIANO BARREIRA DA PONTE;

E

SINDICATO TRABALHADORES TRANSPORTES RODOVI ESTADO CEARA, CNPJ n. 07.339.955/0001-17, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DOMINGO GOMES NETO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em transportes rodoviários das empresas de terceirização de mão-de-obra**, com abrangência territorial em **CE**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica estabelecido, a partir de 01º de janeiro de 2025, os seguintes pisos salariais da categoria laboral abrangida nesta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

- MOTORISTA DE VEÍCULO DE 01 ATÉ 09 LUGARES \_\_\_\_\_ R\$ (1.652,55)
- MOTORISTA DE VEÍCULOS DE 10 ATÉ 21 LUGARES (OU VEÍCULO COM CAPACIDADE EQUIVALENTE CHAMADO DE EMERGENCIA) \_\_\_\_\_ R\$ (1.817,82)
- MOTORISTA DE CAMINHÃO ATÉ 11 TONELADAS \_\_\_\_\_ R\$ (1.665,08)
- MOTORISTA DE CAMINHÃO DE 12 A 18 TONELADAS \_\_\_\_\_ R\$ (1.828,84)
- MOTORISTA DE CAMINHÃO ACIMA DE 18 TONELADAS (operador de Muck, retroescavadeira e equipamento movel) \_\_\_\_\_ R\$ (2.171,06)
- MOTORISTA DE VEÍCULOS ACIMA DE 21 LUGARES \_\_\_\_\_ R\$ (2.194,80)

§ 1º – Os benefícios porventura pagos e/ou concedidos aos empregados terceirizados pelas empresas tomadoras de serviço inclusos nos editais de licitação ou decorrentes de contratos vigentes, tais como cesta básica e outros, serão repassados aos empregados terceirizados na forma legal.

§ 2º – O reajuste salarial dos trabalhadores que estejam fora das faixas acima especificadas, assim considerados aqueles que não se incluem nas atividades e nas funções mencionadas, **será de 5%** (cinco por cento).

§ 3º – Toda e qualquer importância paga à empresa de prestação de serviços, pelo trabalho prestado pelo empregado, como integrante de sua remuneração, será a ele repassada, na forma ajustada no contrato de trabalho, de modo a evitar apropriação indébita dos valores pelos representantes da empresa, seus prepostos ou à sua ordem, devendo ser adotadas pelo sindicato dos trabalhadores, as medidas necessárias à reparação do direito do trabalhador.

§ 4º – As antecipações de salários, gerais e lineares, ocorridas entre 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2024 poderão ser deduzidas por ocasião do reajuste de janeiro de 2025, não se confundindo com aumentos espontâneos, que se incorporam aos salários.

§ 5º – As entidades sindicais que assinam este instrumento não concordam com qualquer alteração que busque reduzir o salário do empregado mediante a mudança de nomenclatura de sua função. Devendo tais práticas serem de pronto denunciadas para que as partes acordantes busquem as medidas pertinentes.

§ 6º - Fica garantido para os novos contratos a se realizarem a partir da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho aos empregados que exerçam a função de motoristas em carros tipos vans modificados para fins diversos, o mesmo piso salarial devidos para o empregado que exerça a função no carro original respectivo.

§ 7º - As diferenças salariais da folha de pagamento de janeiro, serão pagas na folha de abril/2025; as diferenças salariais de fevereiro, serão pagas na folha de maio/2025; as diferenças salariais de março, serão pagas na folha de junho/2025 . As diferenças de vale alimentação, cesta básica, auxílio creche e outros valores excetuando salários serão pagas até o final de maio de 2025, devendo a empresa que incorrer em mora pagar multa de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - DA OBRIGATORIEDADE DE CONCESSÃO DE REAJUSTES PELOS TOMADORES DE SERVIÇO

Fica desde já ajustado que todos os tomadores de serviços, sejam eles do âmbito privado ou público (Estadual, Municipal ou Federal), deverão efetuar o repasse para as empresas prestadoras de serviços dos reajustes de todas as cláusulas econômicas existentes na presente norma coletiva (piso salarial, reajuste salarial, vale-alimentação, plano de saúde, ajuda de custo, auxílio-creche, vale-transporte, dentre outros).

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

Fica assegurado que os pagamentos dos salários serão efetuados de forma a que estejam efetivamente disponibilizados aos empregados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica estipulada uma multa, de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado, salvo se a mora se operar por culpa de empregado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os pagamentos serão efetuados preferencialmente nos locais de trabalho, dentro do horário de expediente, ou logo após. Em caso de depósito em estabelecimento bancário, de crédito ou seu correspondente, deverá ser realizado próximo ao local de trabalho, nos termos dos arts. 464 e 465 da CLT.

### CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão, aos seus empregados, comprovantes de pagamentos da remuneração laboral (contracheques) como documento pessoal, formalmente preenchidos, discriminando os valores recebidos e seus respectivos descontos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho realizado. Servirá de recibo para a empresa como prova do pagamento em dinheiro. O depósito bancário terá força de recibo, nos termos do art. 464 da CLT.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As empresas também poderão fornecer os contracheques com a discriminação das verbas de forma eletrônico/digital, assegurando ao trabalhador o acesso direto do seu contracheque eletrônico/digital até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO**

As empresas, sempre que possível, realizarão antecipações salariais quinzenais em até 40% (quarenta por cento) do valor da remuneração do empregado.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA OITAVA - MULTAS DE TRÂNSITO**

As empresas deverão repassar ao empregado, obrigatoriamente, a notificação da (s) multa (s) decorrentes do exercício da atividade em pelo menos quinze dias antes do vencimento da mesma, entregando-lhe cópia legível do AUTO. Nesse caso o empregado poderá interpor o recurso e, enquanto este estiver pendente de decisão final, a empresa não poderá efetuar o desconto correspondente.

§ 1º - O empregado não poderá ser responsabilizado pela multa se a empresa não fizer o protocolo da mesma na forma do “caput” desta cláusula dentro do prazo recursal.

§ 2º - Caso seja o recurso não provido com o trânsito em julgado na esfera administrativa, a empresa parcelará o débito para desconto em doze (doze) parcelas mensais.

§ 3º - Em caso de rescisão contratual, o desconto será realizado nos termos da legislação vigente.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA NONA - DO DIA DA CATEGORIA**

Fica estabelecido que o dia 25 (vinte e cinco) de julho, dia de São Cristóvão, será considerado feriado da categoria, ficando estabelecido que os empregados que tenham necessidade de laborar no referido dia receberão o pagamento em dobro.

**Parágrafo Único** – Quando a tomadora do serviço possuir dia específico de sua categoria e o empregado receber benefício semelhante ao disposto no caput por esse dia, não terá o empregado direito ao benefício novamente.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - VALE REFEIÇÃO OU ALIMENTAÇÃO**

A alimentação será fornecida pela empresa aos trabalhadores até o 1º (primeiro) dia do mês “in natura” ou por meio de vale ou cartão refeição/alimentação aos trabalhadores que tiverem jornada igual ou superior a seis horas, diurna ou noturna.

§1º - A alimentação “in natura” deverá observar as prescrições, junto ao tomador e a empresa, de qualidade e quantidade calórica e proteica previstas no Programa de Alimentação do Trabalhador.

§ 2º - As empresas prestadoras de serviços se obrigam a contratar a alimentação “in natura” de empresas credenciadas ao PAT, podendo ser credenciadas ao SESC ou Sesi, incumbindo-se a empregadora da fiscalização de sua qualidade e quantidade, como da condição de confecção e fornecimento, de modo a garantir sua qualidade nutricional e conservação.

§ 3º - Quando realizada na modalidade de vale ou cartão refeição/alimentação, as empresas fornecerão o vale no valor mínimo de R\$ 27,60 (vinte e sete reais e sessenta centavos), correspondendo aos dias efetivamente trabalhados.

**§ 4º** - Os vales ou cartões refeição/alimentação serão entregues preferencialmente nos locais de trabalho. Caso não haja condição e os mesmos forem entregues na sede da empresa, está fornecendo vale-transporte para o deslocamento do empregado do local de trabalho para a empresa e também para o seu retorno.

**§ 5º** - Se o empregado faltar ao trabalho e tiver recebido vale ou cartão refeição/alimentação, caberá a empresa descontar o vale referente ao dia de falta, sem prejuízo da possibilidade do desconto ser efetuado nos vales do mês seguinte ou crédito do cartão eletrônico, ressalvadas as condições mais favoráveis ao trabalhador.

**§ 6º** - Os empregados autorizam o desconto de 1% (um por cento) do valor total dos vales ou cartões recebidos.

**§ 7º** - Será garantido ao empregado que labore horas extras em quantidade mínima de duas um vale adicional denominado "vale lanche" com o valor facial de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos).

**§ 8º** - Ficam as empresas autorizadas a fornecerem o vale-alimentação em pecúnia quando, por algum motivo, não for possível concretizar o fornecimento do vale-alimentação no tempo previsto na presente cláusula. Nessas situações o fornecimento de vale-alimentação em pecúnia não terá natureza salarial, não se incorporando no salário nem tampouco ensejando o recolhimento previdenciário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESTA BÁSICA**

Fica instituído o pagamento a título de cesta básica no valor mensal de R\$ 120,61 (cento e vinte reais e sessenta um centavos), devendo o referido valor ser pago até o 1º (primeiro) dia do mês.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONVÊNIO FARMÁCIA**

As empresas buscarão firmar convênios com farmácias objetivando a aquisição de medicamentos e produtos afins para desconto mensal em folha de pagamento, a ser procedido nas mesmas condições alcançadas na negociação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA MÉDICA (PLANO DE SAÚDE)**

A partir da vigência da CCT de 2014, fica acordado a instituição de PLANO DE SAÚDE, que será contratado pelas Empresas preferencialmente com operadora de plano de saúde conveniada ao SEACEC, na segmentação mínima AMBULATORIAL + HOSPITALAR SEM OBSTETRÍCIA em acomodação ENFERMARIA, de modo a permitir que os trabalhadores em atividade, exceto os aposentados que não estejam em atividade junto às empresas representadas pelo SEACEC, possam, mediante adesão voluntária e expressa, usufruir dos serviços de saúde ofertados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O PLANO DE SAÚDE contratado será, para o ano de 2025, no valor de R\$ 98,70 (noventa e oito reais e setenta centavos), sendo que a participação no subsídio do seu custeio será na razão de R\$ 49,35 (quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para o empregador e R\$ 49,35 (quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para o empregado, valor este que será descontado em folha de pagamento mediante autorização prévia e por escrito do empregado, sendo que a taxa de adesão será custeada integralmente pelo empregado. Eventuais reajustes no plano de saúde, serão suportados em partes iguais pelo empregado e empregador.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o empregado venha a aderir a plano de maior cobertura, de empresa conveniada pelo sindicato ou outra, será de sua responsabilidade o pagamento que acrescer.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caso o empregador já tenha contratado PLANO DE SAÚDE, não estará obrigado a aderir ao plano de saúde referido, ficando assegurado ao empregado as garantias mínimas de preço e participação estipuladas nesta cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O empregado poderá incluir seus dependentes no Plano de Saúde, com o pagamento total às suas despesas, podendo os valores correspondentes ser descontados em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito do mesmo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As empresas dispõem do prazo de até 90 (noventa) dias a contar do registro desta convenção para disponibilizar aos empregados a adesão ao plano de saúde.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A participação facultativa do empregado no plano de saúde não configurará salário "in natura", não se incorporando à remuneração do trabalhador para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência

de contribuição previdenciária ou do FGTS e nem constitui rendimento tributável do empregado.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO FUNERAL**

As empresas concederão auxílio funeral, a ser pago aos dependentes do empregado falecido durante a vigência do contrato de trabalho, em valor equivalente a dois pisos salariais da categoria, na faixa em que o empregado falecido estiver enquadrado. Valor que será pago imediatamente após o óbito.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESPESAS DE VIAGEM**

Nos deslocamentos superiores a 100 km do local em que o empregado preste serviço, será pago a título de diária o valor de R\$ 141,89 (cento e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos).

**Parágrafo Primeiro** – Fica esclarecido que a diária na forma estabelecida no “caput” desta cláusula é devida quando o deslocamento for inferior a 100 Km, mas o empregado tiver que dormir no local de destino do deslocamento, não existindo o pagamento de meia diária.

**Parágrafo Segundo** - Quando os deslocamentos forem interestaduais a diária em referência sofrerá um acréscimo de 20% (vinte por cento)

**Parágrafo Terceiro** - As diárias acordadas nesta cláusula deverão ser pagas antes da realização da respectiva viagem, possibilitando ao empregado pagar as despesas inerentes ao deslocamento.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

O pagamento das verbas devidas em função da rescisão do contrato de trabalho deverá ser realizado, obrigatoriamente, por meio de depósito em conta bancária que tenha o empregado dispensado/demissionário como titular, devendo a cópia do comprovante de pagamento ser fornecido ao trabalhador (a).

**Parágrafo único:** Como medida voltada a desestimular a recorrente prática de simulação de pagamento de verbas rescisórias, mediante de repasse de quantias inferiores ao trabalhador, o pagamento de que trata o caput não poderá ser realizado por meio de dinheiro em espécie. de modo que a simples assinatura do empregado dispensado no termo de Rescisão do Contrato de Trabalho - TRCT ou em recibo a vulso não confere quitação dos haveres rescisórios.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - REGISTRO DE FUNÇÃO**

A função verdadeiramente exercida pelo empregado, quando não anotada na CTPS no prazo de lei, acarretará em descumprimento da obrigação de fazer, sujeitando o empregador às penalidades previstas em Lei.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA**

Fica vetada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado que estiver a, no máximo, 18 (dezoito) meses de sua aposentadoria, desde que seu contrato com a empresa tenha, pelo menos, igual duração.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO**

A Jornada de trabalho da categoria poderá ser tanto de 44 (quarenta e quatro) horas como de 40 (quarenta) horas semanais, sendo, em ambos os casos, assegurado igualmente, ao trabalhador, o piso salarial mínimo previsto nessa convenção coletiva.

**Parágrafo único** - A jornada normal de trabalho poderá ser acrescida de 2 (duas) horas suplementares, mediante ajuste escrito com o empregado e serão remuneradas com adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUSÊNCIAS LEGAIS**

I – até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;

II – até 03 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento ou do registro em cartório de união estável;

III – por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;

IV – até 02 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;

V – nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;

VI – para o Pai de cinco dias em caso de nascimento de filho.

**Parágrafo único:** em caso do sepultamento ou velório ocorrer em localidade que diste mais de 100km (cem quilômetro) da residência do empregado, o prazo previsto no inciso I deve ser prorrogado para 03 (três) dias, devendo tal condição ser comprovada em 24 horas após o retorno ao serviço.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REUNIÕES NA EMPRESA**

Quando houver convocação dos empregados por parte da empresa para participarem de reuniões, o referido horário será considerado como horário normal de trabalho e, caso exceda a jornada diária, será remunerado como hora extra, salvo acordo para compensação.

## **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO INÍCIO DAS FÉRIAS**

Fica convencionado que o início do período de férias a ser usufruído pelo empregado deverá ocorrer em dia útil e que não anteceda aos sábados, domingos, feriados, dia de folga ou dia de compensação de repouso remunerado.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME**

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - USO DE UNIFORMES

Quando o uso de uniformes for exigido pela empresa, fica a mesma obrigada a fornecer ao empregado, gratuitamente, de uma só vez para o período de 01 (um) ano, dois uniformes completos.

§ 1º - responderá o empregado pela reposição resultante de extravio ou mau uso dos uniformes, quando devidamente comprovado.

§ 2º - Um terceiro uniforme completo será entregue, para o empregado, caso fique comprovado o desgaste natural de qualquer daqueles anteriormente entregues.

§ 3º - Caso o empregado tenha seu contrato de trabalho rescindido, fica ele obrigado a devolver os uniformes na condição em que se encontrarem.

## INSALUBRIDADE

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Fica assegurado aos empregados que exercerem tarefas em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, os percentuais previstos em lei, assim também consideradas as normas emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego sobre medicina e segurança do trabalho.

**Parágrafo primeiro** - Assegura-se ao trabalho executado em hospitais, clínicas, postos de saúde, laboratórios, ambulatórios e rabecão, o adicional de insalubridade de 40% (quarenta por cento), sobre o piso salarial de cada empregado.

**Parágrafo segundo** - As atividades exercidas em estação de tratamento e limpeza de esgoto público ou privado serão remuneradas a insalubridade no percentual de 40% (quarenta por cento) previsto nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, incidente sobre o piso salarial do empregado;

**Parágrafo terceiro** - Na rede hospitalar onde haja internação e tratamento de doenças infectocontagiosas, o grau de insalubridade aplicado será o máximo, o percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o piso salarial do empregado;

**Parágrafo quarto** - Quando o trabalho desenvolvido implicar na incidência de um índice diverso de insalubridade que o previsto, será o mesmo determinado através de perícia, podendo ser acompanhado por peritos da outra parte. Em caso de conflito entre os laudos oferecidos, serão os documentos encaminhados ao Ministério do Trabalho e Emprego para a solução do confronto.

**Parágrafo quinto** - Permanecendo inalteradas as condições de trabalho, a empresa que suceder a outra prestadora de serviço obriga-se à continuidade do pagamento do adicional de insalubridade ao empregado, no mesmo percentual anteriormente pago pela prestadora de serviço sucedida.

## ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, fornecidos em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa ou mediante convênio/SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso serão aceitos os atestados emitidos por médicos do sindicato ou particulares.

§ 1º - Os atestados médicos serão entregues pelo empregado nos locais de trabalho onde a empresa tenha supervisor, chefe de equipe ou encarregado, através de envelope lacrado a ser encaminhado ao setor de recursos humanos da empresa ou ao serviço médico.

§ 2º - No período máximo de 24h (vinte quatro horas) contados do início das faltas do empregado em razão da doença, deve o mesmo comunicar a empresa o fato, seja através de terceiros ou por qualquer meio de comunicação que possibilite ao empregador tomar conhecimento do motivo da falta do empregado.

§ 3º - Os trabalhadores deverão ainda enviar o atestado médico de forma virtual no WhatsApp e/ou e-mail

disponibilizado pela empresa no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da emissão do mesmo.

## **ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - TRANSPORTE DO ACIDENTADO**

A empresa providenciará o transporte dos empregados para local apropriado em caso de acidente, desde que ocorra em horário de trabalho ou que seja em decorrência do mesmo.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL**

Será facilitado o acesso aos diretores do Sindicato dos Trabalhadores para a realização de visitas às sedes das empresas, a fim de tratar de assuntos relacionados com a categoria e os associados.

**Parágrafo Único:** As empresas facilitarão a colocação de urnas itinerantes em suas dependências, quando da realização das eleições sindicais, com acompanhamento de três membros da Comissão Eleitoral, devidamente credenciada ao SINTRO-CE, devendo para tanto, a entidade sindical solicitar a empresa com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis anterior a realização da votação.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA LIBERAÇÃO DOS DIRETORES DO SINDICATO PROFISSIONAL**

Fica assegurada a liberação remunerada de 5 (cinco) diretores membros da diretoria do sindicato profissional, até o término da vigência da presente convenção coletiva de trabalho, sem prejuízo do tempo de serviços e das parcelas componentes de suas remunerações, em número de 1 (um) diretor sindical por empresa.

**Parágrafo primeiro** - A lista de nomeação, ou os nomes dos diretores liberados, será enviada ao sindicato patronal no prazo de 03 (três) dias após a assinatura da presente convenção.

**Parágrafo segundo**- Respeitado o numero de um diretor por empresa, poderá o sindicato laboral requerer a substituição do diretor liberado, desde que o faça com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA MENSALIDADE SINDICAL**

Os empregadores se obrigam a descontar de seus empregados associados ao sindicato, se por eles autorizados, a importância de 2% (dois por cento) do salário base, ficando o valor a disposição do SINTRO-CE, a até do 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao desconto, mediante depósito bancário, em conta a ser indicada pelo SINTRO-CE, no prazo de cinco dias a contar do registro da Convenção Coletiva de Trabalho na SRTE/CE. Mediante boleto bancário, depósito em conta e transferência bancaria, Bancos SANTANDER: Agencia 3132 e conta corrente: 13000363-7 ou CAIXA ECONOMICA FEDERAL: agencia 0031 operação 003 conta corrente 776-9.

**Parágrafo Primeiro** – O SINTRO-CE deverá remeter cópia da relação nominal, com as respectivas autorizações dos novos associados, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês por meio de correspondência eletrônica ou escrita para que o desconto possa ser efetuado no mesmo mês.

**Parágrafo Segundo** – As empresas deverão remeter mensalmente ao SINTRO-CE relação nominal e comprovante de depósito de cada empregado submetido ao desconto previsto no caput desta cláusula, podendo esta ser impressa ou por meio eletrônico, através dos e-mails: [secretaria.sintro@hotmail.com](mailto:secretaria.sintro@hotmail.com) e [financeirosintroce@gmail.com](mailto:financeirosintroce@gmail.com). (em excel).

**Parágrafo Terceiro** - No caso de substituição das empresas e aproveitamento dos empregados por outra, o Sindicato apresentará apenas a relação de sindicalizados, para que sejam efetuados os descontos de que trata o caput da cláusula.



## CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAÇÃO LABORAL

Por determinação da Assembleia Geral Extraordinária dos empregados, as empresas descontarão dos seus empregados, sindicalizados ou não, a título de taxa de negociação coletiva, duas parcelas cada uma com o percentual de 2% (dois por cento) do total do salário base de todos os trabalhadores representados pelo sindicato laboral, a 1º descontado na folha de pagamento do mês de maio de 2025, devendo ser repassado ao SINTRO-CE até o dia 10 de junho de 2025. a segunda descontado na folha de novembro de 2025 devendo ser repassado ao Sintro até o dia 10 de dezembro 2025.

Parágrafo Primeiro - O empregado que deseje se opor ao desconto previsto no *caput* desta cláusula, deverá fazê-lo no prazo de 20 (vinte) dias do registro da presente convenção coletiva de trabalho perante o sindicato profissional, mediante solicitação individual, e fica assegurado ao mesmo que não será feito o segundo desconto.

Parágrafo Segundo - Os empregados abrangidos pelo presente instrumento que trabalhem em empresa sediada em município fora de região metropolitana de Fortaleza, poderão se opor à taxa de negociação coletiva, no mesmo prazo estipulado no parágrafo anterior, por meio de carta registrada individual, escrita e assinada com aviso de recebimento (A.R.), enviada pelos correios, para a sede do sindicato laboral.

Parágrafo Terceiro - O Sindicato laboral assumirá exclusiva e integralmente a responsabilidade pecuniária por qualquer pedido de devolução de taxa de negociação coletiva que tenha recebido e que seja posteriormente considerada indevida ou irregular, isentando o empregador de qualquer responsabilidade, inclusive perante procedimentos de lavra do Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo Quarto – As empresas deverão remeter ao sindicato profissional, por ocasião do repasse, cópia da relação nominal dos empregados que sofreram o desconto com o seu respectivo valor e comprovante de depósito até o 10º (décimo) dia do mês subsequente por meio de correspondência eletrônica (email) para o endereço: [financeirosintroce@gmail.com](mailto:financeirosintroce@gmail.com).

## CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas pertencentes as categorias econômicas aqui representadas, deverão recolher até o mês de junho de 2025 a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL patronal para a expansão dos serviços de custeio desta campanha salarial, no valor abaixo destacado, de acordo com seu enquadramento empresarial abaixo destacado:

PORTE DA EMPRESA	VALOR (R\$)
CPF e MEI	276,27
ME e EPP	471,92
MÉDIO	943,85
NORMAL	1.221,20

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento previsto no caput deverá ser realizado através de boleto bancário ou na sede do Sindicato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O recolhimento da contribuição assistencial patronal efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo anterior, será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos primeiros 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Por mês subsequente de atraso, além da multa estabelecida no parágrafo anterior, serão devidos juros de mora de 1 % (um por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO** - A Entidade Sindical Patronal, como parte integrante do sistema SICOMÉRCIO e, conforme previsto no estatuto social, efetivará a partilha da receita advinda da contribuição assistencial, da seguinte forma:

- a) 10% (dez por cento) à CNC;
- b) 20% (vinte por cento) para a Federação;
- c) 70% (setenta por cento) para o Sindicato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Em havendo ação judicial ou imputação de prejuízo decorrente da aplicação da presente cláusula com a citação do sindicato laboral, qualquer responsabilidade que ao mesmo seja imputada deverá ser

arcada pelo sindicato patronal, podendo o sindicato laboral denunciar a lide na forma da Lei.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas abrangidas pelo Sindicato das Empresas de Asseio e conservação do Estado do Ceará deverão recolher o valor de R\$ 1.505,00 (Hum mil, quinhentos e cinco reais), parcelado em duas vezes, nos meses de julho/2025 e outubro/2025, a título de contribuição confederativa, que deverá ser repassado com boleto bancário ou na sede do Sindicato, até o dia 10 de julho/2023 e 10 de outubro de 2025, respectivamente, de acordo com o Art. 8º Inciso IV, da Constituição Federal e demais normas legais.

**Parágrafo Único** – Os atrasos no prazo de recolhimento estão sujeitos às mesmas penalidades previstas na cláusula anterior.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DIFERENCIADA - RENOVAÇÃO DE CLÁUSULAS ECONÔMICAS 2026**

A vigência de dois anos prevista na cláusula primeira do presente instrumento coletivo tem validade para todas as cláusulas sociais, devendo todas as de natureza econômica (piso salariais, reajuste, auxílio alimentação auxílio creche, plano de saúde, contribuições dentre outras) terem seus valores e percentuais negociados posteriormente e aplicados a partir de primeiro de janeiro de 2026.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO**

Na hipótese de descumprimento ou violação de qualquer cláusula desta convenção, fica a parte infratora obrigada a pagar, a quem for prejudicado, multa equivalente a 2% (dois por cento) do piso salarial do empregado alcançado pela violação convencional.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL**

Por força desta Convenção e, em atendimento ao disposto no art. 608 da CLT, as empresas para participarem de licitações promovidas por órgãos da administração pública direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

**§ 1º** - Essa certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 30 (trinta) dias.

**§ 2º** - Considera-se obrigação sindical para fins de expedição da citada certidão o recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica), bem como todas as taxas e contribuições inseridas nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

**§ 3º** - A falta de certidão ou vencido o seu prazo, o qual é de 30 (trinta) dias, permitirá às demais empresas licitantes, bem como os sindicatos convenientes, nos casos de concorrências, carta convite ou tomada de preço, alvejarem o processo licitatório por descumprimento das cláusulas convencionadas.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ESFORÇOS NO CUMPRIMENTO DA PRESENTE CONVENÇÃO POR ÓRGÃO TOMADOR DE SERVIÇOS**

As partes que pactuam o presente instrumento se comprometem a realizarem todos os esforços necessários para o efetivo cumprimento das cláusulas acertadas pelos órgãos públicos tomadores de serviços, principalmente no que tange aos reajustes salariais e demais cláusulas financeiras.

PARÁGRAFO ÚNICO - Não obstante os esforços realizados como demonstrado no "caput" desta cláusula a presente convenção deve ser cumprida na forma da lei.

}

**FABIANO BARREIRA DA PONTE  
PRESIDENTE**

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA  
DO ESTADO DO CEARA - SEACEC**

**DOMINGO GOMES NETO  
PRESIDENTE  
SINDICATO TRABALHADORES TRANSPORTES RODOVI ESTADO CEARA**

## **ANEXOS ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** CE000086/2025  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 24/01/2025  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR003788/2025  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 10380.000022/2025-62  
**DATA DO PROTOCOLO:** 23/01/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA DO ESTADO DO CEARA - SEACEC, CNPJ n. 11.088.721/0001-11, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FABIANO BARREIRA DA PONTE;

E

SINDICATO DOS TRAB EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERV LOC E ADM DE IMOV COM E DE LIMP PUBL E PRIVADA NO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 23.443.849/0001-35, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA DA PENHA MESQUITA DE SOUSA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Terceirização de Mão de Obra**, com abrangência territorial em **CE**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Ficam assegurados os seguintes pisos salariais aos empregados que compõem a categoria profissional, a partir de 1º de janeiro de 2025:

**1ª FAIXA: (R\$ 1.536,43)**

ZELADOR

COPEIRO

SERVENTE

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

FAXINEIRO

SERVENTE DE PEDREIRO

EMPILHADOR

AUXILIAR DE DEPÓSITO

OPERADOR DE INCINERADOR

EMPACOTADOR DE SUPERMERCADO

ESTAGIÁRIO MENOR

COVEIRO

**2ª FAIXA: (R\$ 1.569,02)**

GARAGISTA

ASCENSORISTA

CONTÍNUO

OFFICE-BOY/MENSAGEIRO

CANALHEIRO/CHAPISTA

DEDETIZADOR

MANOBRISTA

CATALISADOR

COSTUREIRA

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

CAPATAZ

JARDINEIRO

PODADOR

CARREGADOR

AUXILIAR DE DEDETIZADOR

MAQUEIRO

LAVADEIRA

AUX. DE AGENTE DE COMÉRCIO AMBULANTE DIURNO E NOTURNO

CONTROLADOR DIURNO E NOTURNO

FRENTISTA TERCEIRIZADO

**3ª FAIXA: (R\$ 1.593,91)**

LEITURISTA

GAIOLEIRO

TRATORISTA

OPERADOR DE EMPILHADEIRA

OPERADOR DE ENGARRAFADEIRA

FATURISTA

AUXILIAR DE OPERADOR

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E HIDRÁULICA



TELETIPISTA

COLETOR DE CACHORRO

**4ª FAIXA: (R\$ 1.655,52)**

MERENDEIRA

AUXILIAR DE MERENDEIRA

MANIPULADORA DE ALIMENTOS E SUA AUXILIAR

**5ª FAIXA: (R\$ 1.675,04)**

SUPERVISOR DE SERVIÇO

SERVIÇO BUROCRÁTICO

DATILÓGRAFO

INSTRUTOR DE MENOR

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

AGENTE ADMINISTRATIVO

AUXILIAR DE SERVIÇO EDUCACIONAL

CUIDADOR

AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS

BARBEIRO TERCEIRIZADO

CHEFES DE EQUIPES

RECEPCIONISTA

ADMINISTRADOR

PORTEIRO

FISCAL DE PISO

CONTROLADOR/MONITOR DE ACESSO

ENCARREGADO DE TURMA

OPERADOR DE TRIAGEM

OPERADOR DE ATENDIMENTO

COORDENADOR DE ATENDIMENTO

**6ª FAIXA: (R\$ 1.869,17)**

ALMOXARIFE

PEDREIRO

ELETRICISTA

MECÂNICO

TAIFEIRO

COZINHEIRO

PINTOR

ENCANADOR/BOMBEIRO

MARCENEIRO

PINTOR DE AUTOS

ELETRICISTA DE AUTOS

MONTADOR DE AUTOS

SOLDADOR DE AUTOS

CHEFE DE MANUTENÇÃO

AUXILIAR TÉCNICO I

OPERADOR DE REDE DE AGUA E ESGOTO

AUXILIAR OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO

AGENTE COMERCIAL I

**7ª FAIXA: (R\$ 1.954,87)**

ASSISTENTE DE APOIO A GESTÃO

AGENTE COMERCIAL II

**8ª FAIXA: ( R\$ 1.977,79)**

AUXILIAR TÉCNICO II

OPERADOR DE ELEVATÓRIA

COORDENADOR DE COMÉRCIO AMBULANTE

ATENDENTE ESPECIALIZADA DE PORTARIA (6h)

AUXILIAR OPERACIONAL DE MANUTENÇÃO II

AGENTE COMERCIAL III.

ATENDENTE COMERCIAL

**9ª FAIXA: (R\$ 2.088,14)**

ATENDENTE ESPECIALIZADA DE PORTARIA (8h)

MECANICO II

ELETRICISTA II

SOLDADOR II

ENCANADOR II

**10ª FAIXA: (R\$ 2.249,01)**

ENCARREGADO DE LAVANDERIA PRISIONAL

**11ª FAIXA: (R\$ 2.290,87)**

AGENTE DE DISCIPLINA PRISIONAL



**12ª FAIXA: (R\$ 2.455,35)**

COORDENADOR DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (8H)

**13ª FAIXA: (R\$ 2.593,92)**

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA.

PROTOCOLISTA

ARQUIVISTA

**14ª FAIXA: (R\$ 3.016,74)**

SUPERVISOR DE EQUIPE DE APOIO A GESTÃO

**15ª FAIXA: (R\$ 3.137,70)**

ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO PRISIONAL

**16ª FAIXA: (R\$ 3.320,65)**

AGENTE DE DISCIPLINA PRISIONAL LÍDER

**17ª FAIXA: (R\$ 3.395,77)**

TÉCNICO EM ELETRÔNICA PRISIONAL

**18ª FAIXA: (R\$ 3.559,02)**

OPERADOR DE LOGISTICA (8H)

ENCARREGADO DE FUNÇÃO

**19ª FAIXA: (R\$ 4.034,18)**

ENCARREGADO DE LIMPEZA PRISIONAL

**20ª FAIXA: (R\$ 4.079,03)**

ENCARREGADO DE ALMOXARIFADO PRISIONAL

**21ª FAIXA: (R\$ 4.111,25)**

SUPERVISOR DE DISCIPLINA PRISIONAL

**22ª FAIXA: (R\$ 4.384,45)**

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE SEGURANÇA –

OPERADOR NÍVEL I

**23ª FAIXA: (R\$ 4.393,15)**

APOIO ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO (6H)

**24ª FAIXA: (R\$ 4.879,71)**

PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

**25ª FAIXA: (R\$ 5.240,49)**

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE SEGURANÇA –

OPERADOR NÍVEL II

**26ª FAIXA: (R\$ 5.378,95)**

ENCARREGADO ADMINISTRATIVO PRISIONAL

**27ª FAIXA (R\$ 5.775,00)**

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE SEGURANÇA - OPERADOR LÍDER

**28ª FAIXA: (R\$ 6.288,60)**

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE SEGURANÇA – COORDENADOR

**29ª FAIXA: (R\$ 6.791,64)**

GERENTE DE OPERAÇÃO PRISIONAL

**30ª FAIXA: (R\$ 6.991,21)**

GERENTE GERAL PRISIONAL

**31ª FAIXA: (R\$ 7.542,01)**

ESTATÍSTICO TERCEIRIZADO

ADVOGADO TERCEIRIZADO

VETERINARIO TERCEIRIZADO

**32ª FAIXA: (R\$ 8.734,14)**

ANALISTA DE SEGURANÇA BANCARIA E PATRIMONIAL – NÍVEL I

**33ª FAIXA: (R\$ 10.481,74)**

ANALISTA DE SEGURANÇA BANCARIA E PATRIMONIAL – NÍVEL II

**34ª FAIXA (R\$ 13.125,00)**

SUPERVISOR ANALISTA DE SEGURANÇA BANCÁRIA E PATRIMONIAL

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O reajuste salarial dos empregados terceirizados que estejam abrangidos por esta CCT, a incidir sobre o piso salarial de dezembro de 2024, deverá ocorrer nos moldes a seguir:

I - O reajuste de quem possui piso salarial até R\$ 1.429,24 deverá ser no percentual de 7,5%;

II - O reajuste de quem possui piso salarial entre R\$ 1.429,25 e R\$ 1.540,02, deverá ser no percentual de 7,5%;

III - O reajuste de quem possui piso salarial de 1.580,23 deverá ser no percentual de 6%;

IV - Os demais pisos salariais, inclusive denominados "fora de faixa", não importando a nomenclatura usada para a função que desempenhe, serão reajustados em 5% (cinco por cento) a incidir sobre o piso salarial de dezembro de 2024, desde que não se enquadre nas condições dos incisos anteriores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Toda e qualquer importância paga à empresa de prestação de serviços pelo trabalho prestado pelo empregado, como integrante de sua remuneração, será a ele repassada, na forma ajustada no contrato de trabalho, de modo a evitar apropriação indébita dos valores pelos representantes da empresa, seus prepostos ou à sua ordem, devendo ser adotadas pelo sindicato dos trabalhadores, as medidas necessárias à reparação do direito do trabalhador.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As antecipações de salários, gerais e lineares, ocorridas entre 1º de janeiro de 2024 a dezembro do mesmo ano, poderão ser deduzidas por ocasião do reajuste em janeiro de 2025, não se confundindo com aumentos espontâneos, que se incorporam aos salários.

**PARÁGRAFO QUARTO** – As entidades sindicais que assinam este instrumento não concordam com qualquer alteração que busque reduzir o salário do empregado mediante a mudança de nomenclatura da sua faixa salarial. Devendo tais práticas serem de pronto denunciadas para que as partes acordantes busquem as medidas pertinentes.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Fica assegurado aos empregados que laboram em presídios o adicional de risco de vida, o mesmo nominado nos editais de licitação como periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), incidente sobre a remuneração.

**PARÁGRAFO SEXTO** – DISPÊNDIO FINANCEIRO - A presente CCT acarretará em um dispêndio financeiro de 11,59% (onze vírgula cinquenta e nove por cento) sobre os preços praticados em 31/12/2024, obtido pela média da alteração salarial (pisos salariais); do vale alimentação; da cesta básica e do plano de saúde, dentre outros.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As diferenças salariais do mês de janeiro de 2025, vale alimentação, cesta básica, auxílio creche, e outros valores referentes ao mês de janeiro, deverão ser pagos na folha de pagamento de fevereiro de 2025.

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - DA OBRIGATORIEDADE DE CONCESSÃO DE REAJUSTE PELOS TOMADORES**

Fica desde já ajustado que todos os tomadores de serviços, sejam eles do âmbito privado ou público (Estadual, Municipal ou Federal), deverão efetuar o repasse para as empresas prestadoras de serviços dos reajustes de todas as cláusulas econômicas existentes na presente norma coletiva (piso salarial, reajuste salarial, vale-alimentação, plano de saúde, ajuda de custo, auxílio-creche, vale-transporte, dentre outros).

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE SALÁRIOS**

As empresas fornecerão, aos seus empregados, comprovantes de pagamentos da remuneração laboral (contracheques) como documento pessoal, formalmente preenchidos, discriminando os valores recebidos e seus respectivos descontos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho realizado. Servirá de recibo para a empresa como prova do pagamento em dinheiro. O depósito bancário terá força de recibo, nos termos do art. 464 da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As empresas também poderão fornecer os contracheques com a discriminação das verbas de forma eletrônico/digital, assegurando ao trabalhador o acesso direto do seu contracheque eletrônico/digital até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao trabalho, sendo garantido ao empregado o direito de opção quanto ao recebimento contracheque físico ou eletrônico/virtual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A imposição de assinatura de recibo sem o respectivo pagamento, constitui ato ilícito, cabendo ao SEEACONCE e SEACEC, em conjunto ou separadamente, adotar as medidas administrativas ou judiciais para coibir a ilegalidade.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS**

Fica assegurado que os pagamentos dos salários serão efetuados de forma a que estejam efetivamente disponibilizados aos empregados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica estipulada uma multa, de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado, salvo se a mora se operar por culpa do empregado, mediante comprovação da empresa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os pagamentos serão efetuados preferencialmente nos locais de trabalho, dentro do horário de expediente, ou logo após. Em caso de depósito em estabelecimento bancário, de crédito ou seu correspondente, deverá ser realizado próximo ao local de trabalho, nos termos dos arts. 464 e 465 da CLT.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA NÃO REDUÇÃO DO PISO SALARIAL - DO TRABALHO EM TEMPO PARCIAL**

O tomador de serviço não poderá pagar a empresa prestadora de serviço valor, por empregado, menor do que o piso salarial da categoria previsto nesta convenção coletiva de trabalho, a não ser que no ato da contratação tenha sido contratado o empregado em regime de tempo parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica garantido para o empregado contratado em regime de tempo parcial, vale alimentação e todos os demais benefícios desta convenção coletiva de trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O parâmetro para o cálculo do salário do empregado contratado em regime de tempo parcial deverá ser o piso salarial da categoria previsto no presente instrumento coletivo de trabalho e de acordo com sua função/faixa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica estabelecido que o regime de tempo parcial previsto nesta cláusula é aquele definido no art. 58 - A da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo vedado a utilização de qualquer outro tipo de regime de tempo parcial.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Os trabalhadores que laborarem em regime de jornada distinto do estabelecido no art. 58-A da CLT, ou seja, acima de 30hs semanais sem possibilidade de horas extras; ou acima de 26hs semanais considerando a possibilidade de 6hs extraordinárias; não poderão receber valores inferiores ao piso salarial da categoria previsto na convenção coletiva de trabalho.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

### **CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO**

As empresas pagarão o 13º salário na forma estipulada em Lei.

**Parágrafo primeiro** – Poderão as empresas, se preferirem, antecipar a primeira parcela do 13º salário juntamente na data do retorno das férias anuais.

**Parágrafo segundo** – Fica estipulada uma multa, de 2% (dois por cento) do valor do salário, por dia de atraso, revertido em benefício do empregado prejudicado, salvo se a mora se operar por culpa do empregado.

## **ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA NONA - HORA-EXTRA**

As horas extras laboradas, quando se tratar da escala normal de trabalho (44 horas semanais) utilizará como divisor para se alcançar o seu valor, 220 horas, sendo as referidas horas pagas com o acréscimo de 75% (setenta e cinco por cento). Se a hora em sobrejornada for prestada aos domingos e ou feriados, incidirão sobre a hora normal o percentual de 100% (cem por cento) na forma da Súmula 146 do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**– Na escala 12X36, quando existir o labor extraordinário será utilizado como divisor para se encontrar a referida hora 220 horas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em caso de mais de 02 (duas) horas extraordinárias ao dia, deverá haver anuência do Sindicato Profissional, exceto nos casos eventuais e emergências, nos termos do art. 61 da CLT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Sobre as horas extras prestadas em ambientes insalubres e/ou em horário noturno incidirão sobre as aludidas os adicionais respectivos.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Sobre as horas extras prestadas com habitualidade incidirão o repouso semanal remunerado, conforme estabelecido no art. 7º da Lei 605/49, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.415/85.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Consoante previsão legal, sobre a hora extra poderá incidir os dois adicionais previstos no parágrafo terceiro, desde que aconteçam os fatos geradores (insalubridade e adicional noturno), no entanto o cálculo dos dois adicionais terá sempre como base o valor único do salário do trabalhador, evitando a adição do valor do primeiro adicional ao salário e sobre o resultante deste o cálculo do segundo.

## **ADICIONAL NOTURNO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO**

Para os empregados que trabalhem em horário noturno, assim considerado o desenvolvido entre 22:00h às 05:00h do dia seguinte, fica assegurado o adicional noturno na base de 21% (vinte e um por cento), calculados sobre o valor da hora normal.

## **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica assegurado aos empregados que exercerem tarefas em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, os percentuais previstos em lei, assim também consideradas as normas emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego sobre medicina e segurança do trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - assegura-se ao trabalho executado em hospitais, clínicas, postos de saúde, laboratórios, ambulatórios e rabecão, o adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento), sobre o piso salarial de cada empregado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As atividades exercidas em estação de tratamento e limpeza de esgoto público ou privado serão remuneradas a insalubridade no percentual de 40% (quarenta por cento) previsto nas Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego, incidente sobre o piso salarial do empregado;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na rede hospitalar onde haja internação e tratamento de doenças infecto-contagiosas, o grau de insalubridade aplicado será o máximo, o percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o piso salarial do empregado;

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quando o trabalho desenvolvido implicar na incidência de um índice diverso de insalubridade que o previsto, será o mesmo determinado através de perícia, podendo ser acompanhado por peritos da outra parte. Em caso de conflito entre os laudos oferecidos, serão os documentos encaminhados ao Ministério do Trabalho e Emprego para a solução do confronto.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Permanecendo inalteradas as condições de trabalho, a empresa que suceder a outra prestadora de serviço obriga-se à continuidade do pagamento do adicional de insalubridade ao empregado, no mesmo percentual anteriormente pago pela prestadora de serviço sucedida

## **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE**

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE GARUPEIRO

A partir de 2025, são assegurados aos empregados que necessitam praticar suas atividades laborais com a utilização de motocicleta no deslocamento em vias públicas, independente da nomenclatura da função, independente se atua como piloto ou passageiro (garupeiro), o pagamento do adicional de periculosidade, nos termos do art. 193, § 4º, da CLT.

**Parágrafo Primeiro:** Não é devido o pagamento do adicional de periculosidade previsto no caput desta cláusula, quando as atividades consistirem:

- a) a utilização de motocicleta ou motoneta exclusivamente no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela;
- b) as atividades em veículos que não necessitem de emplacamento ou que não exijam carteira nacional de habilitação para conduzi-los;
- c) as atividades em motocicleta ou motoneta em locais privados.
- d) as atividades com uso de motocicleta ou motoneta de forma eventual, assim considerado o fortuito.

**Parágrafo Segundo:** Havendo revogação da NR 16, que regulamenta o adicional de periculosidade para os profissionais que trabalham em motocicletas, ou revogação de qualquer forma da previsão de periculosidade para trabalhadores que desempenham as atividades em motocicleta, a presente cláusula perde a validade e poderá deixar de ser pago o referido adicional, não incorporando ao contrato de trabalho, por se tratar de “salário condição”.

## AJUDA DE CUSTO

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRABALHO REALIZADO FORA DA SEDE

Com o intuito de custear despesas decorrentes de viagem/deslocamento para a realização de trabalho fora do local de serviço habitualmente prestado pelo trabalhador, em deslocamentos superiores a 100 Km de distância do local de prestação de serviço, será pago a título de diária a importância de R\$ 116,78 (cento e dezesseis reais e setenta e oito centavos).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Se o deslocamento for menor que o estabelecido no “caput” desta cláusula e houver necessidade de pernoite do empregado ou o mesmo ultrapassar sua jornada normal de trabalho é devida a diária em referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Se já existir o pagamento de diária mais favorável do que o valor estabelecido nesta cláusula, deve ser mantida a condição mais vantajosa para o empregado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica convencionados que os trabalhadores albergados por esta CCT e que recebam ajuda de custo para manutenção e/ou combustível de motos, terão reajuste de 5% (cinco por cento) sobre o respectivo benefício.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CESTA BÁSICA

Fica instituído o pagamento, a título de cesta básica, no valor mensal de R\$ 106,00 (cento e seis reais), o que deve ser pago mensalmente, até o 1º (primeiro) dia de cada mês.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE REFEIÇÃO

A alimentação será fornecida pela empresa, em única parcela, até o 1º (primeiro) dia de cada mês, por meio de vale ou cartão refeição/alimentação para os trabalhadores que laborem jornada de 6 (seis) horas diárias, e acima de 6 horas diárias, diurna ou noturna.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A alimentação “*in natura*” deverá observar as prescrições, junto ao tomador e a empresa, de qualidade e quantidade calórica e proteica previstas no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, sendo possível o fornecimento da alimentação “*in natura*” apenas nas hipóteses de os tomadores de serviços possuírem refeitórios próprios e fornecerem alimentação para os prestadores de serviços contratados, sendo vedado, pelo empregador, o fornecimento de alimentação “*in natura*” através de quentinhas distribuídas diariamente em cada posto de serviço.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando realizada na modalidade de vale ou cartão refeição/alimentação, as empresas fornecerão o vale no valor mínimo de **R\$ 27,60 (vinte e sete reais e sessenta centavos)**, correspondendo aos dias efetivamente trabalhados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As empresas que já disponibilizavam valor superior ao mínimo fixado da CCT de R\$ 27,60 (vinte e sete reais e sessenta centavos), reajustarão o respectivo vale alimentação no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor anteriormente pago, não podendo ser o valor do vale ser inferior ao valor estabelecido no parágrafo terceiro.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Os vales ou cartões refeição/alimentação, serão preferencialmente entregues nos locais de trabalho. Caso não haja condições e os mesmos forem entregues na sede da empresa, esta fornecerá vales transporte para o deslocamento do empregado do local de trabalho para a empresa e também para o seu retorno.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Se o empregado faltar ao trabalho e tiver recebido vale ou cartão refeição/alimentação, caberá a empresa descontar o vale referente ao dia que faltou, na forma da lei, sem prejuízo da possibilidade do desconto ser efetuado nos vales do mês seguinte ou crédito no cartão eletrônico, ressalvadas as condições mais favoráveis ao trabalhador, sendo vedado o desconto em folha de pagamento, sob pena de incidir em multa por descumprimento de CCT.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O fornecimento de vales ou cartões alimentação/refeição será incluído nos contratos públicos novos, assim considerados os pactuados, por meio de licitação, a partir da Convenção Coletiva do ano de 2006. Nos Contratos públicos em curso, apresentará o empregador a presente Convenção Coletiva, de modo a ajustar a previsão de custos eventualmente alterada em decorrência da presente cláusula. Em caso de recusa da tomadora, manter-se-á, a condição vigente até o encerramento do pacto, devendo ser comunicada aos sindicatos convenientes, que adotarão as medidas que julgarem necessárias à defesa das suas categorias.

**PARÁGRAFO SÉTIMO - Excetuam-se** da condição do parágrafo primeiro os estabelecimentos prisionais, diante da peculiaridade da prestação de serviço.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Os empregados autorizam o desconto **em folha** de 1% (um por cento) do valor total dos vales, cartões ou refeições recebidas.

**PARÁGRAFO NONO** – Será garantido ao empregado que labore horas extras em quantidade mínima de duas um vale adicional denominado "vale lanche" com o valor facial de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos).

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Ficam as empresas autorizadas a fornecerem o vale-alimentação em pecúnia quando, por algum motivo extraordinário, não for possível concretizar o fornecimento do vale-alimentação por meio do cartão no tempo previsto na presente cláusula. Nessas situações o fornecimento de vale-alimentação em pecúnia não terá natureza salarial, não se incorporando ao salário e deverá ser fornecido no prazo estabelecido no caput desta cláusula.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONCESSÃO DE VALES - TRANSPORTES

Os vales-transporte necessários para o deslocamento dos empregados no trajeto residência/trabalho/residência, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente devidos para

os dias de efetivo trabalho, excluídos os serviços seletivos e os especiais, tudo conforme prevista na Lei 7.418/1985, serão entregues pelos empregadores até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – para os empregados beneficiados com vales-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário-base, na forma da lei.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – aos empregados que trabalhem em regime de revezamento de 12x36, ou seja, somente trabalhem 15 (quinze) dias durante o mês, o desconto será de 3% (três por cento) sobre o salário-base, aplicado o tratamento legal, no que couber.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os vales-transporte serão preferencialmente entregues nos locais de trabalho. Caso não haja condições e os mesmos forem entregues na sede da empresa, esta fornecerá vales-transporte para o deslocamento do empregado do local de trabalho para a empresa e também para o seu retorno.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Poderá a empresa substituir os vales-transporte por cartão eletrônico (*pass card*), obrigando-se a disponibilizar o crédito correspondente até o primeiro dia útil do mês da respectiva prestação de serviços. Em caso de atraso, conferir-se-á o mesmo tratamento dado à falta de vales-transporte impresso.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Se o empregado faltar ao trabalho e tiver recebido vales-transporte para o seu deslocamento, caberá a empresa descontar o vales-transporte referente ao dia que faltou, na forma da lei, sem prejuízo da possibilidade do desconto ser efetuado nos vales-transporte do mês seguinte, no crédito do cartão eletrônico ou ajustadas em condições mais favoráveis ao trabalhador.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Ficam as empresas autorizadas a fornecerem o vale-transporte em pecúnia, quando por algum motivo não for possível concretizar o fornecimento do vale-transporte físico ou passcard no tempo previsto na presente cláusula. Nessas situações o fornecimento de vale-transporte em pecúnia não terá natureza salarial, não se incorporando ao salário e deverá ser fornecido no prazo estabelecido no *caput* desta cláusula.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PLANO DE SAÚDE E CONVÊNIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Fica acordado a instituição de PLANO DE SAÚDE, que será contratado pelas Empresas preferencialmente com operadora de plano de saúde conveniada ao SEACEC, na segmentação mínima AMBULATORIAL + HOSPITALAR SEM OBSTETRÍCIA em acomodação ENFERMARIA, de modo a permitir que os trabalhadores em atividade, exceto os já aposentados que não estejam em atividade junto às Empresas representadas pelo SEACEC, possam, mediante adesão voluntária e expressa, usufruir dos serviços de saúde ofertados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O PLANO DE SAÚDE contratado será, para o ano de 2025, no valor de R\$ 98,70 (noventa e oito reais e setenta centavos), sendo que a participação no subsídio do seu custeio será na razão de R\$ 49,35 (quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para o empregador e R\$ 49,35 (quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos) para o empregado, valor este que será descontado em folha de pagamento mediante autorização prévia e por escrito do empregado, sendo que a taxa de adesão será custeada integralmente pelo empregado. Eventuais reajustes no plano de saúde, serão suportados em partes iguais pelo empregado e empregador.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o empregado venha a aderir a plano de maior cobertura, de empresa conveniada pelo sindicato ou outra, será de sua responsabilidade o pagamento que acrescer.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Caso o empregador já tenha contratado PLANO DE SAÚDE, não estará obrigado a aderir ao plano de saúde referido, ficando assegurado ao empregado as garantias mínimas de preço e participação estipuladas nesta cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O empregado poderá incluir seus dependentes no Plano de Saúde, com o pagamento total às suas expensas, podendo os valores correspondentes ser descontados em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito do mesmo.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As empresas dispõem do prazo de até 90 (noventa) dias a contar do registro desta convenção para disponibilizar aos empregados a adesão ao plano de saúde.



**PARÁGRAFO SEXTO** – A participação facultativa do empregado no plano de saúde não configurará salário “in natura”, não se incorporando à remuneração do trabalhador para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS e nem constitui rendimento tributável do empregado.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXILIO FUNERAL**

As empresas concederão auxílio-funeral, a ser pago ao dependente ou dependentes do empregado falecido, durante a vigência do contrato de trabalho, em valor equivalente a 03 (três) pisos salariais da categoria, na faixa que o empregado falecido estiver enquadrado, que será pago imediatamente após o óbito.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Na falta de dependentes do empregado, farão jus ao recebimento do benefício do auxílio-funeral os sucessores do empregado falecido, na forma da lei civil.

## **AUXÍLIO CRECHE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXILIO CRECHE**

As empresas devem pagar auxílio creche aos trabalhadores, independente de ser pai ou mãe, no valor de R\$ 258,79 (duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos) por filho nascido vivo, até o 6º mês de vida da criança, o que deve ser pago em folha.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Em caso de o pai e da mãe da criança serem empregados da mesma empresa, não é devido valor dobrado, mas apenas o valor nos moldes do caput, para um deles.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Fica facultado o pagamento em 06 parcelas iguais e mensais, com primeiro vencimento no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao empregador tomar ciência do nascimento, e no mesmo dia dos meses subsequentes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Em caso de morte do filho após o nascimento, a empresa se desobrigará ao pagamento das parcelas remanescentes.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Em caso de terminação do contrato de trabalho, a empresa fica obrigada a realizar o pagamento remanescente em rescisão.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - COMPLEMENTO PREVIDENCIÁRIO**

As empresas efetuarão o pagamento da complementação da diferença existente entre os valores recebidos da Previdência Social e a média da remuneração percebida pelo empregado nos últimos doze meses que antecedem o início da concessão do benefício, enquanto o mesmo estiver de licença por motivo de acidente de trabalho, recebendo benefício previdenciário, não possuindo a quantia paga pela empresa, natureza salarial.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONVÊNIOS COM FARMACIA**

As empresas buscarão firmar convênios com farmácias objetivando a aquisição de medicamentos e produtos afins para desconto mensal em folha de pagamento, a ser procedido nas mesmas condições obtidas na negociação.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**

## **NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DESVIO DE FUNÇÃO**

Não será permitida a utilização do empregado para o exercício de atividades distintas das quais tenha sido contratado e incompatível com a função que exerce, excetuando-se quando se tratar de substituição eventual para exercício de funções similares.

## **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CARTA DE REFERÊNCIA**

No ato da rescisão do contrato de trabalho por dispensa sem justa causa, as empresas fornecerão aos seus empregados Carta de Referência, relativa ao respectivo Contrato de Trabalho, no sentido de contribuir para que os empregados consigam novos empregos.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

A empresa se compromete a enviar relação mensal dos contratos de trabalho rescindidos ao sindicato laboral e custear o transporte e alimentação daqueles empregados lotados e/ou que residam no interior para receber sua rescisão.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CARTÃO OU CONTROLE DE PONTO ÚNICO**

O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados em cartão, papeleta, livro de ponto, cartão magnético ou, ainda, por outros meios eletrônicos, conforme a legislação em vigor.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica autorizada, no presente Instrumento Normativo, a adoção de sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de transmissão de dados por telefone e/ou rádio transmissor, pelas empresas abrangidas por esta Norma, desde que não haja infração legal ou prejuízo ao trabalhador, bem como seja garantido amplo acesso aos horários registrados no registro de ponto, seja por recibo de registro de ponto ou por qualquer outro meio que garanta a lisura do controle de jornada e a transparência para o trabalhador.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O horário que será anotado nos controles é o de efetiva entrada e de saída do trabalhador, devendo ser observado o rigor das anotações especialmente em casos em que não há rendição do posto de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - As empresas obrigam-se a utilizar, no controle de entrada e saída dos empregados, apenas um único cartão ou controle de ponto, para horas normais e horas extraordinárias.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Em face da natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, a ficha de registro de empregados, as folhas de ponto e os demais livros poderão ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Quando a prestação dos serviços pelo empregado ocorrer fora da sede das empresas, o registro do horário de trabalho (entrada e saída) dos empregados deverá ser realizado tão somente por cartão, papeleta, livro de ponto e cartão magnético.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Ademais, quando a prestação dos serviços pelo empregado ocorrer fora da sede das empresas, será computado e registrado como horário de trabalho, o tempo de deslocamento do

empregado do local da prestação dos serviços até a sede das empresas ou até o local que não mais esteja à disposição da empresa.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PISOS FUTUROS**

No caso de haver licitação onde sejam solicitados trabalhadores para exercício de funções não incluídas nas faixas e pisos definidos na cláusula anterior, caberá aos sindicatos convenientes fazer o enquadramento da nova função, por meio de aditivo à presente convenção coletiva.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caso a nova função não se enquadre em nenhuma das faixas existentes, deverão os convenientes criar nova(s) faixa(s), de modo a promover o tratamento adequado à atividade a ser realizada, utilizando-se da descrição constante na Classificação Brasileira de Ocupação – CBO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Para a validade do acordo estabelecidos **no** *Caput* desta cláusula, deve o mesmo ser realizado em tempo hábil, em até 30 (trinta) dias do edital de licitação correspondente, assegurando-se ampla divulgação para todos os interessados;

## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

Fica vetada a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado que estiver a, no máximo, 20 (vinte) meses de sua aposentadoria, desde que seu contrato com a empresa tenha, pelo menos, igual duração.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO EMPREGADO ESTUDANTE**

O empregado estudante, matriculado e cursando regularmente qualquer nível do Sistema Educacional, deverá comunicar previamente à empresa a condição, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino.

**Parágrafo Primeiro** – o empregado estudante não poderá prestar serviço extraordinário, durante o período letivo.

**Parágrafo Segundo** - o empregado estudante terá abonada a sua ausência ao trabalho durante o horário de prestação de exames curriculares ou vestibulares, desde que comunique à empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) comprovando posteriormente sua realização no mesmo prazo, através de declaração fornecida pelo estabelecimento de ensino.

**Parágrafo Terceiro** - As empresas concederão férias a seus empregados estudantes em períodos que coincidam com as férias escolares regulares, e devendo o benefício ser solicitado pelo empregado, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de Trabalho dos empregados, inclusive, porteiros diurnos e noturnos, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

**Parágrafo único-** A jornada normal de trabalho poderá ser acrescida de 2 (duas) horas suplementares, mediante ajuste escrito com o empregado e serão remuneradas com adicional de 75% (setenta e cinco por cento).

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FALTAS JUSTIFICADAS**

Além dos casos previstos no art. 473 da CLT, poderá o empregado faltar ao serviço, sem que lhe seja efetuado qualquer tipo de desconto salarial:

I – 02 (dois) dias quando do falecimento de dependente, assim já declarados previamente perante a empresa, previdência social ou receita federal;

II – Até 02 (dois) dias para o fim de se alistar eleitor ou requerer transferência, desde que comunique a empresa com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, conforme o art. 48, do Código Eleitoral; e

III – Pelo tempo necessário ao exercício do sufrágio para os trabalhadores que cumprirem jornada de trabalho em regime de compensação.

**Parágrafo Único** – Em caso do sepultamento ou velório ocorrer em localidade que diste mais de 100 km (cem quilômetros) da residência do empregado, o prazo previsto no inciso I deve ser prorrogado para 03 (três) dias, devendo tal condição ser comprovada em 24 horas após o retorno ao serviço.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS PARA ASSISTÊNCIA MATERNA OU PATERNA**

Serão abonadas as faltas dos trabalhadores (pai ou mãe), limitadas a 12 (doze) dias anuais, em decorrência da necessidade de assistir seus filhos ou outros dependentes menores de 12 (doze) anos e/ou inválidos, desde que declarados perante a empresa, ficando o trabalhador obrigado ao fornecimento de atestado ou declaração médica para comprovação do fato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O limite estabelecido no caput poderá ser prorrogado, desde que comprovada a necessidade da assistência por médico que realizou o atendimento ou o acompanhamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Em caso do trabalhador e da trabalhadora serem empregados da mesma empresa, apenas um deles poderá usufruir do benefício estabelecido no caput.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO ESPECIAL**

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, com a concessão de intervalo de 30 minutos para repouso e alimentação e os demais 30(trinta) minutos restantes serão indenizado. Na hipótese da não concessão deste intervalo, o empregador se obriga a remunerar integralmente o período correspondente como indenização.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, mas remunerados no percentual de 21% para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

**PARÁGRAFO QUARTO.** A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 75% sobre a hora normal de trabalho.

**PARÁGRAFO QUINTO.** Em todas as escalas que venham a ser praticadas haverá a utilização do divisor de 220 horas mensais.

**PARÁGRAFO SEXTO** –Fica estabelecido que os empregados que trabalharem nesta escala e no período noturno farão jus a 15 (quinze) horas extras mensais cada um.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DIA DA CATEGORIA PROFISSIONAL**

Fica estabelecido o dia 05 (cinco) de outubro como o dia da categoria profissional abrangida por esta convenção. No referido dia pode haver labor dos empregados que perceberão a remuneração referente ao dia em comento em dobro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Em possuindo o tomador público de serviço dia específico e que seja feriado devidamente gozado entre os meses de janeiro e outubro de 2025 e janeiro e outubro de 2026, não haverá o pagamento em dobro na forma do “caput” desta cláusula tendo em vista o feriado já gozado.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - REUNIÃO DE TRABALHO**

As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, deverão ser realizadas durante o expediente dos empregados.

**Parágrafo Único** - Caso ultrapassarem a jornada normal de trabalho, as horas excedentes serão remuneradas como extraordinárias, ou compensadas na semana seguinte

### **FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS**

As empresas obrigam-se a avisar ou comunicar a seus empregados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, o início da fruição das férias.

**Parágrafo Primeiro** - O início do gozo das férias não poderá coincidir com o repouso remunerado, feriados nem com os dias já compensados.

**Parágrafo Segundo** - As empresas que cancelarem a concessão de férias já comunicadas, pagarão todas as despesas que porventura o empregado tenha realizado quando do seu planejamento, desde que devidamente comprovadas.

**Parágrafo Terceiro** - As férias deverão ser pagas e gozadas até o 8º (oitavo) mês após o término do período aquisitivo, sob pena de pagamento em dobro.

**Parágrafo Quarto** - O pagamento das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início do respectivo gozo e será calculado a partir da remuneração que for devida ao (a) empregado (a) no mês anterior.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

As férias proporcionais pagas quando da rescisão do contrato de trabalho, deverão ser acrescidas do adicional de 1/3 (um terço) sobre a maior remuneração paga.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO - EPI**

Aos trabalhadores que executam suas tarefas no serviço de coleta de lixo urbano e no aterro sanitário, serão fornecidos pelas empresas, gratuitamente, os equipamentos de proteção necessários (EPI'S), tais como: luvas, sapatos ou botas, capacetes e outros, consoante com o que dispõe a Portaria n.o 3.214 de 1978 em sua NR-06.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Caso o empregado tenha seu contrato de trabalho rescindido, fica ele obrigado a devolver os equipamentos recebidos, na condição em que se encontrarem.

## **UNIFORME**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - VESTIÁRIO**

As empresas manterão cabinas, nos locais de prestação de serviço, destinadas à mudança ou troca de roupas, dotadas de reais condições de segurança, higiene e asseio, nos termos das Normas Regulamentadoras, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - USO DE UNIFORMES**

Quando o uso de uniformes for exigido pela empresa, fica a mesma obrigada a fornecer ao empregado, gratuitamente, de uma só vez, para o período de 01 (um) ano, 02 (dois) uniformes completos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - responderá o empregado pela reposição resultante de extravio ou mau uso dos uniformes, quando devidamente comprovado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Um terceiro uniforme completo será entregue, para o empregado, caso fique comprovado o desgaste natural de qualquer daqueles anteriormente entregues.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Aos trabalhadores que executam suas tarefas no serviço de coleta de lixo urbano e no aterro sanitário, serão fornecidos pelas empresas, gratuitamente, 04 (quatro) uniformes completos.

**PARÁGRAFO QUARTO**- Caso o empregado tenha seu contrato de trabalho rescindido, fica ele obrigado a devolver os uniformes na condição em que se encontrarem.

## **CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ELEIÇÕES DA CIPA**

As empresas obrigam-se a cumprir com rigor as normas legais vigentes, notadamente as da NR-05 da Portaria Ministerial 3.214/78 no tocante à CIPA e suas eleições.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, fornecidos, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa ou mediante convênio/SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os atestados médicos serão entregues pelo empregado nos locais de trabalho onde a empresa tenha supervisor, chefe de equipe ou encarregado, em envelope lacrado, a ser encaminhado ao setor de pessoal da empresa ou ao serviço médico.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – No período máximo de 24h (vinte quatro horas) contados do início das faltas do empregado em razão da doença, deve o mesmo comunicar a empresa o fato, seja através de terceiros ou por qualquer meio de comunicação que possibilite ao empregador tomar conhecimento do motivo da falta do empregado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os trabalhadores deverão ainda enviar o atestado médico de forma virtual no WhatsApp e/ou e-mail disponibilizado pela empresa no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da emissão do mesmo.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou por outrem, nos locais de trabalho onde a empresa tenha supervisor, chefe de equipe ou encarregado, em envelope lacrado, nas 24 (vinte e quatro) horas após o retorno do empregado ao serviço, devendo a pessoa que recebeu o atestado dar visto na via do empregado, podendo, no mesmo prazo, entregar ao responsável no posto de serviço nos locais de trabalho onde não houver.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O prazo estabelecido no parágrafo terceiro só será válido após a devida comunicação de forma individual e expressa do empregador ao trabalhador, informando o referido prazo e WhatsApp e/ou e-mail para envio dos atestados médicos.

## **PRIMEIROS SOCORROS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO TRANSPORTE DO ACIDENTADO**

As empresas obrigam-se a garantir o transporte gratuito do empregado acidentado do local de trabalho até o local do atendimento médico. Na impossibilidade de deslocamento do acidentado, após o atendimento médico, o transporte será estendido até a sua residência.

## **OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A documentação exigida pela Previdência Social será fornecida pelos empregadores, quando solicitada pelo empregado, em 05 (cinco) dias úteis.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Por ocasião da rescisão contratual, os empregados que desempenharem suas funções em condições especiais, recebendo os adicionais previstos legalmente para as atividades respectivas, receberão cópia do PPP.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO**

A empresa deverá comunicar o acidente de trabalho à previdência social nas 24 horas que sucederem ao acidente e, em caso de óbito, imediatamente, às autoridades competentes. Da comunicação a que se refere esta cláusula, receberão cópias o acidentado ou seus dependentes, bem como o Sindicato Profissional e os órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DO ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL**

Será facilitado o acesso aos diretores do Sindicato dos Trabalhadores para a realização de visitas às sedes das empresas, a fim de tratar de assuntos relacionados com a categoria e os associados.

## **REPRESENTANTE SINDICAL**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL**

Em consonância com os termos da Nota Técnica Nº. 2, de 26 de outubro de 2018, da Coordenação de Liberdades Sindicais (Conalis), do Ministério Público do Trabalho- MPT, bem como com os termos do Enunciado Nº. 24, da Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), igualmente, do MPT, e com os termos do acordo judicial celebrado nos autos do Processo nº. 0001879-27.2016.5.07.0013, originário da 13ª. Vara do Trabalho de Fortaleza-CE, as empresas abrangidas por esta CCT, descontarão dos salários de seus trabalhadores, não associados, a título de contribuição negocial, nos meses de fevereiro e maio de 2025, e março e junho de 2026, a importância de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), em cada um dos meses mencionados, obrigando-se a recolher a quantia resultante do desconto, diretamente na tesouraria do Seeaconce ou através de boletos gerados no website do Sindicato Profissional: [www.seeaconce.org.br](http://www.seeaconce.org.br), até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica assegurado o direito de se opor ao desconto de que trata o caput, desta Cláusula, a todos os trabalhadores, não associados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que ele for efetuado, a ser apresentada de maneira pessoal, formal e expressamente diretamente ao Seeaconce, em 03 (três) vias de igual teor e forma, devidamente assinada e preenchida pelo trabalhador; ficando vedada às empresas qualquer conduta, direta ou indireta, visando à sua fomentação, caracterizando-se a sua inobservância em ato antissindical, para todos os efeitos legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As empresas encaminharão ao sindicato laboral, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o desconto referido no *caput* desta cláusula, as cópias das guias de recolhimento da contribuição negocial devidamente pagas e autenticadas, com a respectiva relação dos(as) trabalhadores(as) contribuintes.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O atraso no recolhimento da contribuição negocial sujeitará a empresa ao pagamento do valor principal acrescido de correção monetária com base na variação da TR, juros de 1% (um por cento) ao mês, além de multa equivalente a 2% (dois por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO** - A multa estabelecida no parágrafo anterior será aplicada sobre o valor original acrescido de correção e juros.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Em havendo ação judicial ou imputação de prejuízo decorrente da aplicação da presente cláusula com a citação do sindicato patronal, qualquer responsabilidade que ao mesmo seja imputada deverá ser arcada pelo sindicato laboral, podendo o sindicato patronal denunciar a lide na forma da Lei.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS DIRETORES DO SINDICATO PROFISSIONAL**



Fica assegurada a liberação remunerada de 7 (sete) diretores membros da diretoria do sindicato profissional, até o término da vigência da presente convenção coletiva de trabalho, sem prejuízo do tempo de serviços e das parcelas componentes de suas remunerações, em número de 1 (um) diretor sindical por empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A lista de nomeação, ou os nomes dos diretores liberados, será enviada ao sindicato patronal no prazo de 03 (três) dias após a assinatura da presente convenção.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Respeitado o numero de um diretor por empresa, poderá o sindicato laboral requerer a substituição do diretor liberado, desde que o faça com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO DA MENSALIDADE SOCIAL

As mensalidades devidas ao Sindicato Profissional, como mensalidade social, serão descontada nos termos do art. 545 da CLT, devendo ser autorizado pelo empregado por escrito.

**Parágrafo Primeiro** – O desconto da mensalidade equivalerá a 2% (dois por cento) do piso salarial da 1ª faixa remuneratória indicada na cláusula terceira e serão repassados os valores até o 5º (quinto) dia útil após o desconto, na tesouraria do Sindicato Profissional ou por meio de depósito bancário.

**Parágrafo Segundo** - As empresas encaminharão mensalmente ao sindicato profissional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o prazo referido no caput desta clausula, os comprovantes de depósito bancário e/ou boleto bancário, com a respectiva relação dos(as) trabalhadores(as) contribuintes, sob pena de multa equivalente a 01 (um) piso salarial da categoria por mês de descumprimento em favor do sindicato profissional.

**Parágrafo Terceiro** - As empresas que não obedecerem o prazo estabelecido no parágrafo primeiro, ficam sujeitas ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor retido.

### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas pertencentes as categorias econômicas aqui representadas, deverão recolher até o mês de junho de 2025 a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL patronal para a expansão dos serviços de custeio desta campanha salarial, no valor abaixo destacado, de acordo com seu enquadramento empresarial abaixo destacado:

PORTE DA EMPRESA	VALOR (R\$)
CPF e MEI	276,27
ME e EPP	471,92
MÉDIO	943,85
NORMAL	1.221,20

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O pagamento previsto no caput deverá ser realizado através de boleto bancário ou na sede do Sindicato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O recolhimento da contribuição assistencial patronal efetuado fora do prazo mencionado no parágrafo anterior, será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos primeiros 30 (trinta) dias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Por mês subsequente de atraso, além da multa estabelecida no parágrafo anterior, serão devidos juros de mora de 1 % (um por cento).

**PARÁGRAFO QUARTO** - A Entidade Sindical Patronal, como parte integrante do sistema SICOMÉRCIO e, conforme previsto no estatuto social, efetivará a partilha da receita advinda da contribuição assistencial, da seguinte forma:

- a) 10% (dez por cento) à CNC;
- b) 20% (vinte por cento) para a Federação;

c) 70% (setenta por cento) para o Sindicato.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Em havendo ação judicial ou imputação de prejuízo decorrente da aplicação da presente cláusula com a citação do sindicato laboral, qualquer responsabilidade que ao mesmo seja imputada deverá ser arcada pelo sindicato patronal, podendo o sindicato laboral denunciar a lide na forma da Lei.

## **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas abrangidas pelo Sindicato das Empresas de Asseio e conservação do Estado do Ceará deverão recolher o valor de R\$ 1.505,00 (Hum mil e quinhentos e cinco reais), parcelado em duas vezes, nos meses de julho/2025 e outubro/2025, a título de contribuição confederativa, que deverá ser repassado com boleto bancário ou na sede do Sindicato, até o dia 10 de julho/2025 e 10 de outubro de 2025, respectivamente, de acordo com o Art. 8º Inciso IV, da Constituição Federal e demais normas legais.

**Parágrafo Único** – Os atrasos no prazo de recolhimento estão sujeitos às mesmas penalidades previstas na cláusula anterior.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

As empresas enviarão à entidade sindical profissional, mensalmente, a partir da competência do mês de março até o mês de dezembro, a relação dos empregados abrangidos pela contribuição sindical (imposto), na forma da legislação pertinente.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL**

As empresas que pretendam participar de licitações promovidas por órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

**Parágrafo Primeiro-** Essa certidão será expedida pelo SEACEC/SEEACONCE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo-** Consideram-se obrigações sindicais, para fins de expedição da citada certidão, o recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica), bem como de todas as taxas e contribuições aqui inseridas, de acordo e nos termos das cláusulas que as prevêem.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO**

Na hipótese de descumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sem previsão de sanção pecuniária específica, fica a parte infratora sujeita à multa equivalente ao prejuízo proporcionado, não sendo inferior, em qualquer caso, ao valor do maior piso salarial a ser pago em favor da parte prejudicada.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA DIFERENCIADA - RENOVAÇÃO DE CLÁUSULAS ECONÔMICAS 2026**

A vigência de 2 (dois) anos prevista na cláusula primeira do presente instrumento coletivo tem validade para todas as cláusulas sociais, devendo todas as cláusulas de natureza econômica (pisos salariais, reajuste,

auxílio alimentação, auxílio creche, plan de saúde, contribuições, dentre outras) serem negociadas e reajustadas no ano de 2026, através de formalização de aditivo entre os dois sindicatos convenientes.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ENCARGOS SOCIAIS**

Com o objetivo de assegurar a exequibilidade dos contratos prestados pelas empresas assistidas por esta CCT e a consequente adimplência do cumprimento das obrigações decorrentes dos ENCARGOS SOCIAIS e TRABALHISTAS, fica convencionado que deve ser praticado pelas empresas albergadas nesta convenção o percentual mínimo de encargos sociais e trabalhistas conforme ANEXO I que passa a fazer parte integrante desta CCT.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - SESMT**

Fica facultado para as empresas albergadas por esta Convenção Coletiva de Trabalho a terceirização dos seus SESMT'S em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 4 e suas posteriores alterações.

### **PARÁGRAFO ÚNICO - SESMT COLETIVO**

Fica facultada às empresas a constituição de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT COLETIVO, organizado e administrado pelo SEACEC, visando à promoção da saúde e da integridade do trabalhador da categoria nos seus locais de trabalho, em conformidade com o disposto no item 4.14.3 da NR 4 do Ministério do Trabalho.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ESFORÇOS NO CUMPRIMENTO DA PRESENTE CONVENÇÃO POR ÓRGÃO TOMADOR DE SERVIÇOS**

As partes que pactuam o presente instrumento se comprometem a realizarem todos os esforços necessários para o efetivo cumprimento das cláusulas acertadas pelos órgãos públicos tomadores de serviço, principalmente no que tange aos reajustes salariais e demais cláusulas financeiras.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não obstante os esforços realizados como demonstrado no “caput” desta cláusula a presente convenção deve ser cumprida na forma da Lei.

### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Fica estabelecido que o termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), que é uma faculdade dos empregados e empregadores, será firmado pelo Sindicato Laboral, desde que a empresa esteja cumprindo rigorosamente com todas as cláusulas convencionadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO :** O termo previsto no caput da presente cláusula discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente e dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Por cada termo de quitação anual firmado pelo Sindicato Laboral, será pago pelos empregadores a referida Entidade Sindical Laboral os valores discriminados na tabela abaixo, que serão reajustados anualmente. Ademais, fica vedado o desconto pelos empregadores de qualquer valor do trabalhador para fins de emissão do termo de quitação anual.

### **TABELA DE VALORES QUITAÇÃO ANUAL**

<b>QUANTIDADE POR TERMO DE QUITAÇÃO</b>	<b>VALOR POR TERMO DE QUITAÇÃO</b>

01 A 100	R\$ 80,00
101 A 200	R\$ 70,00
201 ACIMA	R\$ 60,00

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Para as empresas prestadoras de serviços, as quais mantêm contratos com entes públicos com previsão de conta-depósito vinculada, que não realizarem a homologação da rescisão contratual no sindicato, para a emissão do termo de quitação, os valores previstos no parágrafo anterior serão dobrados.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os empregadores e empregados que desejarem a emissão do termo de quitação anual de obrigações trabalhistas (art. 507-B da CLT), deverão agendar o comparecimento com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, junto ao Sindicato Profissional através do website [www.seeaconce.org.br](http://www.seeaconce.org.br), ou pelo telefone: 85 3453.8900 ou pessoalmente na sede do Ente Sindical.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para a emissão do termo de quitação anual, previsto nesta cláusula, os empregadores deverão comprovar junto a Entidade Sindical Laboral o seu respectivo pagamento, em até 01 (um) dia útil anterior a data designada para emissão do termo de quitação anual, sob pena de não emissão do referido termo de quitação anual.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - FORO COMPETENTE**

As controvérsias havidas entre os sindicatos patronal e laboral resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, caso não solucionadas de forma autônoma, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho no Estado do Ceará, na cidade de Fortaleza.

#### **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES E PCD'S. PREVISÃO DE CUSTOS EM CONTRATO**

Considerando que as empresas devem cumprir as cotas de aprendizagem e PCD's;

Considerando as particularidades da atividade de terceirização de serviços, notadamente no que se refere a ausência de mão de obra própria no âmbito administrativo das empresas;

Considerando que as empresas de terceirização de serviços comercializam o serviço através do fornecimento de mão de obra para diversos tomadores (público e privado);

Considerando que o cumprimento das cotas leva em consideração a quantidades de empregados vinculados no CNPJ;

Considerando a dificuldade de cumprimento das cotas no setor administrativo das empresas de terceirização de serviço;

Considerando que o maior tomador de serviço, em geral, é o ente público (estadual, federal ou municipal);

Considerando que os sindicatos convenientes são partes interessadas, como atores sociais, para o cumprimento das cotas previstas na legislação vigente;

Considerando que o Governo (Federal, Estadual ou Municipal) é um dos principais atores sociais que devem fiscalizar e incentivar o cumprimento da cota;

Os sindicatos convenientes RESOLVEM pactuar as obrigações abaixo estabelecidas, concernente ao cumprimento de cotas pelas empresas prestadoras de serviços e tomadores de serviço:

**Parágrafo primeiro.** As partes reconhecem as dificuldades práticas enfrentadas pelas empresas do setor de asseio e conservação para cumprir integralmente as disposições do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considerando as especificidades das atividades desenvolvidas, o perfil da mão de obra envolvida e as condições de mercado.

**Parágrafo Segundo.** Os tomadores de serviços, contratantes das empresas terceirizadas, ficam cientes que, quando da contratação de profissionais terceirizados, na planilha de custo será incluída os valores a se dispendidos com o cumprimento do programa de aprendizagem e cota para cumprimento de cota de profissionais com deficiência ou reabilitados.

**Parágrafo Terceiros.** Os entes públicos contratantes deverão incluir, obrigatoriamente, nos editais de licitação para contratação de serviços de asseio, conservação e terceirização de serviços em geral, nos termos do art. 92, inc. XVII da Lei Federal 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), a previsão de custos relacionados ao cumprimento do programa de aprendizagem, conforme disposto no artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que deverá ser especificado de forma clara e objetiva nas planilhas orçamentárias, garantindo sua alocação adequada nos valores contratados e viabilizando o cumprimento das exigências legais pela empresa contratada.

**Parágrafo Quarto.** Quando a empresa CONTRATANTE for um ente público, e desde que explicitamente previsto no EDITAL DE LICITAÇÃO, fica estabelecido que o valor correspondente à manutenção do programa de aprendizagem será incluído nos custos do contrato e repassado à CONTRATADA.

**Parágrafo Quinto.** O valor mensal destinado ao cumprimento das obrigações legais relativas ao programa de aprendizagem será de R\$ 98,54 (noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos), multiplicado pelo número de empregados previstos no orçamento/contrato, devendo o montante ser obrigatoriamente discriminado em planilhas de custos e constar do orçamento apresentado.

**Parágrafo Sexto.** O contratante público deverá supervisionar a inclusão e o repasse de tais valores no decorrer da execução do contrato, assegurando que as condições para a contratação de aprendizes sejam adequadamente implementadas e não acarretem prejuízo à viabilidade econômico-financeira da empresa contratada.

**Parágrafo Sétimo.** A obrigação quanto ao cumprimento da cota de aprendizagem e de pessoas com deficiência (PCD's) será afastada quando demonstrado hipóteses de casos fortuitos, motivos de força maior e outras circunstâncias em que o não atendimento do quantitativo de aprendizes ou PCD's decorrer de motivos alheios à vontade e conduta da empresa contratante.

}

**FABIANO BARREIRA DA PONTE**  
**PRESIDENTE**

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, LIMPEZA URBANA E TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA DO ESTADO DO CEARA - SEACEC**

**MARIA DA PENHA MESQUITA DE SOUSA**  
**PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS TRAB EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERV LOC E ADM DE IMOV COM E DE LIMP PUBL E PRIVADA NO ESTADO DO CEARA**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS**

#### **ANEXO I**

<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>Segunda a sexta</b>	<b>Segunda a sábado</b>	<b>12x36</b>
<b>GRUPO "A"</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>
INSS	20,00%	20,00%	20,00%
FGTS	8,00%	8,00%	8,00%
SAT	3,00%	3,00%	3,00%
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	2,50%	2,50%
SESC SESI	1,50%	1,50%	1,50%
SENAC / SENAI	1,00%	1,00%	1,00%
SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%
INCRA	0,20%	0,20%	0,20%

<b>GRUPO "B" custo de Reposições</b>	<b>10,95%</b>	<b>10,90%</b>	<b>11,09%</b>
FÉRIAS GOZADAS	7,59%	7,59%	7,60%
AUXILIO DOENÇA	2,21%	2,21%	2,22%
AUXILIO DOENÇA MAIS DE 15 DIAS	0,13%	0,13%	0,13%
ACIDENTE DE TRABALHO	0,03%	0,03%	0,03%
AUXILIO PATERNIDADE	0,01%	0,01%	0,01%
FALTAS LEGAIS	0,66%	0,66%	0,66%
TREINAMENTO NR 5	0,32%	0,27%	0,44%
<b>GRUPO "C" das verbas indenizatórias</b>	<b>11,95%</b>	<b>11,94%</b>	<b>11,96%</b>
1/3 FÉRIAS CONSTITUCIONAL	2,53%	2,53%	2,53%
13o. SALÁRIO	9,25%	9,24%	9,26%
AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,12%	0,12%	0,12%
COMPLEMENTO AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,05%	0,05%	0,05%
<b>GRUPO "D" VERBAS RESCISÓRIAS</b>	<b>12,42%</b>	<b>12,42%</b>	<b>12,42%</b>
AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,33%	4,33%	4,34%
REFLEXOS NO AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,84%	0,84%	0,84%
MULTA DO FGTS	4,08%	4,08%	4,09%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ARTIGO 1o Lei 110/91	1,02%	1,02%	1,02%
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,67%	0,67%	0,67%
FÉRIAS INDENIZADAS OU PROPORCIONAIS	1,11%	1,11%	1,11%
1/3 DE FÉRIAS INDENIZADAS OU PROP	0,37%	0,37%	0,37%
<b>GRUPO "E"</b>	<b>0,72%</b>	<b>0,72%</b>	<b>0,73%</b>
ABONO PECUNIÁRIO	0,54%	0,54%	0,55%
1/3 CONSTITUCIONAIS DO ABONO	0,18%	0,18%	0,18%
<b>GRUPO "F"</b>	<b>10,26 %</b>	<b>10,24%</b>	<b>10,31%</b>
FGTS S/AVISO PREVIO	0,35%	0,35 %	0,35%
INCIDÊNCIA GRUPO A S/AV PREVIO IND	1,25%	1,25%	1,25%
INCIDENCIA SOBRE SAL MATERNIDADE	0,20%	0,20%	0,20%
INCIDENCIA SOBRE 13 SAL AVISO PREVIO	0,03%	0,03%	0,03%
INCIDÊNCIA DO GRUPO "A" S/ O GRUPO "B"+C	8,43%	8,41%	8,48%
<b>TOTAL DOS ENCARGOS</b>	<b>83,10%</b>	<b>83,02%</b>	<b>83,33%</b>

## ANEXO II - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



Buscas

- ▶ Descrição
- ▶ Histórico de Ocupações
- ▶ Características de Trabalho
- ▶ Áreas de Atividade
- ▶ Competências Pessoais
- ▶ Recursos de Trabalho
- ▶ Participantes da Descrição
- ▶ Relatório da Família
- ▶ Relatório Tabela de Atividades
- ▶ Conversão

 Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

2523 :: Secretárias(os) executivas(os) e afins

Títulos

2523-05 - Secretária(o) executiva(o)

Assessor de diretoria, Assessor de presidência, Assistente de diretoria, Assistente de presidência, Auxiliar administrativo de diretoria, Auxiliar administrativo de presidência, Secretário de diretoria, Secretário de gabinete, Secretário de presidência, Secretário pleno, Secretário sênior, Tecnólogo em secretariado

2523-10 - Secretário bilíngüe

Assessor bilíngüe, Assistente bilíngüe, Auxiliar administrativo bilíngüe, Secretário bilíngüe de diretoria, Secretário bilíngüe de gabinete, Secretário bilíngüe de presidência, Secretário pleno bilíngüe, Secretário senior bilíngüe

2523-15 - Secretária trilingüe

Assessor trilingüe, Assistente trilingüe, Auxiliar administrativo trilingüe, Secretário pleno trilingüe , Secretário sênior trilingüe , Secretário trilingüe de diretoria, Secretário trilingüe de gabinete, Secretário trilingüe de presidência

2523-20 - Tecnólogo em secretariado escolar

Secretário de escola(tecnólogo), Secretário escolar(tecnólogo)

Descrição Sumária

Assessoram os executivos no desempenho de suas funções,atendendo pessoas(cliente externo e interno), gerenciando informações, elaboram documentos, controlam correspondência física e eletrônica, prestam serviços em idioma estrangeiro, organizam eventos e viagens, supervisionam equipes de trabalho, gerem suprimentos, arquivam documentos físicos e eletrônicos auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões.

Esta família não compreende

3515 - Técnicos em secretariado, taquígrafos e estenotipistas







CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

CBO  
MINISTÉRIO DO TRABALHO

ACESSIBILIDADE



Buscas

- ▶ Descrição
- ▶ Histórico de Ocupações
- ▶ Características de Trabalho
- ▶ Áreas de Atividade
- ▶ Competências Pessoais
- ▶ Recursos de Trabalho
- ▶ Participantes da Descrição
- ▶ Relatório da Família
- ▶ Relatório Tabela de Atividades
- ▶ Conversão

Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

[Página inicial](#)

4110 :: Agentes, assistentes e auxiliares administrativos

Títulos
<b>4110-05 - Auxiliar de escritório</b>  Auxiliar administrativo, Auxiliar de compras, Escriturário
<b>4110-10 - Assistente administrativo</b>  Agente administrativo, Apoiador político partidário, Assistente administrativo sindical, Assistente de compras, Assistente de escritório, Assistente técnico - no serviço público
<b>4110-15 - Atendente de judiciário</b>
<b>4110-20 - Auxiliar de judiciário</b>
<b>4110-25 - Auxiliar de cartório</b>
<b>4110-30 - Auxiliar de pessoal</b>  Apontador de cartões de ponto
<b>4110-35 - Auxiliar de estatística</b>  Controlador de estatística
<b>4110-40 - Auxiliar de seguros</b>  Auxiliar técnico de seguros
<b>4110-45 - Auxiliar de serviços de importação e exportação</b>  Auxiliar de tráfego de exportação e importação, Conferente de documentação de importação e exportação, Conferente de exportação
<b>4110-50 - Agente de microcrédito</b>  Agente de microfinanças, Assessor de microcrédito, Assessor de microfinanças, Coordenador de microcrédito
<b>4110-55 - Captador de recursos</b>  Mobilizador de recursos



Descrição Sumária

Executam serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atendem fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços; tratam de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos. Atuam na concessão de microcrédito a microempresários, atendendo clientes em campo e nas agências, prospectando clientes nas comunidades. Atuam na área de captação de recursos, planejando e implementando estratégias de captação e contato com doadores/ parceiros.

Todos os direitos reservados MTE © 2007-2017 - Política de Privacidade - Condições de Uso - Build 20250826-1741 [5FBgNSGaeujGbPpdk-OWU4jUcpZocxq-CBO-SLV04:mte-cbo]



Barra GovBr



Buscas

- ▶ Descrição
- ▶ Histórico de Ocupações
- ▶ Características de Trabalho
- ▶ Áreas de Atividade
- ▶ Competências Pessoais
- ▶ Recursos de Trabalho
- ▶ Participantes da Descrição
- ▶ Relatório da Família
- ▶ Relatório Tabela de Atividades
- ▶ Conversão

 Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

4221 :: Recepcionistas

Títulos
<b>4221-05 - Recepcionista, em geral</b>  Agente de tráfego, Atendente de clínica veterinária, Atendente de consultório veterinário, Encarregado da recepção, Funcionário de setor de informação, Recepcionista atendente, Recepcionista auxiliar de secretária, Recepcionista bilíngüe, Recepcionista de crediário, Recepcionista de empresa de navegação aérea, Recepcionista secretária, Recepcionista telefonista, Recepcionista vendedor de passagens aéreas
<b>4221-10 - Recepcionista de consultório médico ou dentário</b>  Atendente de ambulatório, Atendente de clínica médica, Atendente de consultório médico, Auxiliar de recepção, Recepcionista de hospital
<b>4221-15 - Recepcionista de seguro saúde</b>  Atendente de seguro saúde
<b>4221-20 - Recepcionista de hotel</b>  Guest relations, Recepcionista caixa
<b>4221-25 - Recepcionista de banco</b>
<b>4221-30 - Concierge</b>

Descrição Sumária
Recepcionam e prestam serviços de apoio a clientes, pacientes, hóspedes, visitantes e passageiros; prestam atendimento telefônico e fornecem informações em escritórios, consultórios, hotéis, hospitais, bancos, aeroportos e outros estabelecimentos; marcam entrevistas ou consultas e recebem clientes ou visitantes; averigam suas necessidades e dirigem ao lugar ou a pessoa procurados; agendam serviços, reservam (hotéis e passagens) e indicam acomodações em hotéis e estabelecimentos similares; observam normas internas de segurança, conferindo documentos e idoneidade dos clientes e notificando seguranças sobre presenças estranhas; fecham contas e estadas de clientes. Organizam informações e planejam o trabalho do cotidiano.





CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES

CBO  
MINISTÉRIO DO TRABALHO

ACESSIBILIDADE



Buscas

- ▶ Descrição
- ▶ Histórico de Ocupações
- ▶ Características de Trabalho
- ▶ Áreas de Atividade
- ▶ Competências Pessoais
- ▶ Recursos de Trabalho
- ▶ Participantes da Descrição
- ▶ Relatório da Família
- ▶ Relatório Tabela de Atividades
- ▶ Conversão

Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

[Página inicial](#)

5134 :: Trabalhadores no atendimento em estabelecimentos de serviços de alimentação, bebidas e hotelaria

Títulos

5134-05 - Garçom

Atendente de buffet, Atendente de mesa, Auxiliar de maître, Garçom de bar, Garçã, Passador de guarnição

5134-10 - Sommelier

Atendente de estabelecimento com cervejas artesanais, Cachacier, Cachacista, Degustador de vinho, Escanção, Especialista em cerveja, Especialista em vinho, Garçom (serviços de vinhos), Organizador de degustações e harmonizações de bebidas, Sommelier de cachaça, Sommelier de cerveja, Sommelier de saquê, Sommelier de vinho

5134-15 - Cumim

Auxiliar de garçom, Auxiliar de mesa em restaurantes, hotéis e outros, Carregador de utensílios de cozinha

5134-20 - Barman

Atendente de bar, Auxiliar de barman, Balconista de bar, Preparador de drinques e bebidas

5134-25 - Copeiro

Auxiliar de serviço de copa, Chefe da copa, Copeiro de bar, Copeiro de eventos, Copeiro de hotel, Copeiro de lanchonete, Copeiro de restaurante

5134-30 - Copeiro de hospital

5134-35 - Atendente de lanchonete

Ajudante, auxiliar de bar, Ajudante, auxiliar de lanchonete, Atendente de balcão de café, Balconista de lanchonete, Cafeteiro, Cantineiro (escola), Chapista de lanchonete, Servente de lanche

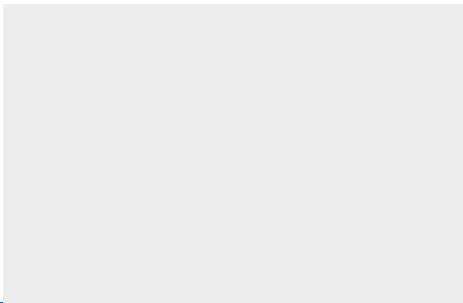
5134-40 - Barista

Atendente barista, Atendente de cafeteria

Descrição Sumária

Atendem os clientes, servem alimentos e bebidas em restaurantes, bares, cafeterias, hotéis, hospitais, empórios, navios cruzeiros, eventos, etc. Manipulam alimentos e preparam bebidas (sucos, coquetéis, drinques, aperitivos e cafés). Analisam sensorialmente bebidas, degustando amostras e classificam bebidas. Realizam serviços de bebidas, montando cardápio harmonizado, elaborando carta de bebidas e sugerem bebidas e harmonizações.





Todos os direitos reservados MTE © 2007-2017 - Política de Privacidade - Condições de Uso - Build 20250826-1741 [\_CBO-SLV02:mte-cbo]



Barra GovBr



Buscas

- ▶ Descrição
- ▶ Histórico de Ocupações
- ▶ Características de Trabalho
- ▶ Áreas de Atividade
- ▶ Competências Pessoais
- ▶ Recursos de Trabalho
- ▶ Participantes da Descrição
- ▶ Relatório da Família
- ▶ Relatório Tabela de Atividades
- ▶ Conversão

 Fale com a CBO

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

5143 :: Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações, estruturas e equipamentos industriais

Títulos
<b>5143-05 - Limpador de vidros</b>
Cordeiro - limpeza de vidros, Lavador de fachadas, Lavador de vidros, Limpador de janelas, Limpador de vidros alpinista industrial, Limpador de vidros de acesso por corda
<b>5143-10 - Auxiliar de manutenção predial</b>
Auxiliar de manutenção de edificações, Auxiliar de manutenção elétrica e hidráulica
<b>5143-15 - Limpador de fachadas</b>
Conservador de fachadas, Cordista, Limpador de fachada alpinista industrial, Limpador de fachada de acesso por corda, Limpador de fachadas com jato, Operador de balancim
<b>5143-20 - Faxineiro</b>
Auxiliar de limpeza, Servente de limpeza
<b>5143-25 - Trabalhador da manutenção de edificações</b>
Auxiliar de conservação de barragens, Auxiliar de conservação de obras civis, Auxiliar de manutenção de edifícios, Oficial de manutenção, Oficial de manutenção predial, Oficial de serviços diversos na manutenção de edificações, Oficial de serviços gerais na manutenção de edificações, Trabalhador da manutenção de edificações alpinista industrial, Trabalhador da manutenção de edificações de acesso por corda, Trabalhador de manutenção de edifícios, Trabalhador na conservação de edifícios
<b>5143-30 - Limpador de piscinas</b>
Piscineiro
<b>5143-35 - Hidrojatista</b>

Descrição Sumária
Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Realizam tratamento e limpeza pesada em estruturas e equipamentos industriais, conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.





Barra GovBr





Buscas

- ▶ [Descrição](#)
- ▶ [Histórico de Ocupações](#)
- ▶ [Características de Trabalho](#)
- ▶ [Áreas de Atividade](#)
- ▶ [Competências Pessoais](#)
- ▶ [Recursos de Trabalho](#)
- ▶ [Participantes da Descrição](#)
- ▶ [Relatório da Família](#)
- ▶ [Relatório Tabela de Atividades](#)
- ▶ [Conversão](#)

 [Fale com a CBO](#)

Esplanada dos Ministérios  
Bloco F - CEP: 70059-900  
Brasília - DF

Central de Atendimento CBO: 158

Telefone: (61) 2031-6000

Descrição

 [Página inicial](#)

7823 :: Motoristas de veículos de pequeno e médio porte

Títulos

7823-05 - Motorista de carro de passeio

Chofer, Motorista no serviço doméstico, Motorista de automóveis, Motorista particular, Motorista segurança, Piloto de precisão (motorista)

7823-10 - Motorista de furgão ou veículo similar

Condutor de veículo de carga, Motorista auxiliar, Motorista auxiliar de tráfego, Motorista de carga a frete, Motorista de furgão, Motorista de kombi, Motorista de perua, Motorista entregador, Motorista manipulador

7823-15 - Motorista de táxi

Chofer de praça, Condutor de táxi, Motorista de praça, Taxeiro, Taxista

7823-20 - Condutor de ambulância

Condutor de transporte de pacientes, Condutor de veículos ambulatoriais, Motorista de ambulância

Descrição Sumária

Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas, valores, pacientes e material biológico humano. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetua pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência.

